

EXCELENTÍSSIMA SENHORA JUÍZA DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA  
DE NOVA IGUAÇU – ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Proc. nº 0042973-16.2021.8.19.0038

**MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS**, representado por seu sócio **JULIO MATUCH DE CARVALHO**, Administrador Judicial da sociedade empresária **DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA.**, nos autos da presente **Recuperação Judicial**, vem a Vossa Excelência apresentar a **Relação de Credores retificada pelo Administrador Judicial**, na forma do art. 7º, §2º, da Lei nº 11.101/2005 (“LRF”), com base nas habilitações e divergências apresentadas pelos credores e na análise da documentação comercial e fiscal da sociedade Recuperanda, conforme passa a expor.

**I. Das habilitações e divergências apresentadas pelos credores**

01. Publicado regularmente o edital previsto no art. 52, §1º da LRF (fls. 3.427-3.429), referente à relação de credores apresentada nos autos pela sociedade empresária em Recuperação, *restou inaugurada a fase administrativa de verificação dos créditos*, em que eventuais habilitações ou divergências de crédito são apresentadas diretamente à Administração Judicial pelos interessados.

02. Averbe-se que a relação de credores a ser considerada para todos os fins será aquela apresentada com a petição inicial, nas fls. 43-54.

03. Assim é que o Administrador Judicial enviou regularmente as correspondências aludidas no art. 22, I, alínea “a” da Lei 11.101/2005, e, posteriormente, recebeu as habilitações e divergências de crédito diretamente através do endereço de correio eletrônico galanti@mcaa.adv.br, tendo realizado a verificação competente.

04. Registre-se que foram recebidas por esse Administrador Judicial, de forma tempestiva, 25 (vinte e cinco) divergências e 28 (vinte e oito) habilitações de crédito administrativas, através de *e-mails* enviados ao endereço galanti@mcaa.adv.br, todas referentes a credores insertos nas classes de créditos trabalhistas, com garantia real, quirografários e microempresas e empresas de pequeno porte.

05. Nessa ordem de ideias, tendo sido devidamente recebidas essas vinte e cinco divergências de crédito e vinte e oito habilitações por este Administrador Judicial, foram todas devidamente analisadas com fundamento na documentação apresentada pelos credores, bem como na documentação comercial e fiscal da Recuperanda, ao fim de que a relação de credores foi saneada administrativamente mediante a adoção de critérios objetivos, os quais expõe a seguir, dando-se a necessária publicidade, para conhecimento de todos os interessados.

06. Ao final, apresenta a Relação de Credores do Administrador Judicial, quer dizer, a relação de credores retificada, nos termos do art. 7º, §2º, da LRF, que servirá de base para a publicação do segundo edital contendo a relação de credores, com a devida divisão dos mesmos nas classes previstas pelo art. 41 do mesmo diploma.

## **II. Dos critérios objetivos adotados pelo Administrador Judicial para a análise das listas de credores e das habilitações e divergências apresentadas**

07. Como é de conhecimento, o art. 9º da LRF elenca, em seus incisos, os requisitos necessários à análise dos créditos a serem habilitados ou retificados em sede de verificação administrativa, *in verbis*:

Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter:

- I – o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo;
- II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação;
- III – os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas;
- IV – a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento;
- V – a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor.

08. Nessa linha, adotou-se como premissa, por estrita determinação legal, a verificação dos créditos cujas habilitações e divergências identifiquem adequadamente o credor e estejam instruídas com os títulos que fundamentam o crédito e com a memória de cálculo que indique sua atualização, até a data do requerimento do processamento de recuperação judicial.

09. Quanto aos créditos cujos títulos possuem cláusula de garantia por alienação fiduciária de bens móveis, optou o legislador ordinário por excluí-los da regra geral de sujeição aos efeitos da recuperação judicial, nos termos do art. 49, §3º, da LRF, de seguinte redação:

Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos. (...)

§3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as

condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial. (grifos nossos)

10. Segundo o escólio de Maria Helena Diniz,

(...) alienação fiduciária em garantia consiste na transferência feita pelo devedor ao credor da propriedade resolúvel e da posse indireta de um bem infungível (CC, art. 1361) ou de um bem imóvel (Lei nº 9514/97, arts. 22 a 33), como garantia do seu débito, resolvendo-se o direito do adquirente com o adimplemento da obrigação, ou melhor, com o pagamento da dívida garantida. (DINIZ, Maria Helena. *In* “Curso de Direito Civil Brasileiro”, 19ª edição, São Paulo, ed. Saraiva).

11. Além disso, é requisito essencial à constituição da propriedade fiduciária de bens infungíveis o seu registro no cartório de Registro de Títulos e Documentos do domicílio do devedor, determinação esta que emana do art. 1.361, §1º, do Código Civil (“CC”), de seguinte teor:

Art. 1.361. Considera-se fiduciária a propriedade resolúvel de coisa móvel infungível que o devedor, com escopo de garantia, transfere ao credor.

§1º Constitui-se a propriedade fiduciária com o registro do contrato, celebrado por instrumento público ou particular, que lhe serve de título, no Registro de Títulos e Documentos do domicílio do devedor, ou, em se tratando de veículos, na repartição competente para o licenciamento, fazendo-se a anotação no certificado de registro. (grifo nosso)

12. No que se refere às demais hipóteses de constituição da propriedade fiduciária, nosso Código Civil preceitua que os requisitos necessários deverão ser adimplidos mediante as disciplinas impostas pelas respectivas leis especiais, conforme preconizado em seu art. 1.368-A, que assim dispõe:

Art. 1.368-A. As demais espécies de propriedade fiduciária ou de titularidade fiduciária submetem-se à disciplina específica das respectivas leis especiais, somente se aplicando as disposições deste Código naquilo que não for incompatível com a legislação especial.

13. Com relação à alienação fiduciária sobre coisas fungíveis, nos termos do art. 66-B da Lei 4.728/65 c/c art. 42 da Lei 10.931/04, é necessário que se proceda ao devido registro do contrato no cartório competente, a saber:

Lei 4.728/65 - Art. 66-B: O contrato de alienação fiduciária celebrado no âmbito do mercado financeiro e de capitais, bem como em garantia de créditos fiscais e previdenciários, deverá conter, além dos requisitos definidos na Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, a taxa de juros, a cláusula penal, o índice de atualização monetária, se houver, e as demais comissões e encargos.

Lei 10931/04 - Art. 42: A validade e eficácia da Cédula de Crédito Bancário não dependem de registro, **mas as garantias reais, por ela constituídas, ficam sujeitas, para valer contra terceiros, aos registros ou averbações previstas na legislação aplicável, com as alterações introduzidas por esta Lei.**

14. Não obstante a previsão legal supracitada, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 1.629.470 – MS, de Relatoria da e. Ministra Maria Isabel Gallotti, gizou a desnecessidade de registro *quando a garantia prestada consiste na **cessão fiduciária de direito de crédito***. Veja-se:

“DIREITO CIVIL E COMERCIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITO DE CRÉDITO. REGISTRO EM CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS. DESNECESSIDADE DE REGISTRO PARA A CONSTITUIÇÃO DA GARANTIA. CREDOR NÃO SUJEITO À RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. **1. A cessão fiduciária de título de crédito, nos termos da disciplina específica da Lei 4.728/95, com a redação dada pela Lei 10.931/2004, não depende de registro em cartório de títulos e documentos para ser constituída, não se lhe aplicando a regra do art. §1º do art. 1.361 do Código Civil, regente da cessão fiduciária de coisa móvel infungível.** 2. O registro da cessão fiduciária do título de crédito pode ser necessário para salvaguardar eventual direito de terceiro a quem o título de crédito seja oponível, a saber, o devedor do título de crédito cedido pela recuperanda. Não há repercussão na esfera de direitos dos demais credores, donde a irrelevância da existência do registro para o processo de recuperação. 3. De acordo com a pacífica jurisprudência do STJ, por força do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005, não se submetem à recuperação judicial os créditos garantidos por cessão fiduciária. Precedentes. 4. Impossibilidade "de se impor restrições à propriedade fiduciária de crédito, por não se tratar de bem de capital, segundo entendimento desta Corte Superior." (AgInt no REsp. 1.475.258- MS, rel Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJe 20.2.2017). 5. Recurso especial conhecido e provido.” (RECURSO ESPECIAL nº 1.629.470 – MS, 2ª Seção – STJ – Julgamento em 30 de novembro de 2021 – Publicação em 17 de dezembro de 2021) (grifos nossos)

15. Por sua vez, na hipótese de a propriedade fiduciária recair sobre bem imóvel, *o contrato que impõe a transferência da propriedade resolúvel deverá ser registrado no competente Registro de Imóvel dos respectivos bens afetados*, conforme previsto na legislação especial atinente ao tema, como se vê do art. 23 da Lei 9.514/1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário e incidência da propriedade fiduciária sobre bens imóveis, *in verbis*:

Art. 23. Constitui-se a propriedade fiduciária de coisa imóvel mediante registro, no competente Registro de Imóveis, do contrato que lhe serve de título.

Parágrafo único. Com a constituição da propriedade fiduciária, dá-se o desdobramento da posse, tornando-se o fiduciante possuidor direto e o fiduciário possuidor indireto da coisa imóvel.

16. Depreende-se, então, que o arcabouço legislativo atinente à modalidade de propriedade fiduciária restou devidamente positivado em total atenção à natureza de direito real atribuída à espécie, que possui por característica principal sua oponibilidade perante terceiros, que não há, por seu turno, como subsistir sem a realização de seu registro, como se verifica nas palavras de MARCELO SACRAMONE, a saber:

O proprietário fiduciário não se submete à recuperação judicial, por ter verdadeiro “direito real em garantia” e não um “direito real de garantia”. Ao credor é atribuída a propriedade da coisa para a garantia de um negócio jurídico principal. Difere-se esse direito de propriedade fiduciária sobre a coisa dos direitos reais de garantia, como a hipoteca, o penhor e a anticrese. Nestes, o credor tem um direito real sobre o bem do devedor, enquanto na propriedade fiduciária o credor tem um direito real sobre bem próprio, de sua propriedade, ainda que resolúvel. (...)

Como oponibilidade de terceiros é característica do direito real, ela não poderia ocorrer caso o registro não fosse feito. A falta de registro, mais do que impedir a publicidade perante terceiros, não permite que entre as próprias partes seja constituída a propriedade fiduciária, porque não se pode ter um direito real não oponível a terceiros.

No tocante à propriedade fiduciária de bens móveis infungíveis, a obrigação de registro é expressa no art. 1.361, §1º, do Código Civil. Nos bens móveis fungíveis ou direitos, a Lei n.º 4.728/65 não disciplina expressamente a exigência do registro. A exigência do registro, entretanto, é requisito para todos os tipos de propriedade

fiduciária. Isso porque, como forma de garantia da obrigação principal, a propriedade será transferida apenas de modo resolúvel, o que impediria que os demais credores fossem satisfeitos com a liquidação do ativo transferido, enquanto este permanecer na propriedade do credor. (grifos não constantes do original) (Sacramone, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. 1º. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2019, pag. 206 e 209.)

17. No mesmo sentido dispõe o Verbete de Súmula nº 60, do Tribunal de Justiça de São Paulo, *in litteris*: “A propriedade fiduciária constitui-se com o registro do instrumento no registro de títulos e documentos do domicílio do devedor”, o que torna indene de dúvidas a necessidade da efetivação regular do registro para fins de constituição da alienação fiduciária de bens móveis.

18. A oponibilidade perante terceiros é elemento curial no contexto do processo de recuperação judicial, pois sendo este, em última análise, um processo que reúne uma coletividade de credores, tem-se que a propriedade fiduciária deverá se encontrar devidamente performada quando do requerimento de recuperação, pois, não tendo a mesma sido devidamente constituída, não se presume a existência de uma propriedade, mas tão somente de um crédito, que sujeitar-se-á aos efeitos preconizados pelo caput do art. 49 da LRF, conforme mencionam LUIZ ROBERTO AYOUB e CÁSSIO CAVALLI, a conferir:

A propriedade fiduciária é constituída com o registro do contrato, nos termos do art. 1.361, §1º, do CC. Logo, se o contrato não foi registrado, não há constituição de propriedade fiduciária e, portanto, o crédito sujeita-se à recuperação judicial. Ademais, se o contrato é registrado após o deferimento do processamento da recuperação judicial, o crédito permanece sujeito à recuperação judicial. (Ayoub, Luiz Roberto. Cavalli, Cássio. A Construção Jurisprudencial da Recuperação Judicial de Empresas. 2º. Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016, pag. 72.)



19. Demais disso, perfaz-se também como requisito essencial à constituição da propriedade fiduciária a descrição específica da coisa e/ou direito objeto da transferência, bem como os elementos indispensáveis à sua identificação, na forma do art. 1.362, IV do CC:

Art. 1.362. O contrato, que serve de título à propriedade fiduciária, conterá:(...)

IV - a descrição da coisa objeto da transferência, com os elementos indispensáveis à sua identificação.

20. Tal previsão legal de especificação dos bens e/ou direitos ofertados em garantia para constituição da propriedade fiduciária está igualmente corroborada pela nossa doutrina majoritária, valendo reproduzir outro relevante trecho da supracitada obra do MARCELO SACRAMONE, *in verbis*:

O contrato de alienação fiduciária ou cessão fiduciária, outrossim, precisa especificar objeto cuja propriedade será transferida ao credor em garantia. Para que valha perante terceiros e não permita que o referido ativo seja envolvido na recuperação judicial e seja utilizado para o pagamento dos demais credores, a individualização do objeto no contrato é imprescindível. A coisa deverá ser identificada, inclusive avaliada, assim como especificado devem ser todos os títulos de créditos cedidos.

Quanto a essa individualização, possível que o bem ou o crédito objeto do contrato de cessão fiduciária seja futuro (art. 458 e 1.361, §3º, do CC). O crédito futuro, nem sequer ainda contraído pelo devedor da obrigação principal, chamado de recebível a performar, poderá ser cedido fiduciariamente. Nesta hipótese, ainda que não se possa identificar todas as características do bem, a especificação do objeto do contrato deverá permitir sua identificação por terceiros quando o bem vier a existir. Caso não haja individualização dos créditos cedidos, os pressupostos da cessão fiduciária não estarão preenchidos e os créditos se submeterão à recuperação judicial como quirografários. (Sacramone, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. 1º. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2019, pag. 208.)

21. Uma vez preenchidos os requisitos elencados acima, e, portanto, devidamente constituída a propriedade fiduciária, a configurar a hipótese de exceção prevista pelo art. 49, §3º da LRF, é de se anotar que “[O] saldo do crédito não coberto pelo valor do bem e/ou da garantia dos contratos” perfaz crédito de natureza quirografária, sujeito, assim, à recuperação judicial, na forma do Enunciado nº 51, da Primeira Jornada de Direito Comercial.

22. Por fim, resta pacífico o entendimento pela sujeição aos efeitos da recuperação judicial, quanto aos créditos garantidos por propriedade fiduciária que recaia sobre bem de capital essencial ao desenvolvimento da atividade produtiva da sociedade Recuperanda, visto que a retirada de tais bens desencadearia inevitável insucesso ao projeto de soerguimento econômico almejado, conforme leciona LUIZ ROBERTO AYOUB, na forma de trecho de obra de sua lavra que, novamente, traz-se à colação:

O que se busca, aqui, é preservar a empresa. São bens de capital essenciais à atividade, por exemplo, "máquina de brunir e de um forno industrial a gás" no caso em que "a sociedade empresarial agravada tem como atividade principal a fabricação de peças e motores de combustão e transmissões mecânicas, em que o maquinário objeto da ação de busca e apreensão em comento denota-se fundamental, essencial para o exercício das atividades empresariais destacadas". Ademais, já se decidiu que deve ser revogada liminar de reintegração de posse de máquina vendida com reserva de domínio, ante notícia de deferimento de processamento da recuperação judicial do devedor. (Grifo nosso) (Obra citada, p. 138 e 139)

23. Inclusive, o Superior Tribunal de Justiça já se debruçou sobre o tema, em circunstância na qual compreendeu pela subsunção do crédito garantido aos efeitos da recuperação judicial quando da ocorrência da hipótese ventilada, conforme dicção do aresto abaixo, veja-se:

**AGRAVO INTERNO NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BENS ESSENCIAIS À ATIVIDADE EMPRESARIAL. EXCEPCIONAL SUBMISSÃO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

1. O credor titular da posição de proprietário fiduciário ou detentor de reserva de domínio de bens móveis ou imóveis não se sujeita aos efeitos da recuperação judicial (Lei 11.101/2005, art. 49, § 3º), ressalvados os casos em que os bens gravados por garantia de alienação fiduciária cumprem função essencial à atividade produtiva da sociedade Recuperanda. Precedentes. 2. Agravo interno não provido.

(Aglnt no Agint no AgInt no CC nº 149.561, Min. Rel. Luis Felipe Salomão, 2ª Seção, j. 22.08.2018)

## VOTO

(...) Interpretando tal dispositivo da Lei de Quebras, esta Corte Superior sedimentou posicionamento no sentido de que quaisquer atos judiciais, que possam colocar em risco a eficácia do plano de recuperação, devem ser submetidos ao crivo do Juízo universal. Nessa linha de raciocínio, também consolidou a tese de que o **Juízo universal é o competente para decidir acerca da essencialidade do bem, ainda que se trate de créditos garantidos por alienação fiduciária, afastando-se, desse modo, a exceção do § 3º do art. 49 da Lei n. 11.101/2005. Outrossim, dentro de suas competências, insere-se a definição acerca do caráter extraconcursal das dívidas contraídas pela Recuperanda a esse título**, de modo que, estando os bens litigiosos em posse da suscitante (fl. 672), e tendo o Juízo da recuperação já declarado a sua essencialidade ao soerguimento da empresa, há de prevalecer o entendimento desta Corte Superior sobre a questão. (grifos nossos)

24. No que toca especificamente ao crédito garantido por cessão fiduciária de recebíveis, de acordo com o entendimento do Ilustre Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, esposado no julgamento do REsp nº 1.758.746-GO, o "bem de capital" que a LRF se refere é aquele bem corpóreo (móvel ou imóvel) utilizado no processo de produção da empresa e que, portanto, esteja em sua posse, divergindo, desta maneira, desse conceito, a cessão fiduciária de recebíveis. Esta é a ementa do acórdão exarado no Recurso em referência:

RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CESSÃO DE CRÉDITO/RECEBÍVEIS EM GARANTIA FIDUCIÁRIA A EMPRÉSTIMO TOMADO PELA EMPRESA DEVEDORA. RETENÇÃO DO CRÉDITO CEDIDO FIDUCIARIAMENTE PELO JUÍZO RECUPERACIONAL, POR REPUTAR QUE O ALUDIDO BEM É ESSENCIAL AO FUNCIONAMENTO DA EMPRESA, COMPREENDENDO-SE, REFLEXAMENTE, QUE SE TRATARIA DE BEM DE CAPITAL, NA DICÇÃO DO § 3º, IN FINE, DO ART. 49 DA LEI N. 11.101/2005. IMPOSSIBILIDADE. DEFINIÇÃO, PELO STJ, DA ABRANGÊNCIA DO TERMO "BEM DE CAPITAL". NECESSIDADE. TRAVA BANCÁRIA RESTABELECIDADA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. A Lei n. 11.101/2005, embora tenha excluído expressamente dos efeitos da recuperação judicial o crédito de titular da posição de proprietário fiduciário de bens imóveis ou móveis, acentuou que os "bens de capital", objeto de garantia fiduciária, essenciais ao desenvolvimento da atividade empresarial, permaneceriam na posse da Recuperanda durante o stay period. 1.1 A conceituação de "bem de capital", referido na parte final do § 3º do art. 49 da LRF, inclusive como pressuposto lógico ao subsequente juízo de essencialidade, há de ser objetiva. Para esse propósito, deve-se inferir, de modo objetivo, a abrangência do termo "bem de capital", conferindo-se-lhe interpretação sistemática que, a um só tempo, atenda aos ditames da lei de regência e não descaracterize ou esvazie a garantia fiduciária que recai sobre o "bem de capital", que se encontra provisoriamente na posse da Recuperanda. 2. De seu teor infere-se que o bem, para se caracterizar como bem de capital, deve utilizado no processo produtivo da empresa, já que necessário ao

exercício da atividade econômica exercida pelo empresário. Constata-se, ainda, que o bem, para tal categorização, há de se encontrar na posse da Recuperanda, porquanto, como visto, utilizado em seu processo produtivo. Do contrário, aliás, afigurar-se-ia de todo impróprio e na lei não há dizeres inúteis falar em "retenção" ou "proibição de retirada". Por fim, ainda para efeito de identificação do "bem de capital" referido no preceito legal, não se pode atribuir tal qualidade a um bem, cuja utilização signifique o próprio esvaziamento da garantia fiduciária. Isso porque, ao final do stay period, o bem deverá ser restituído ao proprietário, o credor fiduciário. 3. A partir da própria natureza do direito creditício sobre o qual recai a garantia fiduciária - bem incorpóreo e fungível, por excelência -, não há como compreendê-lo como bem de capital, utilizado materialmente no processo produtivo da empresa. 4. Por meio da cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis ou de títulos de crédito (em que se transfere a propriedade resolúvel do direito creditício, representado, no último caso, pelo título - bem móvel incorpóreo e fungível, por natureza), o devedor fiduciante, a partir da contratação, cede "seus recebíveis" à instituição financeira (credor fiduciário), como garantia ao mútuo bancário, que, inclusive, poderá apoderar-se diretamente do crédito ou receber o correlato pagamento diretamente do terceiro (devedor do devedor fiduciante). Nesse contexto, como se constata, o crédito, cedido fiduciariamente, nem sequer se encontra na posse da Recuperanda, afigurando-se de todo imprópria a intervenção judicial para esse propósito (liberação da trava bancária). 5. A exigência legal de restituição do bem ao credor fiduciário, ao final do stay period, encontrar-se-ia absolutamente frustrada, caso se pudesse conceber o crédito, cedido fiduciariamente, como sendo "bem de capital". Isso porque a utilização do crédito garantido fiduciariamente, independentemente da finalidade (angariar fundos, pagamento de despesas, pagamento de credores submetidos ou não à recuperação judicial, etc), além de desvirtuar a própria finalidade dos "bens de capital", fulmina por completo a própria garantia fiduciária, chancelando, em última análise, a burla ao comando legal que, de modo expresso, exclui o credor, titular da propriedade fiduciária, dos efeitos da recuperação judicial. 6.

Para efeito de aplicação do § 3º do art. 49, "bem de capital", ali referido, há de ser compreendido como o bem, utilizado no processo produtivo da empresa Recuperanda, cujas características essenciais são: bem corpóreo (móvel ou imóvel), que se encontra na posse direta do devedor, e, sobretudo, que não seja perecível nem consumível, de modo que possa ser entregue ao titular da propriedade fiduciária, caso persista a inadimplência, ao final do stay period. 6.1 A partir de tal conceituação, pode-se concluir, in casu, não se estar diante de bem de capital, circunstância que, por expressa disposição legal, não autoriza o Juízo da recuperação judicial obstar que o credor fiduciário satisfaça seu crédito diretamente com os devedores da Recuperanda, no caso, por meio da denominada trava bancária. 7. Recurso especial provido. (REsp 1758746/GO, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018).

25. Na mesma linha, veja-se o entendimento doutrinário predominante:

“2.6.6. Credores proprietários e os bens essenciais De acordo com o art. 52, inc. III, da LREF as ações e execuções dos credores proprietários – aqueles mencionados nos §§ 3º e 4º do art. 49 da LREF (proprietário fiduciário, arrendador mercantil, entre outros) - não se suspendem durante o período de proteção (stay period). Mesmo assim, durante o período de proteção, eventual ação visando à retomada do bem fica suspensa se este puder ser enquadrado no conceito de "bem de capital essencial a atividade empresarial" (art. 6º, § 4º c/c 49, § 3º) Acredita-se que o legislador empregou a expressão "bem de capital" da forma mais ampla possível (art. 49, § 3º da LREF). Logo, os bens de capital do devedor seriam aqueles tangíveis de produção, como prédios, máquinas, equipamentos, ferramentas e veículos, entre outros empregados, direta ou indiretamente, na cadeia produtiva da Recuperanda. Nesses termos, já foram considerados bens essenciais à atividade da empresa os imóveis da sede e da planta industrial Recuperanda, bem como veículo (caminhão) utilizado por

empresa de transportes e maquinários afeito ao processo produtivo de determinada indústria, entre tantos outros. De qualquer forma, não basta a mera alegação de que o bem é essencial à recuperação judicial; é indispensável que o devedor comprove ao juiz as características/qualidades técnicas do bem, aquelas que o tornam imprescindível para o exercício da atividade empresarial em questão”. (João Pedro Scalzilli, Luis Felipe Spinelli e Rodrigo Tellechea, Almedina, São Paulo, 2016, p. 285/287)

26. Entretanto, apesar de o Superior Tribunal de Justiça possuir a posição de que o crédito garantido por cessão fiduciária não se sujeita aos efeitos do processo de recuperação judicial, não se pode olvidar que o emprego da denominada “trava bancária” possui efeito negativo que, em diversos casos, pode ocasionar a inviabilização do processo de recuperação da empresa.

27. Assim, constitui pilar fundamental da LRF o princípio da preservação da empresa e de sua função social, sob o qual também estão amparados os interesses de todos os demais envolvidos no processo de superação da crise econômico-financeira da empresa, de modo que, ao art. 49, §3º da LRF, deve ser conferida interpretação que não se distancie dos seus próprios princípios, cujo fim último é o de preservar a empresa.

28. Neste sentido, o interesse do credor fiduciário deve ser ponderado com o Princípio da Preservação da Empresa, assim como com os interesses de todos os demais credores envolvidos no processo recuperacional, de modo que a medida mais razoável e proporcional nessas situações é a mitigação parcial da “trava bancária”, quando o crédito possuir garantia de cessão fiduciária de recebíveis. É justamente esse o entendimento esposado em reiterados julgamentos realizados pelo e. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES. **LIBERAÇÃO PARCIAL DE TRAVAS BANCÁRIAS**. MULTA PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. O juízo de origem determinou a suspensão do curso das ações e execuções pendentes em face da requerente e de seu sócio. Todavia, a



suspensão somente se estende ao sócio solidário, presente nas sociedades em que a responsabilidade pessoal é ilimitada, o que não é o caso da agravada. Entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Em sede de agravo de instrumento interposto pelo Banco Safra S. A. contra a mesma decisão ora impugnada, esta Egrégia Oitava Câmara Cível decidiu pela manutenção da liberação parcial das travas bancárias. **Embora o crédito garantido por cessão fiduciária, em regra, não esteja submetido à recuperação judicial, a utilização da trava bancária poderia obstaculizar o êxito da recuperação. A decisão deve ser mantida neste particular, considerando a essencialidade dos valores e o princípio da preservação da empresa. Precedentes desta Corte Estadual.** No que tange à determinação da suspensão dos débitos automáticos, também se revelou correta, de modo a viabilizar a possibilidade de recuperação da agravada. Multa fixada para cumprimento de obrigação de fazer que deve ser suficiente para compelir o devedor a cumprir a obrigação, mas sem que atinja um patamar excessivo, sob pena de configurar enriquecimento sem causa. Deve ser considerada também a natureza das obrigações e as partes envolvidas, em especial diversas instituições financeiras, para as quais uma multa fixada em patamar mais baixo poderia ser insuficiente. O valor arbitrado, na quantia de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), por dia, revelou-se razoável e adequado ao caso em análise. RECURSO A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO para afastar a determinação de suspensão das ações e execuções em face dos sócios da Recuperanda. (0015932- 67.2016.8.19.0000 - Agravo De Instrumento, Des(A). Augusto Alves Moreira Junior - Julgamento: 14/02/2017 - Oitava Câmara Cível) (alguns grifos não integram o original)

EMPRESARIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. **LEVANTAMENTO DA CHAMADA "TRAVA BANCÁRIA", VALORES QUE CONSTITUEM PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA,** E, COMO TAIS, SUBMETEM-SE AO REGIME DO ART. 49, §3º DA LEI 11.101/2005, QUE EXCLUI O REFERIDO CRÉDITO DOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. **NECESSIDADE DE**



**PONDERAÇÃO DA NORMA COM O PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA.** LEVANTAMENTO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AUTORIZADO NO LIMITE DE 60% DOS RECEBÍVEIS, PARA, DE UM LADO, ATENDER À LEI DE REGÊNCIA, E, DE OUTRO, PERMITIR O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO. CLASSIFICAÇÃO DO CRÉDITO REMANESCENTE COMO QUIROGRAFÁRIO. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. (0059541-03.2016.8.19.0000 - Agravo De Instrumento, Des(A). Custódio De Barros Tostes - Julgamento: 25/04/2017 - Primeira Câmara Cível) (grifamos)

Agravo de Instrumento. Recuperação Judicial. **Antecipação dos efeitos da tutela deferida para a parcial liberação de "trava bancária", decorrente de mútuo avençado com cessão fiduciária de direitos creditórios.** Irresignação. Possibilidade de solução monocrática. Verbete nº 59 da Súmula da Jurisprudência Predominante deste Egrégio Tribunal de Justiça. Decisum que apresenta a necessária fundamentação, amparada em interpretação da legislação pertinente conferida pelos Tribunais pátrios e nas provas dos autos, e que não se revela extravagante diante dos contornos da matéria apreciada. **Procedimento recuperatório respaldado nos Princípios da Preservação da Empresa e da sua Função Social. Finalidade precípua que consiste em viabilizar o soerguimento e reestruturação da Demandante, com o intuito de preservar o interesse daqueles atingidos por sua debilidade financeira - trabalhadores, credores e sociedade -, por meio de concessão de lapso temporal para a elaboração de plano de saneamento, bem como de medidas legais inibitórias da redução do seu patrimônio por atos de constrição no período.** Controvérsia acerca da natureza dos créditos que não afasta a vedação legal ao esvaziamento da empresa Recuperanda quanto aos bens necessários à manutenção de sua atividade econômica. Inteligência da norma limitadora de direitos prevista no art. 49, §3º, da Lei nº 11.101/05. Regra de exceção, cuja boa hermenêutica impõe interpretação restritiva, vedada qualquer forma de presunção, analogia ou ampliação. **Imprescindibilidade do**

destravamento dos valores retidos ao cumprimento do programa recuperatório. Imperativa ponderação dos interesses conflitantes que conduz à necessária prevalência, por ora, do objetivo prioritário da legislação regente sobre a pretensão da Agravante quanto à imediata satisfação de seu crédito. Precedentes desta Colenda Corte. Manutenção da decisão agravada que se impõe. Desprovimento do recurso, com fulcro no art. 932, IV, "a", do CPC. (0038015-14.2015.8.19.0000 - AI, Des(A). Sérgio Nogueira De Azeredo - Julgamento: 05/04/2016 - Décima Nona Câmara Cível) (grifos não integram o original).

29. Sendo assim, fixados objetivamente os critérios adotados por esta Administração Judicial, passa-se à análise específica de cada uma das 25 (vinte e cinco) divergências e 28 (vinte e oito) habilitações de crédito administrativas, apresentadas pelos credores da sociedade empresária Recuperanda.

### III. Da análise das habilitações e divergências apresentadas

30. Antes de adentrar a análise das classes de credores, essa Administração Judicial informa que, em resposta à correspondência enviada na forma do art. 22, I, alínea "a", da Lei 11.101/2005, os credores MG Osteo Pharma Dist., LARTT Comércio e Distribuição de Produtos Hospitalares EIRELI, Panpharma Distribuidora de Medicamentos Ltda. e Onco Produtos Distribuidora de Produtos Hospitalares e Oncológicos Ltda. manifestam concordância ao crédito listado no primeiro Edital.

#### III.1 Classe I – Créditos Trabalhistas

##### III.1.a Adriana Barbosa da Silva

31. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Adriana Barbosa da Silva, através de correio eletrônico, por meio da qual requer a inclusão da quantia de R\$11.334,56 (onze mil trezentos e trinta e quatro reais e cinquenta e seis centavos) em seu favor, na classe I (trabalhistas), com base em certidão de habilitação de crédito expedida pela 2ª Vara do Trabalho de Nova Iguaçu-RJ, nos autos da ação trabalhista nº0100956-53.2021.5.01.0222.

32. Para instruir seu pedido, a requerente apresentou cópia da petição inicial da supracitada ação trabalhista, que se consubstancia em pedido de homologação de acordo extrajudicial, datada em 17 de novembro de 2021, no valor total de R\$ 11.334,56 (onze mil trezentos e trinta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, ata de audiência e certidão de habilitação de crédito.

33. Vale destacar que a Sra. Adriana Barbosa da Silva já se encontra listada na relação de credores da Recuperanda, na classe I (trabalhistas), pelo exato que ora pretende habilitar.

34. Na ocasião do contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, a Recuperanda salientou que o crédito postulado já está habilitado, de modo que não há nada a fazer.

35. Diante do exposto, o crédito resta mantido tal como listado em favor de Adriana Barbosa da Silva, no valor de R\$ 11.334,56 (onze mil trezentos e trinta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), na classe dos credores trabalhistas (classe I).

### III.1.b Alessandra Siqueira Rocha Souza

36. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Alessandra Siqueira Rocha Souza, através de correio eletrônico, por meio da qual requer a sua inclusão na relação de credores.

37. Esse Administrador Judicial destaca, de saída, que, na certidão de habilitação de crédito apresentada pela requerente, não constou a quantia líquida que lhe é devida, sendo certo que a mesma também não indicou o valor que pretende habilitar.

38. Nada obstante, com base no restante da documentação apresentada pela requerente, isto é, Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho e cópia da petição inicial da ação trabalhista nº 0100936-62.2021.5.01.0222, que se consubstancia em pedido de homologação de acordo extrajudicial, datada em 17 de novembro de 2021, foi possível constar que o valor a ser habilitado é de R\$ 45.403,52 (quarenta e cinco mil quatrocentos e três reais e cinquenta e dois centavos).

39. A Recuperanda, em sede de contraditório administrativo, destacou o equívoco na certidão de crédito, que deixou de incluir que o valor devido é de R\$45.403,52 (quarenta e cinco mil quatrocentos e três reais e cinquenta e dois centavos), e que, todavia, os demais documentos atestam que esse é o valor que deverá permanecer habilitado, tal como já constou na relação de credores.

40. Diante do exposto, resta mantido o crédito tal como listado em favor de Alessandra Siqueira Rocha Souza, no valor de R\$45.403,52 (quarenta e cinco mil quatrocentos e três reais e cinquenta e dois centavos), na classe dos credores trabalhistas (classe I).

### III.1.c Almira Camilo Souza

41. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Almira Camilo Souza, através de correio eletrônico, por meio da qual requer a inclusão da quantia de R\$12.662,33 (doze mil seiscentos e sessenta e dois reais e trinta e três centavos) em seu favor, na classe I (trabalhistas), com base em certidão de habilitação de crédito expedida pela 5ª Vara do Trabalho de Nova Iguaçu-RJ, nos autos da ação trabalhista nº0100797-04.2021.5.01.0225.

42. Para instruir seu pedido, a requerente apresentou cópia da petição inicial da supracitada ação trabalhista, que se consubstancia em pedido de homologação de acordo extrajudicial, datada em 06 de outubro de 2021, no valor total de R\$ 12.662,33 (doze mil seiscentos e sessenta e dois reais e trinta e três centavos), Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho e certidão de habilitação de crédito.

43. Vale destacar que a Sra. Almira Camilo Souza já se encontra listada na relação de credores da Recuperanda, na classe I (trabalhistas), pelo exato que ora pretende habilitar.

44. Na ocasião do contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, a Recuperanda salientou que o crédito postulado já está habilitado, de modo que não há nada a fazer.

45. Diante do exposto, o crédito resta mantido tal como listado em favor de Almira Camilo de Souza, no valor de R\$ 12.662,33 (doze mil seiscentos e sessenta e dois reais e trinta e três centavos), na classe dos credores trabalhistas (classe I).

### III.1.d Amanda Ramos da Cruz

46. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Amanda Ramos da Cruz, através de correio eletrônico, por meio da qual requer a inclusão da quantia de R\$61.805,39 (sessenta e um mil oitocentos e cinco reais e trinta e nove centavos) em seu favor, na classe I (trabalhistas), com base em certidão de habilitação de crédito expedida pela 2ª Vara do Trabalho de Nova Iguaçu-RJ, nos autos da ação trabalhista nº0100802-35.2021.5.01.0222.

47. Para instruir seu pedido, a requerente apresentou cópia da petição inicial da supracitada ação trabalhista, que se consubstancia em pedido de homologação de acordo extrajudicial, datada em 06 de outubro de 2021, no valor total de R\$ 51.504,49 (cinquenta e um mil quinhentos e quatro reais e quarenta e nove centavos), Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, homologação do acordo e certidão de habilitação de crédito.

48. Vale destacar que a Sra. Amanda Ramos da Cruz já se encontra listada na relação de credores da Recuperanda, na classe I (trabalhistas), pelo exato valor que foi objeto de acordo devidamente homologado, a saber, R\$ 51.504,49 (cinquenta e um mil quinhentos e quatro reais e quarenta e nove centavos), montante este que também constou no Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho.

49. Na ocasião do contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, a Recuperanda salientou que o valor indicado na certidão de crédito está equivocado, sendo o correto aquele que constou no acordo homologado pelo r. Juízo Laboral, e que já se encontra habilitado.

50. Assim, o crédito resta mantido tal como listado em favor de Amanda Ramos da Cruz, no valor de R\$ 51.504,49 (cinquenta e um mil quinhentos e quatro reais e quarenta e nove centavos), na classe dos credores trabalhistas (classe I).

**III.1.e Bruno Silva Requiell**

51. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Bruno Silva Requiell, através de correio eletrônico, por meio da qual requer a inclusão da quantia de R\$61.721,78 (sessenta e um mil setecentos e vinte e um reais e setenta e oito centavos) em seu favor, na classe I (trabalhistas), com base em certidão de habilitação de crédito expedida pela 2ª Vara do Trabalho de Nova Iguaçu-RJ, nos autos da ação trabalhista nº0100044-22.2022.5.01.0222.

52. Para instruir o pedido, o requerente apresentou cópia da petição inicial da ação trabalhista, que se consubstancia em pedido de homologação de acordo extrajudicial, datada em 16 de outubro de 2021, no valor total de R\$ 61.721,78 (sessenta e um mil setecentos e vinte e um reais e setenta e oito centavos), Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, homologação do acordo e certidão de habilitação de crédito.

53. Vale destacar que o Sr. Bruno Silva Requiell já se encontra listado na relação de credores da Recuperanda, na classe I (trabalhistas), pelo exato que ora pretende habilitar.

54. Na ocasião do contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, a Recuperanda salientou que o crédito postulado já está habilitado, de modo que não há nada a fazer.

55. Assim, o crédito resta mantido tal como listado em favor de Bruno Silva Requiell, no valor de R\$ 61.721,78 (sessenta e um mil setecentos e vinte e um reais e setenta e oito centavos), na classe dos credores trabalhistas (classe I).

**III.1.f Camila Pires de Oliveira de Souza**

56. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Camila Pires de Oliveira de Souza, através de correio eletrônico, por meio da qual requer a inclusão da quantia de R\$ 90.044,63 (noventa mil quarenta e quatro reais e sessenta e três centavos) em seu favor, na classe I (trabalhistas), com base em certidão de habilitação de crédito expedida pela 1ª Vara do Trabalho de Nova Iguaçu-RJ, nos autos da ação trabalhista nº0100051-17.2022.5.01.0221.

57. Para instruir seu pedido, a requerente apresentou cópia da petição inicial da supracitada ação trabalhista, que se consubstancia em pedido de homologação de acordo extrajudicial, datada em 16 de outubro de 2021, no valor total de R\$ 90.044,63 (noventa mil quarenta e quatro reais e sessenta e três centavos), Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, ata de audiência e certidão de habilitação de crédito.

58. Vale destacar que a Sra. Camila Pires de Oliveira de Souza já se encontra listada na relação de credores da Recuperanda, na classe I (trabalhistas), pelo exato que ora pretende habilitar.

59. Na ocasião do contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, a Recuperanda salientou que o crédito postulado já está habilitado, de modo que não há nada a fazer.

60. Diante do exposto, resta mantido o crédito tal como listado em favor de Camila Pires de Oliveira de Souza, no valor de R\$90.044,63 (noventa mil quarenta e quatro reais e sessenta e três centavos), na classe dos credores trabalhistas (classe I).

### III.1.g Caroline Souza Caetano de Andrade

61. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Caroline Souza Caetano de Andrade, através de correio eletrônico, por meio da qual requer a inclusão da quantia de R\$ 12.915,84 (doze mil novecentos e quinze reais e oitenta e quatro centavos) em seu favor, na classe I (trabalhistas), com base em certidão de habilitação de crédito expedida pela 5ª Vara do Trabalho de Nova Iguaçu-RJ, nos autos da ação trabalhista nº 0100931-31.2021.5.01.0225.

62. Para instruir seu pedido, a requerente apresentou cópia da petição inicial da supracitada ação trabalhista, que se consubstancia em pedido de homologação de acordo extrajudicial, datada em 17 de novembro de 2021, no valor total de R\$ 12.915,84 (doze mil novecentos e quinze reais e oitenta e quatro centavos), Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, homologação do acordo e certidão de habilitação de crédito.

63. Vale destacar que a Sra. Caroline Souza Caetano de Andrade já se encontra listada na relação de credores da Recuperanda, na classe I (trabalhistas), pelo exato que ora pretende habilitar.



64. Na ocasião do contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, a Recuperanda salientou que o crédito postulado já está habilitado, de modo que não há nada a fazer.

65. Diante do exposto, resta mantido o crédito tal como listado em favor de Caroline Souza Caetano de Andrade, no valor de R\$12.915,84 (doze mil novecentos e quinze reais e oitenta e quatro centavos), na classe dos credores trabalhistas (classe I).

### III.1.h Cleide Pereira da Silva Galanti

66. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Cleide Pereira da Silva Galanti, através de correio eletrônico, por meio da qual requer a inclusão da quantia de R\$ 89.045,94 (oitenta e nove mil quarenta e cinco reais e noventa e quatro centavos) em seu favor, na classe I (trabalhistas), com base em certidão de habilitação de crédito expedida pela 2ª Vara do Trabalho de Nova Iguaçu-RJ, nos autos da ação trabalhista nº0100950-46.2021.5.01.0222.

67. Para instruir seu pedido, a requerente apresentou cópia da petição inicial da supracitada ação trabalhista, que se consubstancia em pedido de homologação de acordo extrajudicial, datada em 17 de novembro de 2021, no valor total de R\$ 89.045,94 (oitenta e nove mil quarenta e cinco reais e noventa e quatro centavos), Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, ata de audiência e certidão de habilitação de crédito.

68. Vale destacar que a Sra. Cleide Pereira da Silva Galanti já se encontra listada na relação de credores da Recuperanda, na classe I (trabalhistas), pelo exato que ora pretende habilitar.

69. Na ocasião do contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, a Recuperanda salientou que o crédito postulado já está habilitado, de modo que não há nada a fazer.

70. Diante do exposto, o crédito resta mantido tal como listado em favor de Cleide Pereira da Silva Galanti, no valor de R\$89.045,94 (oitenta e nove mil quarenta e cinco reais e noventa e quatro centavos), na classe dos credores trabalhistas (classe I).



**III.1.i Eder Bello dos Santos**

71. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Eder Bello dos Santos, através de correio eletrônico, por meio da qual requer a inclusão da quantia de R\$ 18.175,87 (dezoito mil cento e setenta e cinco reais e oitenta e sete centavos) em seu favor, na classe I (trabalhistas), com base em termo de acordo com força de certidão de crédito expedido pela 6ª Vara do Trabalho de Nova Iguaçu-RJ, nos autos da ação trabalhista nº 0100111-72.2022.5.01.0226.

72. Para instruir seu pedido, o requerente apresentou cópia da petição inicial da supracitada ação trabalhista, que se consubstancia em pedido de homologação de acordo extrajudicial, datada em 27 de dezembro de 2021, no valor total de R\$ 18.175,87 (dezoito mil cento e setenta e cinco reais e oitenta e sete centavos), Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho e termo de acordo com validade de certidão de crédito.

73. Na ocasião do contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, a Recuperanda manifestou sua concordância com o pedido de habilitação de crédito.

74. Assim, diante da apresentação dos documentos comprobatórios, a que se refere o art. 9º, III, da Lei 11.101/2005, e da concordância da Recuperanda, acolhe-se a habilitação apresentada, para fins de inclusão do crédito em favor de Eder Bello dos Santos na classe dos credores trabalhistas (classe I), pelo valor de R\$18.175,87 (dezoito mil cento e setenta e cinco reais e oitenta e sete centavos).

**III.1.j Edipo Silva dos Santos**

75. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Edipo Silva dos Santos, através de correio eletrônico, por meio da qual requer a inclusão da quantia de R\$ 12.533,37 (doze mil quinhentos e trinta e três reais e trinta e sete centavos) em seu favor, na classe I (trabalhistas), com base em certidão de habilitação de crédito expedida pela 5ª Vara do Trabalho de Nova Iguaçu-RJ, nos autos da ação trabalhista nº 0100798-86.20221.5.01.0225.

76. Para instruir seu pedido, o requerente apresentou cópia da petição inicial da supracitada ação trabalhista, que se consubstancia em pedido de homologação de acordo extrajudicial, datada em 06 de outubro de 2021, no valor total de R\$ 12.533,37 (doze mil quinhentos e trinta e três reais e trinta e sete centavos), homologação do acordo e certidão de habilitação de crédito.

77. Vale destacar que o Sr. Edipo Silva dos Santos já se encontra listado na relação de credores da Recuperanda, na classe I (trabalhistas), pelo exato que ora pretende habilitar.

78. Na ocasião do contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, a Recuperanda salientou que o crédito postulado já está habilitado, de modo que não há nada a fazer.

79. Diante do exposto, resta mantido o crédito tal como listado em favor de Edipo Silva dos Santos, no valor de R\$ 12.533,37 (doze mil quinhentos e trinta e três reais e trinta e sete centavos), na classe dos credores trabalhistas (classe I).

### III.1.k Elaine Cristina dos Santos

80. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Elaine Cristina dos Santos, através de correio eletrônico, por meio da qual requer a inclusão da quantia de R\$ 13.499,81 (treze mil quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta e um centavos) em seu favor, na classe I (trabalhistas), com base em certidão de habilitação de crédito expedida pela 6ª Vara do Trabalho de Nova Iguaçu-RJ, nos autos da ação trabalhista nº0100944-27.2021.5.01.0226.

81. Para instruir seu pedido, a requerente apresentou cópia da petição inicial da supracitada ação trabalhista, que se consubstancia em pedido de homologação de acordo extrajudicial, datada em 17 de novembro de 2021, no valor total de R\$ 13.499,81 (treze mil quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta e um centavos), Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho e certidão de habilitação de crédito.

82. Vale destacar que a Sra. Elaine Cristina dos Santos já se encontra listada na relação de credores da Recuperanda, na classe I (trabalhistas), pelo exato que ora pretende habilitar.

83. Na ocasião do contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, a Recuperanda salientou que o crédito postulado já está habilitado, de modo que não há nada a fazer.

84. Assim, resta mantido o crédito tal como listado em favor de Elaine Cristina dos Santos, no valor de R\$ 13.499,81 (treze mil quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta e um centavos), na classe dos credores trabalhistas (classe I).

### III.1.I Fillipe Rodrigues dos Anjos Lemos

85. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Fillipe Rodrigues dos Anjos Lemos, através de correio eletrônico, por meio da qual requer a inclusão da quantia de R\$ 7.025,29 (sete mil vinte e cinco reais e vinte e nove centavos) em seu favor, na classe I (trabalhistas), com base em certidão de habilitação de crédito expedida pela 6ª Vara do Trabalho de Nova Iguaçu-RJ, nos autos da ação trabalhista nº 0100812-67.2021.5.01.0226.

86. Para instruir seu pedido, o requerente apresentou cópia da petição inicial da supracitada ação trabalhista, que se consubstancia em pedido de homologação de acordo extrajudicial, datada em 06 de outubro de 2021, no valor total de R\$ 7.025,29 (sete mil vinte e cinco reais e vinte e nove centavos) e certidão de habilitação de crédito.

87. Vale destacar que o Sr. Fillipe Rodrigues dos Anjos Lemos já se encontra listado na relação de credores da Recuperanda, na classe I (trabalhistas), pelo exato que ora pretende habilitar.

88. Na ocasião do contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, a Recuperanda salientou que o crédito postulado já está habilitado, de modo que não há nada a fazer.

89. Assim, resta mantido o crédito tal como listado em favor de Fillipe Rodrigues dos Anjos Lemos, no valor de R\$ 7.025,29 (sete mil vinte e cinco reais e vinte e nove centavos), na classe dos credores trabalhistas (classe I).

**III.1.m Francinalva de Jesus Januário**

90. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Francinalva de Jesus Januário, através de correio eletrônico, por meio da qual requer a inclusão da quantia de R\$ 7.416,94 (sete mil quatrocentos e dezesseis reais e noventa e quatro centavos) em seu favor, na classe I (trabalhistas), com base em certidão de habilitação de crédito expedida pela 5ª Vara do Trabalho de Nova Iguaçu-RJ, nos autos da ação trabalhista nº0100932-16.2021.5.01.0225.

91. Para instruir o pedido, a requerente apresentou cópia da petição inicial da ação trabalhista, que se consubstancia em pedido de homologação de acordo extrajudicial, datada em 17 de novembro de 2021, no valor total de R\$ 7.416,94 (sete mil quatrocentos e dezesseis reais e noventa e quatro centavos), Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, homologação do acordo e certidão de habilitação de crédito.

92. Vale destacar que a Sra. Francinalva de Jesus Januário já se encontra listada na relação de credores da Recuperanda, na classe I (trabalhistas), pelo exato que ora pretende habilitar.

93. Na ocasião do contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, a Recuperanda salientou que o crédito postulado já está habilitado, de modo que não há nada a fazer.

94. Diante do exposto, resta mantido o crédito tal como listado em favor de Francinalva de Jesus Januário, no valor de R\$7.416,94 (sete mil quatrocentos e dezesseis reais e noventa e quatro centavos), na classe de credores trabalhistas (I).

**III.1.n Franciscarla do Amor Divino Soares**

95. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Franciscarla do Amor Divino Soares, através de correio eletrônico, por meio da qual requer a inclusão da quantia de R\$ 6.416,25 (seis mil quatrocentos e dezesseis reais e vinte e cinco centavos) em seu favor, na classe I (trabalhistas), com base em certidão de habilitação de crédito expedida pela 2ª Vara do Trabalho de Nova Iguaçu-RJ, nos autos da ação trabalhista nº0100937-47.2021.5.01.0222.

96. Para instruir seu pedido, a requerente apresentou cópia da petição inicial da supracitada ação trabalhista, que se consubstancia em pedido de homologação de acordo extrajudicial, datada em 11 de novembro de 2021, no valor total de R\$ 6.416,25 (seis mil quatrocentos e dezesseis reais e vinte e cinco centavos), Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, homologação do acordo e certidão de habilitação de crédito.

97. Vale destacar que a Sra. Franciscarla do Amor Divino Soares já se encontra listada na relação de credores da Recuperanda, na classe I (trabalhistas), pelo exato que ora pretende habilitar.

98. Na ocasião do contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, a Recuperanda salientou que o crédito postulado já está habilitado, de modo que não há nada a fazer.

99. Diante do exposto, resta mantido o crédito tal como listado em favor de Franciscarla do Amor Divino Soares, no valor de R\$6.416,25 (seis mil quatrocentos e dezesseis reais e vinte e cinco centavos), na classe dos credores trabalhistas (classe I).

### III.1.p Hugo da Silva Oliveira

100. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Hugo da Silva Oliveira, através de correio eletrônico, por meio da qual requer a inclusão da quantia de R\$ 16.094,80 (dezesseis mil noventa e quatro reais e oitenta centavos) em seu favor, na classe I (trabalhistas), com base em certidão de habilitação de crédito expedida pela 5ª Vara do Trabalho de Nova Iguaçu-RJ, nos autos da ação trabalhista nº 0100047-65.2022.5.01.0225.

101. Para instruir seu pedido, o requerente apresentou cópia da petição inicial da supracitada ação trabalhista, que se consubstancia em pedido de homologação de acordo extrajudicial, datada em 16 de dezembro de 2021, no valor total de R\$ 16.094,80 (dezesseis mil noventa e quatro reais e oitenta centavos), Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, homologação do acordo e certidão de habilitação de crédito.

102. Vale destacar que o Sr. Hugo da Silva Oliveira já se encontra listado na relação de credores da Recuperanda, na classe I (trabalhistas), pelo exato que ora pretende habilitar.

103. Na ocasião do contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, a Recuperanda salientou que o crédito postulado já está habilitado, de modo que não há nada a fazer.

104. Diante do exposto, resta mantido o crédito tal como listado em favor de Hugo da Silva Oliveira, no valor de R\$ 16.094,80 (dezesesseis mil noventa e quatro reais e oitenta centavos), na classe dos credores trabalhistas (classe I).

### III.1.q Juliane Lemos de Vasconcelos

105. A Sra. Juliane Lemos de Vasconcelos apresentou habilitação de crédito a esse Administrador Judicial, por meio de correio eletrônico, na qual postula a sua inclusão na relação de credores, na classe dos credores trabalhistas (classe I), pelo valor de R\$ 9.613,39 (nove mil seiscentos e treze reais e trinta e nove centavos).

106. Em suas razões, a requerente afirma que foi contratada pela Recuperanda no dia 08 de dezembro de 2017, para a função de Atendente de Medicamentos I, tendo recebido aviso prévio em 07 de dezembro de 2021, data em que se deu seu afastamento sem justa causa.

107. Aduz que até a presente data não recebeu qualquer valor a título de rescisão contratual.

108. Nesse sentido, ressalta que deve ser considerada a incidência da multa prevista no art. 477 da CLT, no valor de R\$ 1.306,61 (um mil trezentos e seis reais e sessenta e um centavos), que correspondia a sua remuneração base, dada a ausência de quitação das verbas rescisórias no prazo legal, somada aos créditos demonstrados no Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, isto é, R\$ 8.306,78 (oito mil trezentos e seis reais e setenta e oito centavos).

109. Instada a se manifestar, em sede contraditório administrativo, a Recuperanda pugnou pela habilitação tão somente do valor de R\$ 8.306,78 (oito mil trezentos e seis reais e setenta e oito centavos), constante no TRCT, eis que não há comprovação de que foi condenada ao pagamento da multa prevista no art. 477 da CLT no âmbito de eventual Reclamação Trabalhista.

110. É importante salientar que, de fato, a penalidade a que alude o art. 477, §8º, da CLT no presente caso não deve incidir.

111. Isto porque as verbas rescisórias devidas à requerente são concursais, na forma do art. 49, caput, da LRF, de modo que a Recuperanda não poderia realizar o seu pagamento dentro do prazo de 10 (dez) dias previsto no §6º do art. 477, sob pena de ofensa à *pars conditio creditorum*.

112. Por tais motivos, acolhe-se parcialmente a habilitação apresentada, para incluir o crédito no montante de R\$ 8.306,78 (oito mil trezentos e seis reais e setenta e oito centavos) em favor de Juliane Lemos de Vasconcelos, na classe I (trabalhistas).

### **III.1.r Juliane Oliveira Pinheiro da Silva Rodrigues**

113. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Juliane Oliveira Pinheiro da Silva Rodrigues, através de correio eletrônico, por meio da qual requer a inclusão da quantia de R\$ 9.208,64 (nove mil duzentos e oito reais e sessenta e quatro centavos) em seu favor, na classe I (trabalhistas), com base em certidão de habilitação de crédito expedida pela 3ª Vara do Trabalho de Nova Iguaçu-RJ, nos autos da ação trabalhista nº0100945-21.2021.5.01.0223.

114. Para instruir seu pedido, a requerente apresentou cópia da petição inicial da supracitada ação trabalhista, que se consubstancia em pedido de homologação de acordo extrajudicial, datada em 17 de novembro de 2021, no valor total de R\$ 9.208,64 (nove mil duzentos e oito reais e sessenta e quatro centavos), Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, homologação do acordo e certidão de habilitação de crédito.

115. Vale destacar que a Sra. Juliane Oliveira Pinheiro da Silva Rodrigues já se encontra listada na relação de credores da Recuperanda, na classe I (trabalhistas), pelo exato que ora pretende habilitar.

116. Aberto o contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, a Recuperanda salientou que o crédito já está habilitado, de modo que não há o que fazer.

117. Diante do exposto, resta mantido o crédito tal como listado em favor de Juliane Oliveira Pinheiro da Silva Rodrigues, no valor de R\$ 9.208,64 (nove mil duzentos e oito reais e sessenta e quatro centavos), na classe dos trabalhistas (classe I).

### III.1.s Leandro Wagner Santana

118. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Leandro Wagner Santana, por correio eletrônico, em que requer a inclusão de R\$ 9.726,92 (nove mil setecentos e vinte e seis reais e noventa e dois centavos) em seu favor, na classe I (trabalhistas), com base em certidão de habilitação expedida pela 3ª Vara do Trabalho de Nova Iguaçu-RJ, nos autos da ação trabalhista nº 0100813-61.2021.5.01.0223.

119. Para instruir seu pedido, o requerente apresentou cópia da petição inicial da supracitada ação trabalhista, que se consubstancia em pedido de homologação de acordo extrajudicial, datada em 06 de outubro de 2021, no valor total de R\$ 9.726,92 (nove mil setecentos e vinte e seis reais e noventa e dois centavos), Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, homologação do acordo e certidão de habilitação de crédito.

120. Vale destacar que o Sr. Leandro Wagner Santana já se encontra listado na relação de credores da Recuperanda, na classe I (trabalhistas), pelo exato que ora pretende habilitar.

121. Na ocasião do contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, a Recuperanda salientou que o crédito postulado já está habilitado, de modo que não há nada a fazer.

122. Diante do exposto, resta mantido o crédito tal como listado em favor de Leandro Wagner Santana, no valor de R\$ 9.726,92 (nove mil setecentos e vinte e seis reais e noventa e dois centavos), na classe dos credores trabalhistas (classe I).



**III.1.t Meury Jose dos Santos**

123. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Meury Jose dos Santos, através de correio eletrônico, por meio da qual requer a inclusão da quantia de R\$ 10.114,40 (dez mil cento e quatorze reais e quarenta centavos) em seu favor, na classe I (trabalhistas), com base em certidão de habilitação de crédito expedida pela 5ª Vara do Trabalho de Nova Iguaçu-RJ, nos autos da ação trabalhista nº 0100799-71.2021.5.01.0225.

124. Para instruir seu pedido, a requerente apresentou cópia da petição inicial da supracitada ação trabalhista, que se consubstancia em pedido de homologação de acordo extrajudicial, datada em 06 de outubro de 2021, no valor total de R\$ 10.114,40 (dez mil cento e quatorze reais e quarenta centavos) e certidão de habilitação de crédito.

125. Vale destacar que a Sra. Meury Jose dos Santos já se encontra listada na relação de credores da Recuperanda, na classe I (trabalhistas), pelo exato que ora pretende habilitar.

126. Na ocasião do contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, a Recuperanda salientou que o crédito postulado já está habilitado, de modo que não há nada a fazer.

127. Diante do exposto, resta mantido o crédito tal como listado em favor de Meury Jose dos Santos, no valor de R\$ 10.114,40 (dez mil cento e quatorze reais e quarenta centavos), na classe dos credores trabalhistas (classe I).

**III.1.u Priscila Chaves dos Santos**

128. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Priscila Chaves dos Santos, através de correio eletrônico, por meio da qual requer a inclusão da quantia de R\$ 9.046,52 (nove mil quarenta e seis reais e cinquenta e dois centavos) em seu favor, na classe I (trabalhistas), com base em certidão de habilitação de crédito expedida pela 3ª Vara do Trabalho de Nova Iguaçu-RJ, nos autos da ação trabalhista nº 0100814-46.2021.5.01.0223.

129. Para instruir seu pedido, a requerente apresentou cópia da petição inicial da supracitada ação trabalhista, que se consubstancia em pedido de homologação de acordo extrajudicial, datada em 06 de outubro de 2021, no valor total de R\$ 9.046,52 (nove mil quarenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, homologação do acordo e certidão de habilitação de crédito.

130. Vale destacar que a Sra. Priscila Chaves dos Santos já se encontra listada na relação de credores da Recuperanda, na classe I (trabalhistas), pelo exato que ora pretende habilitar.

131. Na ocasião do contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, a Recuperanda salientou que o crédito postulado já está habilitado, de modo que não há nada a fazer.

132. Diante do exposto, resta mantido o crédito tal como listado em favor de Priscila Chaves dos Santos, no valor de R\$ 9.046,52 (nove mil quarenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), na classe dos credores trabalhistas (classe I).

### III.1.v Priscila Omena da Silva

133. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Priscila Omena da Silva, através de correio eletrônico, por meio da qual requer a inclusão da quantia de R\$8.465,33 (oito mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e trinta e três centavos) em seu favor, na classe I (trabalhistas), com base em certidão de habilitação de crédito expedida pela 3ª Vara do Trabalho de Nova Iguaçu-RJ, nos autos da ação trabalhista nº0100815-31.2021.5.01.0223.

134. Vale destacar que a Sra. Priscila Omena da Silva já se encontra listada na relação de credores da Recuperanda, na classe I (trabalhistas), pelo exato que ora pretende habilitar.

135. Na ocasião do contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, a Recuperanda salientou que o crédito postulado já está habilitado, de modo que não há nada a fazer.

136. Diante do exposto, resta mantido o crédito tal como listado em favor de Priscila Omena da Silva, no valor de R\$8.465,33 (oito mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e trinta e três centavos), na classe dos credores trabalhistas (classe I).

### **III.1.x Raquel Freitas de Almeida Campean**

137. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Raquel Freitas de Almeida Campean, através de correio eletrônico, por meio da qual requer a imediata inclusão da quantia de R\$ 67.555,60 (sessenta e sete mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos) em seu favor na relação de credores, e, ali, na classe I (trabalhistas), com base em certidão de habilitação de crédito expedida pela 6ª Vara do Trabalho de Nova Iguaçu-RJ, nos autos da ação trabalhista de nº 0100945-12.2021.5.01.0226.

138. Para instruir seu pedido, a requerente apresentou cópia da petição inicial da supracitada ação trabalhista, que se consubstancia em pedido de homologação de acordo extrajudicial, datada em 17 de novembro de 2021, no valor total de R\$ 67.555,60 (sessenta e sete mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos), Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, homologação do acordo e certidão de habilitação de crédito.

139. Vale destacar que a Sra. Raquel Freitas de Almeida Campean já se encontra listada na relação de credores da Recuperanda, na classe I (trabalhistas), pelo exato que ora pretende habilitar.

140. Na ocasião do contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, a Recuperanda salientou que o crédito postulado já está habilitado, de modo que não há nada a fazer.

141. Diante do exposto, resta mantido o crédito tal como listado em favor de Raquel Freitas de Almeida Campean, no valor de R\$67.555,60 (sessenta e sete mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos), na classe dos credores trabalhistas (classe I).

**III.1.y Valcileia de Jesus Ferreira Pereira**

142. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Valcileia de Jesus Ferreira Pereira, através de correio eletrônico, por meio da qual requer a inclusão da quantia de R\$ 12.432,80 (doze mil quatrocentos e trinta e dois reais e oitenta centavos) em seu favor, na classe I (trabalhistas), com base em certidão de habilitação de crédito expedida pela 6ª Vara do Trabalho de Nova Iguaçu-RJ, nos autos da ação trabalhista nº0100813-52.2021.5.01.0226.

143. Para instruir seu pedido, a requerente apresentou cópia da petição inicial da supracitada ação trabalhista, que se consubstancia em pedido de homologação de acordo extrajudicial, datada em 06 de outubro de 2021, no valor total de R\$ 12.432,80 (doze mil quatrocentos e trinta e dois reais e oitenta centavos), homologação do acordo e certidão de habilitação de crédito.

144. Vale destacar que a Sra. Valcileia de Jesus Ferreira Pereira já se encontra listada na relação de credores da Recuperanda, na classe I (trabalhistas), pelo exato que ora pretende habilitar.

145. Na ocasião do contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, a Recuperanda salientou que o crédito postulado já está habilitado, de modo que não há nada a fazer.

146. Diante do exposto, resta mantido o crédito tal como listado em favor de Valcileia de Jesus Ferreira Pereira, no valor de R\$12.432,80 (doze mil quatrocentos e trinta e dois reais e oitenta centavos), na classe dos credores trabalhistas (classe I).

**III.1.z Vandressa Freitas Rangel Silva**

147. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Vandressa Freitas Rangel Silva, através de correio eletrônico, por meio da qual requer a inclusão da quantia de R\$ 15.094,45 (quinze mil noventa e quatro reais e quarenta e cinco centavos) em seu favor, na classe I (trabalhistas), com base em certidão de habilitação de crédito expedida pela 6ª Vara do Trabalho de Nova Iguaçu-RJ, nos autos da ação trabalhista nº 0100946-94.2021.5.01.0226.

148. Para instruir seu pedido, a requerente apresentou cópia da petição inicial da supracitada ação trabalhista, que se consubstancia em pedido de homologação de acordo extrajudicial, datada em 11 de novembro de 2021, no valor total de R\$ 15.094,45 (quinze mil noventa e quatro reais e quarenta e cinco centavos), Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, homologação do acordo e certidão de habilitação de crédito.

149. Vale destacar que a Sra. Vandressa Freitas Rangel Silva já se encontra listada na relação de credores da Recuperanda, na classe I (trabalhistas), pelo exato que ora pretende habilitar.

150. Na ocasião do contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, a Recuperanda salientou que o crédito postulado já está habilitado, de modo que não há nada a fazer.

151. Diante do exposto, resta mantido o crédito tal como listado em favor de Vandressa Freitas Rangel Silva, no valor de R\$15.094,45 (quinze mil noventa e quatro reais e quarenta e cinco centavos), na classe dos credores trabalhistas (classe I).

### III.1.a.a Vanessa da Silva Oliveira

152. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Vanessa da Silva Oliveira, através de correio eletrônico, por meio da qual requer a inclusão da quantia de R\$ 10.896,47 (dez mil oitocentos e noventa e seis reais e quarenta e sete centavos) em seu favor, na classe I (trabalhistas), com base em certidão de habilitação de crédito expedida pela 1ª Vara do Trabalho de Nova Iguaçu-RJ, nos autos da ação trabalhista nº0100798-98.2021.5.01.0221.

153. Para instruir seu pedido, a requerente apresentou cópia da petição inicial da supracitada ação trabalhista, que se consubstancia em pedido de homologação de acordo extrajudicial, datada em 06 de outubro de 2021, no valor total de R\$ 10.896,47 (dez mil oitocentos e noventa e seis reais e quarenta e sete centavos), homologação do acordo e certidão de habilitação de crédito.

154. Vale destacar que a Sra. Vanessa da Silva Oliveira já se encontra listada na relação de credores da Recuperanda, na classe I (trabalhistas), pelo exato que ora pretende habilitar.

155. Na ocasião do contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, a Recuperanda salientou que o crédito postulado já está habilitado, de modo que não há nada a fazer.

156. Diante do exposto, resta mantido o crédito tal como listado em favor de Vanessa da Silva Oliveira, no valor de R\$ 10.896,47 (dez mil oitocentos e noventa e seis reais e quarenta e sete centavos), na classe dos credores trabalhistas (classe I).

### III.1.a.b Vanessa da Silva Palutine

157. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Vanessa da Silva Palutine, através de correio eletrônico, por meio da qual requer a inclusão da quantia de R\$ 80.469,96 (oitenta mil quatrocentos e sessenta e nove reais e noventa e seis centavos) em seu favor, na classe I (trabalhistas), com base em certidão de habilitação de crédito expedida pela 3ª Vara do Trabalho de Nova Iguaçu-RJ, nos autos da ação trabalhista nº 0100052-93.2022.5.01.0223.

158. Para instruir seu pedido, a requerente apresentou cópia da petição inicial da supracitada ação trabalhista, que se consubstancia em pedido de homologação de acordo extrajudicial, datada em 16 de dezembro de 2021, no valor total de R\$ 80.469,96 (oitenta mil quatrocentos e sessenta e nove reais e noventa e seis centavos), Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, homologação do acordo e certidão de habilitação de crédito.

159. Vale destacar que a Sra. Vanessa da Silva Palutine já se encontra listada na relação de credores da Recuperanda, na classe I (trabalhistas), pelo exato que ora pretende habilitar.

160. Na ocasião do contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, a Recuperanda salientou que o crédito postulado já está habilitado, de modo que não há nada a fazer.

161. Diante do exposto, resta mantido o crédito tal como listado em favor de Vanessa da Silva Palutine, no valor de R\$ 80.469,96 (oitenta mil quatrocentos e sessenta e nove reais e noventa e seis centavos), na classe dos credores trabalhistas (classe I).

**III.1.a.c Vantuir Souza Marins Júnior**

162. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Vantuir Souza Marins Júnior, através de correio eletrônico, por meio da qual requer a inclusão da quantia de R\$ 5.140,13 (cinco mil cento e quarenta reais e treze centavos) em seu favor, na classe I (trabalhistas), com base em certidão de habilitação de crédito expedida pela 2ª Vara do Trabalho de Nova Iguaçu-RJ, nos autos da ação trabalhista nº 0100938-32.2021.5.01.0222.

163. Para instruir seu pedido, o requerente apresentou cópia da petição inicial da supracitada ação trabalhista, que se consubstancia em pedido de homologação de acordo extrajudicial, datada em 25 de novembro de 2021, no valor total de R\$ 5.140,13 (cinco mil cento e quarenta reais e treze centavos), Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, homologação do acordo e certidão de habilitação de crédito.

164. Vale destacar que o Sr. Vantuir Souza Marins Júnior já se encontra listado na relação de credores da Recuperanda, na classe I (trabalhistas), pelo exato que ora pretende habilitar.

165. Na ocasião do contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, a Recuperanda salientou que o crédito postulado já está habilitado, de modo que não há nada a fazer.

166. Diante do exposto, resta mantido o crédito tal como listado em favor de Vantuir Souza Marins Júnior, no valor de R\$ 5.140,13 (cinco mil cento e quarenta reais e treze centavos), na classe dos credores trabalhistas (classe I).

**III.2 Classe III – Créditos Quirografários****III.2.a Gambier Empreendimentos Ltda.**

167. A sociedade Gambier Empreendimentos Ltda. apresentou habilitação de crédito a essa Administração Judicial, por meio de correio eletrônico, com o objetivo de fazer constar em seu favor a quantia de R\$ 24.341,59 (vinte e quatro mil trezentos e quarenta e um reais e cinquenta e nove centavos).

168. Nas razões de divergência, afirma que seu crédito tem origem no contrato de locação não residencial dos imóveis situados na Praça Saens Pena, nº 11, e nº 13 casas 01 e 02, Tijuca, Rio de Janeiro, cujo prazo é de 60 (sessenta) meses, iniciado em 1º de fevereiro de 2021 e com término em 31 de janeiro de 2026.

169. Aduz que o aluguel mensal convencionado entre as partes é de R\$22.500,00 (vinte e dois mil quinhentos reais), a ser pago pela Locatária Drogaria Galanti até o dia 05 de cada mês, ficando acordado, ainda, um desconto no valor do aluguel de R\$3.000,00 (três mil reais) durante os 12 (doze) primeiros meses.

170. Prossegue no afirmar que, a partir do mês de novembro de 2021, a Locatária, ora Recuperanda, passou a não mais efetuar o pagamento do aluguel, estando em aberto a quantia de R\$ 24.341,59 (vinte e quatro mil trezentos e quarenta e um reais e cinquenta e nove centavos).

171. A requerente instruiu a presente habilitação de crédito com o contrato de locação celebrado com a Drogaria Galanti e memória de cálculo.

172. Nada obstante, ao analisar a memória de cálculo, esse Administrador Judicial verificou que o valor ora postulado está atualizado até maio de 2022, data posterior ao pedido de recuperação judicial, qual seja, 09 de dezembro de 2021, o que vai de encontro a regra contida no art. 9º, II, da LRF, *in verbis*:

“Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter:(...)

II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação;”

173. A Recuperanda, em sede de contraditório administrativo, concordou com a inclusão do crédito da requerente, desde que a atualização se dê até a data do pedido de recuperação judicial.



174. Assim, esse Auxiliar do Juízo realizou o cálculo do valor devido à requerente, nos termos do contrato de locação e com arrimo na legislação de regência, tendo alcançado a quantia de R\$ 21.649,33 (vinte e um mil seiscentos e quarenta e nove reais e trinta e três centavos). Veja-se:

### PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

Data de atualização dos valores: dezembro/2021

Indexador utilizado: IGP-M - (FGV)

Juros moratórios simples de 1,00% ao mês - a partir de 05/11/2021

Acréscimo de 10,00% referente a multa.

Honorários advocatícios de 0,00% - (não aplicável sobre a multa).

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR JUROS COMPENSATÓRIOS ATUALIZADO	JUROS MORATÓRIOS 0,00% a.m.	JUROS MORATÓRIOS 1,00% a.m.	MULTA 10,00%	TOTAL
1		05/11/2021	19.500,00	19.503,90	0,00	195,04	1.950,39	21.649,33
Sub-Total								R\$ 21.649,33
TOTAL GERAL								R\$ 21.649,33

175. Nessa ordem de ideias, acolhe-se parcialmente a habilitação, para incluir o crédito no valor de R\$ 21.649,33 (vinte e um mil seiscentos e quarenta e nove reais e trinta e três centavos) em favor de Gambier Empreendimentos Ltda, na classe III (quirografários).

### III.2.b Access Gestão de Documentos Ltda.

176. Trata-se de divergência de crédito apresentada pelo credor Access Gestão de Documentos Ltda., sucessora por incorporação da empresa P3IMAGE Comércio e Serviços de Informática Ltda., por meio de correio eletrônico, na qual afirma que o crédito listado em seu favor no primeiro Edital, no valor de R\$ 7.459,77 (sete mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e setenta e sete centavos), deve ser adequado, para que passe a constar a quantia de R\$ 34.230,08 (trinta e quatro mil duzentos e trinta reais e oito centavos).

177. Em suas razões, a credora Access afirma que firmou contrato de prestação de serviços de gestão documental com a Recuperanda, no qual são emitidas notas fiscais mensalmente.

178. Nesse sentido, aduz que algumas notas fiscais estão em aberto, que totalizam a importância de R\$ 34.230,08 (trinta e quatro mil duzentos e trinta reais e oito centavos), sendo elas:

Nome Cliente	Nota fiscal	Vencimento	Saldo
DROGARIA GALANTI	8383	19/11/2021	R\$ 7.459,77
DROGARIA GALANTI	8554	21/12/2021	R\$ 9.598,46
DROGARIA GALANTI	8934	25/02/2022	R\$ 8.790,27
DROGARIA GALANTI	9075	29/03/2022	R\$ 8.381,58

179. Instaurado o contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, a Recuperanda se manifestou pela majoração do crédito da requerente para o valor de R\$17.058,23 (dezessete mil cinquenta e oito reais e vinte e três centavos), referente à inclusão das Notas Fiscais nº 8383 e nº 8554.

180. Naquela oportunidade, a devedora afirmou que as Notas Fiscais nº 8934 e nº 9075 foram emitidas e possuem vencimento em data posterior a Recuperação Judicial, motivo pelo qual não se sujeitam ao concurso de credores.

181. A análise esmiuçada dos documentos que instruem a presente divergência permite atestar que os créditos atinentes às notas fiscais nº 8934 e nº 9075 possuem fato gerador em data posterior ao pedido de recuperação judicial, ocorrido no dia 09 de dezembro de 2021.

182. Isto porque as aludidas notas foram emitidas em fevereiro e março de 2022, o que indica que a prestação de serviço, fato gerador do crédito no presente caso, se deu naqueles meses.

183. Com efeito, a constituição do crédito em data posterior ao pedido de recuperação impõe a sua não submissão ao concurso de credores, na forma do art. 49, caput, da LRF.

184. Por tais motivos, acolhe-se parcialmente a divergência, para majorar o crédito listado em favor de Access Gestão de Documentos Ltda. para o valor de R\$17.058,23 (dezessete mil cinquenta e oito reais e vinte e três centavos), mantida a sua classificação na classe III (quirografários).

**III.1.c Aché Laboratórios Farmacêuticos S/A**

185. Trata-se de divergência de crédito apresentada pelo credor Aché Laboratórios Farmacêuticos Ltda., através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao crédito listado em seu favor no primeiro Edital, no valor de R\$ 188.465,08 (cento e oitenta e oito mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e oito centavos), na classe III (quirografários), pugnando pela majoração para a quantia que entende ser devida de R\$ 204.407,86 (duzentos e quatro mil quatrocentos e sete reais e oitenta e seis centavos).

186. Aduz, em suas razões, que o crédito objeto de divergência tem origem na relação comercial mantida entre as partes, na qual Recuperanda Drogaria Galanti adquiria produtos com a requerente, e, após a emissão da nota fiscal e do recebimento da mercadoria, deveria realizar o respectivo pagamento.

187. Afirma que, contudo, a Recuperanda passou a inadimplir com seus compromissos, deixando de efetuar o pagamento de diversas notas fiscais emitidas antes do pedido de recuperação judicial, em que pese os produtos adquiridos tenham sido entregues.

188. A credora instruiu sua divergência com uma relação de 76 (setenta e seis) notas fiscais, respectivos comprovantes de recebimento das mercadorias e instrumentos de protesto.

189. A Recuperanda apresentou manifestação, em sede de contraditório administrativo, afirmando que 03 (três) das notas fiscais apresentadas foram emitidas pela sociedade empresária LABOFARMA PRODUTOS FARMACÊUTICOS ("Labofarma"), o qual é pessoa jurídica distinta da ora divergente Aché.

190. Nessa linha, aduz que, deduzindo-se o valor das 03 (três) notas fiscais em questão devidas à pessoa jurídica distinta, tem-se que o valor devido a Aché é exatamente aquele listado no primeiro edital, motivo pelo qual a divergência não merece prosperar.

191. Acrescenta que o credor Labofarma encontra-se devidamente listado na relação de credores pelo valor correspondente a soma das 03 (três) notas fiscais, isto é, R\$ 15.942,78 (quinze mil novecentos e quarenta e dois reais e setenta e oito centavos).

192. A análise atenta dos documentos que instruem esta divergência permite atestar que, de fato, as notas fiscais nº 109434, nº 109433 e nº 109467 foram emitidas pela sociedade Labofarma Produtos Farmacêuticos Ltda., CNPJ nº 07.863.523/0001-00, pessoa jurídica distinta da ora requerente Aché Laboratórios Farmacêuticos S/A, CNPJ nº 60.659.463/0001-91.

193. Há de se ressaltar que, malgrado a requerente Aché seja sócia da Labofarma, são pessoas jurídicas completamente distintas, com números de CNPJ diferentes, sendo certo que a Labofarma está devidamente listada na classe III (quirografários), pelo valor das notas fiscais que emitiu, qual seja, de R\$ 15.942,78 (quinze mil novecentos e quarenta e dois reais e setenta e oito centavos).

194. Nessa ordem de ideias, tendo em vista que o somatório das notas fiscais emitidas pela credora Aché perfaz a exata quantia já listada em seu favor no primeiro edital, rejeita-se a divergência, para manter o crédito no valor de R\$ 188.465,08 (cento e oitenta e oito mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e oito centavos), na classe III (quirografários).

### III.2.d Becton Dickinson Indústrias Cirúrgicas Ltda.

195. A credora Becton Dickinson Indústrias Cirúrgicas Ltda. apresentou divergência de crédito a esse Administrador Judicial, através de correio eletrônico, na qual afirma o crédito listado em favor no primeiro edital, na classe III (quirografários), no importe de R\$ 7.872,50 (sete mil oitocentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos), está a menor, pugnando pela majoração para a quantia que entende correta de R\$47.778,02 (quarenta e sete mil setecentos e setenta e oito reais e dois centavos).

196. A sociedade Becton Dickinson afirma que seu crédito tem origem na venda de produtos, e, com a finalidade de corroborar suas alegações, instruiu a divergência com notas fiscais de venda de mercadorias e com os respectivos comprovantes de recebimento assinados, tendo apresentado, ainda, a tabela discriminativa abaixo:

NOTA FISCAL	PARCELA	VENCIMENTO	VALOR
646584	2	14/12/2021	R\$ 612,56
646584	3	21/12/2021	R\$ 612,59
171047	2	14/12/2021	R\$ 3.323,62
171047	3	21/12/2021	R\$ 3.323,73
651750	1	11/01/2022	R\$ 1.532,71
651750	2	18/01/2022	R\$ 1.532,71
651750	3	25/01/2022	R\$ 1.532,77
174167	1	11/01/2022	R\$ 11.767,33
174167	2	18/01/2022	R\$ 11.767,33
174167	3	25/01/2022	R\$ 11.767,67
			<b>R\$ 47.773,02</b>

197. Na ocasião do contraditório administrativo, realizado via *e-mail*, a Recuperanda informou não se opor à retificação do crédito pretendida, desde que devidamente atualizada até a data do pedido de recuperação judicial.

198. Nada obstante, no presente caso não há que se falar em atualização do crédito, eis que todos os vencimentos se deram posteriormente ao pedido de recuperação judicial, ocorrido em 09 de dezembro de 2021, devendo constar em favor da credora o valor histórico das notas fiscais.

199. Diante da comprovação do crédito pela requerente, e da concordância da Recuperanda, acolhe-se a divergência apresentada, majorando-se o crédito da sociedade Becton Dickinson Indústrias Cirúrgicas Ltda. para o valor de R\$ 47.778,02 (quarenta e sete mil setecentos e setenta e oito reais e dois centavos), mantida a classe III (quirografários).

### **III.2.e Biolab Sanus Farmacêutica Ltda.**

200. Trata-se de divergência de crédito apresentada pela credora Biolab Sanus Farmacêutica Ltda., através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao crédito listado no primeiro Edital, na classe III (quirografários), no valor de R\$174.395,93 (cento e setenta e quatro mil trezentos e noventa e cinco reais e noventa e três centavos), afirmando que o montante correto corresponde a R\$ 165.799,76 (cento e sessenta e cinco mil setecentos e noventa e nove reais e setenta e seis centavos).

201. A Recuperanda, em sede de contraditório administrativo, realizado por *e-mail*, manifestou sua não oposição à retificação pretendida, desde que o crédito esteja atualizado até a data do pedido de recuperação judicial.

202. Cumpre destacar que a credora não logrou êxito em comprovar o valor que aponta como devido, tendo apresentado tão somente uma planilha inconclusiva.

203. Nada obstante, tendo em vista a ausência de prejuízo à requerente, bem como à coletividade de credores, e considerando a concordância da Recuperanda, essa Administração Judicial acolhe a divergência apresentada, para que passe a constar o crédito no valor de R\$ 165.799,76 (cento e sessenta e cinco mil setecentos e noventa e nove reais e setenta e seis centavos) em favor de Biolab Sanus Farmacêutica Ltda., mantida a classe III (quirografários).

### III.2.f Box 1000 Posto de Serviços Ltda.

204. Trata-se de divergência de crédito apresentada pelo credor Box 1000 Posto de Serviços Ltda., através de correio eletrônico, na qual afirma que o crédito listado em seu favor no primeiro edital, na classe III (quirografários), diverge do total devido, de modo que, além do importe de R\$ 9.232,09 (nove mil duzentos e trinta e dois reais e nove centavos), ainda haveria o valor de R\$ 5.568,61 (cinco mil quinhentos e sessenta e oito reais e sessenta e um centavos), referente a duplicatas emitidas entre o dia 1º de dezembro de 2021 a 09 de dezembro de 2021, tendo apresentado a planilha abaixo colacionada, na qual consta uma relação de duplicatas e seus respectivos valores e vencimentos:

BOX 1000 POSTO DE SERVIÇOS LTDA										
Duplicatas a Receber Com Data de Emissão de 01/12/21 à 09/12/21										
Relatório Emitido em 17/03/2022 - Página : 001										
Duplicata	Parc.	Emissão	Vencimento	Recebido em	Cliente	Valor	St.	Forma de Pagamento	Carteira	Boleto
29046	1	01/12/2021	01/12/2021		DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA	332,27	A	FATURADOS		
29047	1	01/12/2021	01/12/2021		DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA	367,39	A	FATURADOS		
29076	1	02/12/2021	02/12/2021		DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA	186,65	A	FATURADOS		
29083	1	02/12/2021	02/12/2021		DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA	420,86	A	FATURADOS		
29114	1	03/12/2021	03/12/2021		DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA	329,33	A	FATURADOS		
29115	1	03/12/2021	03/12/2021		DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA	232,34	A	FATURADOS		
29132	1	03/12/2021	03/12/2021		DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA	376,46	A	FATURADOS		
29150	1	04/12/2021	04/12/2021		DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA	262,56	A	FATURADOS		
29156	1	04/12/2021	04/12/2021		DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA	164,03	A	FATURADOS		
29171	1	06/12/2021	06/12/2021		DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA	424,77	A	FATURADOS		
29173	1	06/12/2021	06/12/2021		DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA	274,93	A	FATURADOS		
29186	1	07/12/2021	07/12/2021		DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA	313,73	A	FATURADOS		
29187	1	07/12/2021	07/12/2021		DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA	336,49	A	FATURADOS		
29201	1	07/12/2021	07/12/2021		DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA	203,94	A	FATURADOS		
29221	1	08/12/2021	08/12/2021		DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA	227,96	A	FATURADOS		
29226	1	08/12/2021	08/12/2021		DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA	368,46	A	FATURADOS		
29229	1	08/12/2021	08/12/2021		DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA	338,96	A	FATURADOS		
29251	1	09/12/2021	09/12/2021		DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA	319,04	A	FATURADOS		
29263	1	09/12/2021	09/12/2021		DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA	142,51	A	FATURADOS		
TOTAL (Em Aberto)						5.568,61				
TOTAL (Pago)						0,00				
TOTAL GERAL						5.568,61				



205. Na ocasião do contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, a Recuperanda manifestou sua não oposição à retificação do crédito pretendida, desde que devidamente atualizado até a data do pedido de recuperação judicial.

206. Contudo, o requerente não apresentou as duplicatas que afirma somarem a quantia de R\$ 5.568,61 (cinco mil quinhentos e sessenta e oito reais e sessenta e um centavos), documentação essencial à análise e eventual acolhimento da sua divergência, na forma do art. 9º, II, da LRF.

207. Ante o exposto, essa Administração Judicial rejeita a divergência apresentada, para manter o crédito no valor de R\$ 9.232,09 (nove mil duzentos e trinta e dois reais e nove centavos), em face de Box 1000 Posto de Serviços Ltda., na classe III (quirografários).

### **III.2.g Bradesco Auto-RE Companhia de Seguros**

208. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Bradesco Auto-RE Companhia de Seguros, através de correio eletrônico, na qual afirma que, em consulta ao seu banco de dados, não localizou pendências em nome da Recuperanda, tendo pugnado pela exclusão do crédito listado em seu favor na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 8.452,67 (oito mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e sessenta e sete centavos), da relação de credores.

209. A Recuperanda, em sede de contraditório administrativo, realizado por *e-mail*, informou não se opor ao pedido de exclusão do crédito na forma requerida, pelo que esse Administrador Judicial acolhe a divergência apresentada, para excluir o crédito listado em favor de Bradesco Auto-RE Companhia de Seguros, na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 8.452,67 (oito mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e sessenta e sete centavos), da relação de credores.

### **III.2.h Cepeó Contraceptivos Ltda.**

210. Trata-se de divergência de crédito apresentada pelo credor Cepeó Contraceptivos Ltda., por meio de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao crédito listado em seu favor no primeiro edital, na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 3.548,00 (três mil quinhentos e quarenta e oito reais), pugnando pela majoração para a quantia de entende devida de R\$ 6.376,00 (seis mil trezentos e setenta e seis reais).



211. Afirma que seu crédito tem origem nas notas fiscais nº 75756 e nº 75914, que possui os seguintes valores e vencimentos:

Nota Fiscal	Valor	Vencimento
75756	R\$ 1.774,00	23/12/2021
75756	R\$ 1.774,00	22/01/2022
75914	R\$ 1.414,00	05/01/2022
75914	R\$ 1.414,00	04/02/2022

212. Instada a se manifestar, em sede de contraditório administrativo, a Recuperanda informou não se opor a retificação do crédito, desde que a atualização se dê até a data do pedido de recuperação judicial.

213. Nesse sentido, cumpre elucidar que todas as notas que embasam o crédito da requerente possuem vencimento em data posterior a recuperação judicial, não havendo que se falar em atualização dos valores.

214. Assim, considerando que a requerente apresentou as notas fiscais que corroboram o seu crédito, em atenção ao art. 9º, III, da LRF, e que houve a concordância da Recuperanda, acolhe-se a divergência apresentada, majorando-se o crédito listado em favor de Cepeó Contraceptivos Ltda., para que passe a constar a quantia de R\$6.376,00 (seis mil trezentos e setenta e seis reais), mantida a classe III (quirografários).

### **III.2.i Chiesi Farmacêutica Ltda.**

215. Trata-se de divergência de crédito apresentada pelo credor Chiesi Farmacêutica Ltda., através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao crédito listado no primeiro edital, na classe III (quirografários), no valor de R\$ 150.498,76 (cento e cinquenta mil quatrocentos e noventa e oito reais e setenta e seis centavos), afirmando que o montante correto corresponde a R\$ 176.226,42 (cento e setenta e seis mil duzentos e vinte e seis reais e quarenta e dois centavos).

216. Em suas razões, aduz que seu crédito tem origem na venda de medicamentos, tendo instruído a divergência com as respectivas notas fiscais, e com a planilha abaixo, cuja soma é a importância que ora pretende ver listada:

NF	Emissão	Vencimento	Valor	Dias Atraso	Índice correção	Juros	Valor atualizado
000315892-3	13/10/2021	12/11/2021	R\$ 5.538,91	187	1,10422908	R\$ 381,25	R\$ 6.497,48
000315894-3	13/10/2021	12/11/2021	R\$ 4.673,29	187	1,10422908	R\$ 321,66	R\$ 5.482,04
000315893-3	13/10/2021	12/11/2021	R\$ 14.270,05	187	1,10422908	R\$ 982,21	R\$ 16.739,61
000315952-3	14/10/2021	13/11/2021	R\$ 5.500,11	186	1,10422908	R\$ 376,55	R\$ 6.449,93
000315951-3	14/10/2021	13/11/2021	R\$ 14.195,36	186	1,10422908	R\$ 971,85	R\$ 16.646,78
000315950-3	14/10/2021	13/11/2021	R\$ 50.562,01	186	1,10422908	R\$ 3.480,20	R\$ 59.312,24
000316888-3	26/10/2021	25/11/2021	R\$ 33.292,48	174	1,10422908	R\$ 2.132,23	R\$ 38.894,75
000313061-3	27/08/2021	25/11/2021	R\$ 8.364,50	174	1,10422908	R\$ 535,71	R\$ 9.772,03
000317781-3	12/11/2021	12/12/2021	R\$ 9.428,76	157	1,10422908	R\$ 544,87	R\$ 10.956,38
000317843-3	16/11/2021	16/12/2021	R\$ 4.673,29	153	1,10422908	R\$ 314,78	R\$ 5.475,16
Valor total envolvido							R\$ 176.226,42

217. A credora afirma, ainda, que a seguradora Coface do Brasil Seguros de Crédito S/A foi sub-rogada nos seus direitos creditórios até o limite do valor indenizado, qual seja, R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), conforme comprova a “*autorização para crédito em conta corrente com quitação de indenização de sinistros e sub-rogação de direitos*” anexada a divergência, devendo ser habilitada na recuperação judicial pelo referido valor.

218. Ao final, pugna pela retificação do crédito listado no primeiro edital, para que passe a constar o valor de R\$ 41.226,42 (quarenta e um mil duzentos e vinte e seis reais e quarenta e dois centavos) em seu favor e a quantia de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) em favor da Coface do Brasil Seguros de Crédito S/A.

219. Instaurado o contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, a Recuperanda manifestou sua não oposição à retificação pretendida, desde que a atualização dos valores se dê até a data do pedido de recuperação judicial.

220. A atenta análise da planilha *supra* colacionada permite atestar que o crédito foi atualizado até data posterior ao pedido de recuperação judicial, não sendo possível aferir o montante devido até data do pedido, isto é, 09 de dezembro de 2021, com base na documentação que instruiu a divergência, o que torna inviável o acolhimento do pedido de majoração.

221. Nada obstante, a sub-rogação de parte do crédito a seguradora COFACE restou devidamente comprovada, motivo pelo qual acolhe-se parcialmente a divergência apresentada, para que passe a constar a quantia de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) em favor da Coface do Brasil Seguros de Crédito S/A, e o valor de R\$ 15.498,76 (quinze mil quatrocentos e noventa e oito reais e setenta e seis centavos) em favor de Chiesi Farmacêutica Ltda., ambos na classe III (quirografários).

### III.2.j Cimed Remédios S/A

222. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Cimed Remédios S/A, que está identificada na relação de credores como “MD Brasil Distribuid”, através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao crédito listado no primeiro edital, na classe III (quirografários), no valor de R\$ 593.616,20 (quinhentos e noventa e três mil seiscentos e dezesseis reais e vinte centavos), afirmando que o valor correto corresponde a R\$ 593.699,36 (quinhentos e noventa e três mil seiscentos e noventa e nove reais e trinta e seis centavos).

223. A credora instruiu sua divergência com uma planilha discriminativa de débito que totaliza a quantia de R\$ 593.699,36 (quinhentos e noventa e três mil seiscentos e noventa e nove reais e trinta e seis centavos), e com notas fiscais, respectivos canhotos e instrumentos de protesto, documentos comprobatórios do crédito, a que alude o art. 9º, III, da Lei 11.101/2005.

224. A Recuperanda, na ocasião do contraditório administrativo, formalizado por *e-mail*, manifestou sua não oposição à retificação pretendida, desde que a atualização dos valores se dê até a data do pedido de recuperação judicial.

225. Cumpre ressaltar que, na planilha de débito apresentada pela requerente, não houve atualização até data posterior ao pedido de recuperação judicial, estando em conformidade com o art. 9º, II, da Lei de regência.

226. Assim sendo, acolhe-se a divergência apresentada, para retificar o crédito listado na classe III (quirografários), passando a constar a quantia de R\$593.699,36 (quinhentos e noventa e três mil seiscentos e noventa e nove reais e trinta e seis centavos).

**III.2.k Cristália Produtos Químicos e Farmacêuticos Ltda.**

227. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Cristália Produtos Químicos e Farmacêuticos Ltda., por meio de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao crédito listado no primeiro edital, na classe III (quirografários), no valor de R\$ 250.371,36 (duzentos e cinquenta mil trezentos e setenta e um reais e trinta e seis centavos).

228. Contudo, a credora não apresentou nenhum documento para corroborar sua divergência, tendo enviado a esse Administrador Judicial, tão somente, uma relação de títulos inconclusiva, que somam a quantia de R\$ 255.908,43 (duzentos e cinquenta e cinco mil novecentos e oito reais e quarenta e três centavos).

229. Na ocasião do contraditório administrativo, realizado via *e-mail*, a Recuperanda pugnou pela rejeição da divergência, tendo em vista que não foram apresentadas as notas fiscais que supostamente deveriam ser consideradas para a majoração do crédito.

230. Nesse sentido, rejeita-se a divergência apresentada, para manter o crédito tal como listado no primeiro edital em favor de Cristália Produtos Químicos e Farmacêuticos Ltda., na classe III (quirografários), no valor de R\$ 250.371,36 (duzentos e cinquenta mil trezentos e setenta e um reais e trinta e seis centavos).

**III.2.l Distribuidora de Medicamentos Santa Cruz Ltda.**

231. Trata-se de divergência de crédito apresentada pela credora Distribuidora de Medicamentos Santa Cruz Ltda., através de correio eletrônico, na qual requer a reclassificação do seu crédito listado na classe III (quirografários), no montante de R\$ 10.360.366,93 (dez milhões trezentos e sessenta mil trezentos e sessenta e seis reais e noventa e três centavos).

232. Em suas razões, a credora afirma que restou configurado penhor mercantil no importe de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), em garantia a uma Confissão de Dívida, de modo que, diante da existência de garantia real, pugna pela realocação do referido montante para a classe II (créditos com garantia real).

233. Requer, ainda, seja mantida a quantia remanescente de R\$ 2.360.366,93 (dois milhões trezentos e sessenta mil trezentos e sessenta e seis reais e noventa e três centavos) na classe III (quirografários).

234. Em sede de contraditório administrativo, realizado via *e-mail*, a Recuperanda se manifestou pela rejeição da divergência, com a manutenção da totalidade do crédito da requerente na classe III (quirografários).

235. A Recuperanda afirma que, a despeito da existência de *Instrumento Particular de Confissão, Novação e Assunção e Abertura de Limite de Crédito para Fornecimento de Mercadorias com Garantia de Penhor Mercantil com Prazo Indeterminado*, entabulado com a Galanti, a garantia não foi regularmente constituída.

236. Aduz que, em razão do objeto da garantia se consubstanciar em medicamentos e produtos de perfumaria, bens fungíveis que compõe o seu estoque rotativo, a garantia é inválida. Nesse sentido, assevera que os bens oferecidos em garantia já foram alienados no pleno exercício e desenvolvimento da sua atividade.

237. Ressalta, por fim, que, em casos análogos, a Jurisprudência fixou entendimento de que bens essenciais dados em garantia não prestam a garantir o débito, devendo ser classificados como quirografários.

238. Pois bem. A credora instruiu sua divergência com a Confissão de Dívida firmada com a Recuperanda na data de 23 de março de 2009, e com o Anexo I, onde consta a listagem de penhor mercantil.

239. Com base nos aludidos documentos, é possível atestar que, de fato, há garantia real de penhor, descrita na Cláusula Oitava:

## CLÁUSULA OITAVA

Como garantia do cumprimento das obrigações assumidas pela **DEVEDORA**, através da utilização do limite de crédito disposto na Cláusula Sexta, assim como pelos **FIADORES** do presente contrato, fica constituído em favor da **CREDORA**, um penhor mercantil sobre diversos bens de propriedade da **DEVEDORA**, bens esses livres e desembaraçados de ônus ou pendências judiciais ou extrajudiciais, avaliados em **R\$ 8.000.037,00 (oito milhões e trinta e sete reais)**, consistentes em medicamentos e produtos de perfumaria, melhor descritos e caracterizados na inclusa relação, ANEXO I, que, devidamente rubricada pelas partes, fica fazendo parte integrante e inseparável do presente contrato.

Os bens empenhados encontram-se armazenados nas dependências da **DEVEDORA**, no endereço acima mencionado e nos endereços de todas as lojas da rede. O espaço por eles ocupado fica desde já cedido à **CREDORA** em comodato, que poderá a qualquer tempo promover a remoção dos mesmos para seus depósitos, correndo por conta da **DEVEDORA** todas as despesas com a efetivação e manutenção do depósito.

240. Nada obstante, da leitura da Cláusula Oitava, verifica-se que não houve a efetiva transferência da posse dos bens a credora, requisito de constituição do penhor, nos termos do art. 1.431, *in verbis*:

“Art. 1.431. Constitui-se o penhor pela transferência efetiva da posse que, em garantia do débito ao credor ou a quem o represente, faz o devedor, ou alguém por ele, de uma coisa móvel, suscetível de alienação.”

241. Há de se ressaltar que, de acordo com a Recuperanda, os aludidos bens já foram alienados, eis que compõe o seu estoque rotativo, sendo, inclusive, essenciais as suas atividades.

242. Para além de não ter havido a transferência da posse dos bens a credora, o que por si só implica na inexistência da garantia, o contrato celebrado entre as partes não foi levado a registro no competente Cartório de Títulos e Documentos, estando ausente, também, este requisito imprescindível à sua regular constituição, conforme dicção do art. 1.432 do Código Civil:

“Art. 1.432. O instrumento do penhor deverá ser levado a registro, por qualquer dos contratantes; o do penhor comum será registrado no Cartório de Títulos e Documentos.”

243. Assim sendo, diante do não preenchimento dos requisitos necessários à sua constituição, esse Administrador Judicial concluiu pela inexistência de garantia real no contrato firmado entre as partes, motivo pelo qual rejeita-se a divergência apresentada, para manter o crédito tal como listado em favor da empresa Distribuidora de Medicamentos Santa Cruz Ltda., na classe III (quirografários), no montante de R\$10.360.366,93 (dez milhões, trezentos e sessenta mil, trezentos e sessenta e seis reais e noventa e três centavos).



**III.2.m MTS Administração de Bens Próprios Ltda.**

244. Trata-se de divergência de crédito apresentada pela credora MTS Administração de Bens Próprios Ltda., através de correio eletrônico, por meio da qual manifesta discordância ao crédito listado no primeiro edital, na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 138.815,04 (cento e trinta e oito mil oitocentos e quinze reais e quatro centavos), pugnando pela retificação para a quantia que entende correta de R\$174.242,94 (cento e setenta e quatro mil duzentos e quarenta e dois reais e noventa e quatro centavos).

245. Afirma que seu crédito decorre de contrato de locação não residencial celebrado na data de 10 de outubro de 2011, nos quais foram cedidos em locação a Recuperanda os imóveis localizados na Rua Dr. Porciúncula, lojas 06 e 12, e Rua do Imperador, lojas 09 e 11, Petrópolis-RJ.

246. Consigna que no âmbito da ação de despejo nº 0013565-12.2014.8.19.0042 foram proferidas sentença e acórdão para fixar o IGP-M como índice de correção monetária ao reajuste do contrato de locação.

247. Aduz que na data em que foi deferido o processamento da recuperação judicial, 13 de dezembro de 2021, havia dois aluguéis pendentes de pagamento, quais sejam, outubro e novembro de 2021, que somam o débito no valor de R\$174.242,94 (cento e setenta e quatro mil duzentos e quarenta e dois reais e noventa e quatro centavos).

248. A credora ressalta que o Termo de Aditivo ao contrato de locação, firmado na data de 23 de março de 2021, teve como objeto tão somente a prorrogação do seu prazo de vigência, de modo que foram rerratificadas todas as condições do contrato inicial.

249. Na ocasião do contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, a Recuperanda manifestou sua não oposição à retificação do crédito, desde que devidamente atualizado até a data do pedido de recuperação judicial.



250. Para instruir sua divergência, a credora apresentou sentença e acórdão proferidos na ação de despejo nº 0013565-12.2014.8.19.0042, na qual foi parte sucumbida, e o contrato de locação celebrado com a Recuperanda.

251. Constata-se, da análise dos supracitados documentos, que o montante que ora se pretende ver habilitado se consubstancia na soma dos aluguéis históricos de outubro e dezembro de 2021, ambos no valor de R\$ 86.669,17 (oitenta e seis mil seiscentos e sessenta e nove reais e dezessete centavos), acrescida do valor atinente ao IPTU, isto é, R\$ 452,30 (quatrocentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos), não havendo qualquer atualização *a posteriori* ao pedido de recuperação judicial.

252. Diante do exposto, acolhe-se a divergência apresentada, para majorar o crédito listado em favor de MTS Administração de Bens Próprios Ltda., passando a constar a quantia de R\$ 174.242,94 (cento e setenta e quatro mil duzentos e quarenta e dois reais e noventa e quatro centavos), mantida a classe III (quirografários).

### III.2.n Nutriport Comercial Ltda.

253. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Nutriport Comercial Ltda., através de correio eletrônico, na qual manifesta sua discordância ao crédito listado no primeiro edital, no valor de R\$ 3.714,60 (três mil setecentos e quatorze reais e sessenta centavos), na classe III (quirografários), afirmando que o valor correto corresponde a R\$21.197,62 (vinte e um mil cento e noventa e sete reais e sessenta e dois centavos).

254. A sociedade Recuperanda, em sede de contraditório administrativo, efetivado via *e-mail*, manifestou a sua não oposição à retificação do sobredito crédito, desde que este seja devidamente atualizado apenas até a data do pedido de recuperação judicial.

255. Nada obstante, a credora não apresentou nenhum documento para corroborar seu pleito, a que se refere o art. 9º, III, da Lei 11.101/2005, tendo enviado, tão somente, o *print* abaixo:

Recebemos comunicado de nosso cliente Drogaria Galanti PCP 80598, da recuperação judicial.

A dívida com a Nutriport é **R\$ 21.197,62** conforme títulos abaixo.

TITULO	Vencimen	DATA	EMI	PD	Valor	Val_pago	Val_desc	Val_resi	Val_juro	VAL_TOTAL
025971	16/12/2021	16/11/2021	989		3714,60	0,00	0,00	3714,60	0,00	3714,60
027067	03/01/2022	03/12/2021	989		17483,02	0,00	0,00	17483,02	0,00	21197,62

Aguardamos sua orientação.

Obrigada!



256. Assim, considerando a ausência de documentos comprobatórios, rejeita-se a divergência apresentada, mantendo-se o crédito tal como listado no primeiro Edital, na classe III (quirografários), no valor de R\$ 3.714,60 (três mil setecentos e quatorze reais e sessenta centavos).

### III.2.o Prosper Log Distribuidora Ltda.

257. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Prosper Log Distribuidora Ltda., através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao crédito listado no primeiro edital, no importe de R\$ 96.741,26 (noventa e seis mil setecentos e quarenta e um reais e vinte e seis centavos), na classe III (quirografários), pugnando pela majoração para a quantia que entende devida de R\$ 97.623,20 (noventa e sete mil seiscentos e vinte e três reais e vinte centavos).

# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

258. Nas razões de divergência, a credora afirma que o valor listado desconsidera a atualização devida entre as datas de vencimentos das notas fiscais, respectivamente, 16/11/2021, 19/11/2021, 30/11/2021 e 03/12/2021, e a data do pedido de recuperação judicial, 09 de dezembro de 2021.

259. A credora instruiu seu pedido com as notas fiscais nº 001.174.412, nº 001.175.413, nº 001.178.103 e nº 001.179.314, respectivos comprovantes de recebimento e planilha de cálculo atualizada até dezembro de 2021.

260. Malgrado a atualização dos valores tenha se dado corretamente até a data do pedido de recuperação judicial, esse Administrador Judicial observou que a credora aplicou juros compensatórios na citada planilha de débitos. Veja-se:

## PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

Data de atualização dos valores: dezembro/2021  
Indexador utilizado: TJ/RJ (Tabela Tribunal Just RJ)  
Juros compensatórios legais  
Acréscimo de 0,00% referente a multa.  
Honorários advocatícios de 0,00%.

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS COMPENSATÓRIOS LEGAIS	JUROS MORATÓRIOS 0,00% a.m.	MULTA 0,00%	TOTAL
1		16/11/2021	34.174,12	34.174,12	337,06	0,00	0,00	34.511,18
2		19/11/2021	17.240,07	17.240,07	170,04	0,00	0,00	17.410,11
3		30/11/2021	38.004,43	38.004,43	374,84	0,00	0,00	38.379,27
4		03/12/2021	7.322,64	7.322,64	0,00	0,00	0,00	7.322,64
Sub-Total								R\$ 97.623,20
TOTAL GERAL								R\$ 97.623,20

261. Assim, foi necessário promover a elaboração de novo cálculo, com a correta aplicação de juros simples de 1% (um por cento) ao ano:

## PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

Data de atualização dos valores: dezembro/2021  
Indexador utilizado: TJ/RJ (Tabela Tribunal Just RJ)  
Juros moratórios simples de 1,00% ao mês  
Acréscimo de 0,00% referente a multa.  
Honorários advocatícios de 0,00% - (não aplicável sobre a multa).

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS COMPENSATÓRIOS 0,00% a.m.	JUROS MORATÓRIOS 1,00% a.m.	MULTA 0,00%	TOTAL
1		16/11/2021	34.174,12	34.174,12	0,00	341,74	0,00	34.515,86
2		19/11/2021	17.240,07	17.240,07	0,00	172,40	0,00	17.412,47
3		30/11/2021	38.004,43	38.004,43	0,00	380,04	0,00	38.384,47
4		03/12/2021	7.322,64	7.322,64	0,00	0,00	0,00	7.322,64
Sub-Total								R\$ 97.635,44
TOTAL GERAL								R\$ 97.635,44

262. Em sede de contraditório administrativo, a Recuperanda manifestou sua não oposição à retificação do crédito, desde que devidamente atualizado até a data do pedido de recuperação judicial.

263. Com base no exposto, acolhe-se parcialmente a divergência, para majorar o crédito listado no primeiro Edital, passando a constar em favor da referida credora a quantia de R\$97.635,44 (noventa e sete mil seiscentos e trinta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), mantida a classe III (quirografários).

### III.2.p Roche Diabetes Care Brasil Ltda.

264. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Roche Diabetes Care Brasil Ltda., através de correio eletrônico, por meio da qual manifesta discordância ao crédito listado no primeiro Edital, na classe III (quirografários), no valor de R\$131.959,21 (cento e trinta e um mil novecentos e cinquenta e nove reais e vinte e um centavos), pugnando seja majorado para a quantia que entende correta de R\$156.243,43 (cento e cinquenta e seis mil duzentos e quarenta e três reais e quarenta e três centavos).

265. Nas razões de divergência, a credora afirma que seu crédito tem origem nas seguintes notas fiscais:

nf	valor histórico	valor de juros (r\$)	valor total
000041608-1	22.290,90	1.560,36	23.851,26
000042226-1	26.095,02	1.043,80	27.139,82
000042582-1	5.719,20	171,58	5.892,78
000042716-1	26.153,80	706,15	26.862,95
000042920-1	31.233,09	343,56	31.580,65
000043444-1	16.348,90	0,00	16.353,90
000043618-1	407,80	0,00	413,80
000043766-1	476,60	0,00	483,60
000044040-1	1.327,50	0,00	1.335,50
000044069-1	1.906,40	0,00	1.915,40
000044298-1	13.581,36	0,00	13.591,36
000044311-1	6.811,40	0,00	6.822,40

266. A credora instruiu sua divergência com as 12 (doze) notas fiscais indicadas na tabela acima, respectivos comprovantes de recebimento das mercadorias e com planilha de débitos atualizada até a data do pedido de recuperação judicial, 09 de dezembro de 2021, em consonância com o art. 9º, II, da LRF.

267. Em sede de contraditório administrativo, via *e-mail*, a Recuperanda manifestou sua não oposição à retificação do crédito, desde que devidamente atualizado até a data do pedido de recuperação judicial.

268. Nada obstante, esse Administrador Judicial notou que, na planilha de débitos, foram aplicados juros de 3% (três por cento) e multa, os quais não encontram respaldo em nenhum dos documentos apresentados pela credora. Veja-se:

TAXA DE JUROS
3.00%
TAXA DE MULTA
0.00%

	(A)	(B)	(B-A)							
	NF	VALOR	DATA DE VENCIMENTO/ (Original)	DATA DO PAGAMENTO	QTDE/ DE DIAS A CALCULAR	VALOR DE JUROS (R\$)	VALOR DE MULTA (R\$)	TOTAL A PAGAR	PRAZO ORIGINAL	PRAZO FINAL
DROGARIA GALANTI NOVA IGUACU LTDA	000041608-1	22.290.90	30/09/2021	09/12/2021	70	1.560.36	0.00	23.851.26	60	130
DROGARIA GALANTI NOVA IGUACU LTDA	000042226-1	26.095.02	30/10/2021	09/12/2021	40	1.043.80	1.00	27.139.82	61	101
DROGARIA GALANTI NOVA IGUACU LTDA	000042582-1	5.719.20	09/11/2021	09/12/2021	30	171.58	2.00	5.892.78	62	92
DROGARIA GALANTI NOVA IGUACU LTDA	000042716-1	26.133.80	12/11/2021	09/12/2021	27	706.13	3.00	26.862.93	63	90
DROGARIA GALANTI NOVA IGUACU LTDA	000042920-1	31.233.09	28/11/2021	09/12/2021	11	343.56	4.00	31.580.65	64	75
DROGARIA GALANTI NOVA IGUACU LTDA	000043444-1	16.348.90	18/12/2021	09/12/2021	-9	0.00	5.00	16.353.90	65	56
DROGARIA GALANTI NOVA IGUACU LTDA	000043618-1	407.80	25/12/2021	09/12/2021	-16	0.00	6.00	413.80	66	50
DROGARIA GALANTI NOVA IGUACU LTDA	000043766-1	476.60	01/01/2022	09/12/2021	-23	0.00	7.00	483.60	67	44
DROGARIA GALANTI NOVA IGUACU LTDA	000044040-1	1.327.50	09/01/2022	09/12/2021	-31	0.00	8.00	1.335.50	68	37
DROGARIA GALANTI NOVA IGUACU LTDA	000044069-1	1.906.40	09/01/2022	09/12/2021	-31	0.00	9.00	1.915.40	69	38
DROGARIA GALANTI NOVA IGUACU LTDA	000044298-1	13.581.36	20/01/2022	09/12/2021	-42	0.00	10.00	13.591.36	70	28
DROGARIA GALANTI NOVA IGUACU LTDA	000044311-1	6.811.40	20/01/2022	09/12/2021	-42	0.00	11.00	6.822.40	71	29
		152.351.97				3.825.46		156.243.43		

269. Diante da impossibilidade de inteligência da planilha, rejeita-se a divergência apresentada, para manter o crédito tal como listado em favor de Roche Diabetes Care Brasil Ltda., no importe R\$ 131.959,21 (cento e trinta e um mil novecentos e cinquenta e nove reais e vinte e um centavos), na classe III (quirografários).

### III.2.q Sanofi Medley Farmacêutica Ltda.

270. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Sanofi Medley Farmacêutica Ltda, via correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao crédito listado no primeiro Edital, no valor de R\$ 40.740,42 (quarenta mil setecentos e quarenta reais e quarenta e dois centavos), pugnando pela majoração para a quantia de R\$90.365,17 (noventa mil trezentos e sessenta e cinco reais e dezessete centavos).

271. A Recuperanda, instada a se manifestar em contraditório administrativo, via *e-mail*, requereu a rejeição da divergência, eis que não foram apresentadas as notas fiscais que supostamente deveriam ser consideradas para a majoração do crédito.

272. No presente caso, assiste razão à Recuperanda, tendo em vista que não foram apresentados os documentos comprobatórios do crédito, a que alude o art. 9º, III, da LRF, mas, tão somente, a tabela abaixo:

Cliente	3741
Empresa	0745
Nome	DROGARIA GALANTI NOVA IGUAÇU LTDA 10/11/2011 - MCL
Local	NOVA IGUAÇU

Razão	St	Empr.	ACCr	Conta	Filial	Vt	Referência	Itm	Data base	Data doc.	Dt. lqto.	Venc. Liquid	DAtras	Mont. em M1
24000130		0745	BR03	3741			000147451-4	1	05.10.2021	05.10.2021	05.10.2021	04.12.2021	16	5.092,68
24000130		0745	BR03	3741			000151071-4	1	15.10.2021	15.10.2021	15.10.2021	14.12.2021	6	2.263,31
24000130		0745	BR01	3741			000151064-4	1	15.10.2021	15.10.2021	15.10.2021	19.12.2021	1	10.821,67
24000130		0745	BR01	3741			000148787-4	1	08.10.2021	08.10.2021	08.10.2021	22.12.2021	2-	8.771,17
24000130		0745	BR01	3741			000156223-4	1	05.11.2021	05.11.2021	05.11.2021	19.01.2022	30-	4.603,70
24000130		0745	BR01	3741			000160082-4	1	18.11.2021	18.11.2021	18.11.2021	22.01.2022	33-	8.587,89
24000130		0745	BR03	3741			000165192-4	1	07.12.2021	07.12.2021	07.12.2021	05.02.2022	47-	7.859,33
24000130		0745	BR01	3741			000164215-4	1	03.12.2021	03.12.2021	03.12.2021	16.02.2022	58-	5.316,48
24000130		0745	BR01	3741			000165171-4	1	07.12.2021	07.12.2021	07.12.2021	20.02.2022	62-	36.448,94
														<b>90.365,17</b>

273. Nessa linha, em razão da ausência de documentos comprobatórios, rejeita-se a divergência apresentada, para manter o crédito tal como listado no primeiro Edital, na classe dos créditos quirografários (classe III), no montante de R\$ 40.740,42 (quarenta mil setecentos e quarenta reais e quarenta e dois centavos).

### III.2.u Banco ABC Brasil S/A

274. Trata-se de divergência de crédito apresentada através de correio eletrônico pelo credor Banco ABC Brasil S/A, listado na classe III (quirografários), pelo valor total de R\$ 1.710.538,87 (um milhão setecentos e dez mil quinhentos e trinta e oito reais e oitenta e sete centavos), por meio da qual requer a exclusão do crédito relativo ao contrato nº 7198120 da recuperação judicial, e a retificação da relação de credores com relação ao contrato nº 778288421, para que permaneça na classe quirografária, pelo valor de R\$ 362.598,00 (trezentos e sessenta e dois mil quinhentos e noventa e oito reais).



275. Nas razões de divergência, o credor afirma que a Recuperanda lançou seu crédito aleatoriamente, deixando de especificar a sua origem (a que se referem os valores mencionados, bem como o número da operação de crédito), conforme se verifica abaixo:

BANCO ABC BRASIL S.A.	Empréstimo	R\$	914 787,00
BANCO ABC BRASIL S.A.	Cheque empresa	R\$	300 000,00
BANCO ABC BRASIL S.A.	Valor retido	R\$	285 658,82
BANCO ABC BRASIL S.A.	Saldo devedor conta	R\$	124 037,19
BANCO ABC BRASIL S.A.	Bloqueio judicial	R\$	86 055,86

276. Nesse sentido, elucida que firmou com a Recuperanda dois contratos, sendo um extraconcursal e outro sujeito aos efeitos da recuperação judicial.

277. No tocante ao crédito que alega não se sujeitar ao concurso de credores, o credor aduz que tem origem na Cédula de Crédito Bancário nº 7198120, onde foi concedido empréstimo no valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), e prestada garantia fiduciária de recebíveis de vendas de produtos e serviços a débito e crédito em estabelecimentos comerciais da Recuperanda, creditados através da conta vinculada nº 66085014.

278. Acrescenta que o referido contrato restou aditado, para prorrogar seus vencimentos de 08 de novembro de 2021 a 03 de outubro de 2022, mantidas as demais cláusulas.

279. O credor consigna que o valor do débito atualizado até a data do pedido de recuperação judicial perfaz a quantia de R\$ 973.703,49 (novecentos e setenta e três mil setecentos e três reais e quarenta e nove centavos), e que, em razão da cessão fiduciária de crédito de títulos da Recuperanda, é imperiosa a exclusão do referido valor da relação de credores.

280. Prossegue no afirmar que seu crédito não sujeito à recuperação judicial atende ao disposto no parágrafo 3º do art. 49 da Lei 11.101/2005, haja vista a propriedade fiduciária de bens.



281. Quanto ao crédito concursal, o credor alega que tem origem na Cédula de Crédito Bancário nº 778288421, onde foi concedido um empréstimo no valor de R\$299.999,99 (duzentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e nove reais noventa e nove centavos), e cujo débito atualizado até a data do pedido de recuperação judicial perfaz a quantia de R\$ 362.598,00 (trezentos e sessenta e dois mil quinhentos e noventa e oito reais).

282. Em sede de contraditório administrativo, via *e-mail*, a Recuperanda afirma que a extraconcursalidade do crédito não se sustenta, por dois motivos:

283. Primeiro, porque não houve a individualização dos recebíveis cedidos fiduciariamente, requisito essencial a que alude o art. 1.362, IV, do Código Civil e artigos 27 e 33 da Lei 10.931/2004.

284. Assevera que a cláusula de garantia, segundo o contrato, compreenderia todos e quaisquer direitos creditórios decorrentes de transações efetuadas por portadores de cartões de crédito, débito e múltiplos de três das principais bandeiras do país, quais sejam, Visa, Elo e Mastercard, sendo certo que não há especificação mínima de quais recebíveis foram dados em garantia.

285. Segundo, porque se trata de direitos a performar, que, por conseguinte, não existiam na data do pedido. Ressalta, nesse sentido, que a distinção é imperiosa, uma vez que a garantia de recebíveis futuros, denominados “não performados”, é ineficaz em relação à recuperação judicial, eis que a existência da garantia deve ser aferida na data do pedido.

286. Consigna que não há como se falar em titularidade sobre algo que não existe, de modo que, se a garantia não existia a época do pedido de recuperação judicial, após o pedido pertence à Galanti.

287. Nessa linha, requer a rejeição do pedido de exclusão do crédito oriundo do contrato nº 7198120.

288. No tocante ao crédito originário do contrato nº 778288421, que se submete ao concurso de credores, a Recuperanda se manifesta pela rejeição do pedido de majoração da quantia listada, afirmando que já se encontra devidamente atualizada até 09 de dezembro de 2021, data do pedido de recuperação judicial.

289. Na instrução da presente divergência, foram apresentados os seguintes documentos:

- Cédula de Crédito Bancário nº 7198120, no valor principal de R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais);
- Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Títulos referente a CCB nº 7198120;
- 1º Aditamento a CCB nº 7198120;
- Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito, Autorização de Manutenção de Domicílio Bancário e Outras Avenças relativo a CCB nº 7198120;
- 1º Aditamento ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito, Autorização de Manutenção de Domicílio Bancário e Outras Avenças relativo a CCB nº 7198120;
- 2º Aditamento Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito, Autorização de Manutenção de Domicílio Bancário e Outras Avenças relativo a CCB nº 7198120;
- Cédula de Crédito Bancário nº 778288421, para abertura de crédito rotativo no limite de R\$ 299.999,99 (duzentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e nove reais noventa e nove centavos);
- Planilha de cálculos da CCB nº 7198120;
- Planilha de cálculos da CCB nº 778288421;
- Extratos referentes ao período de 18 de junho de 2021 a 09 de dezembro de 2021.

290. Da atenta análise dos aludidos documentos, quer parecer a essa Administração Judicial que a garantia, que se consubstancia em recebíveis ou direitos cedidos de cartões de crédito, débito ou múltiplos, restou devidamente especificada, conforme a cláusula IV, "a", do instrumento particular de cessão fiduciária e seus aditamentos. Vejamos:

**"IV – DIREITOS DE CRÉDITO OBJETO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA:**

*A presente cessão fiduciária abrangerá a totalidade, isto é, 100% dos **RECEBÍVEIS** e dos **Direitos Cedidos** abaixo descritos:*

**A)** A totalidade, isto é, **100% (cem por cento)** dos direitos de crédito de que a **DEVEDORA** é e/ou venha a ser titular, decorrentes de vendas de produtos e/ou serviços, a débito e/ou a crédito, efetuadas pelos seus **Estabelecimentos Comerciais** (conforme abaixo definidos), para pagamento a vista e/ou parcelado, com cartões de débito, crédito e/ou múltiplos de(s) **Bandeira(s)/Proprietário(s)** do Esquema **ELO, Visa, Mastercard e American Express** ("**Cartões**"). conforme identificação no quadro abaixo, pagáveis/devidas pelo(s) **CREDENCIADOR(ES)** e vencíveis dentro do prazo de vigência do presente instrumento, direitos de crédito esses que serão denominados "**RECEBÍVEIS**". Para fins deste Contrato, "**Estabelecimentos**

**Comerciais"** significa, em conjunto, as filiais, estabelecimentos comerciais e assemelhados da **DEVEDORA** inscritos sob os seguintes números no CNPJ/MF:

CNPJ/MF	Bandeira
00.100.374/0016-65	Mastercard
00.100.374/0026-37	Mastercard
00.100.374/0031-02	Elo / Visa / Mastercard
00.100.374/0004-21	Mastercard
00.100.374/0030-13	American Express

291. Nada obstante, é certo que os valores gravados em garantia se mostram essenciais à manutenção da atividade da Recuperanda, de modo que sua retirada poderia desencadear sensível diminuição de sua capacidade operacional, podendo culminar no insucesso do presente projeto de soerguimento.

292. Há de se ressaltar que essa Administração Judicial se manifestou às fls.4.320-4.321 destes autos, apresentando um laudo acerca da essencialidade dos valores referentes a recebíveis futuros e do valor total das parcelas dos contratos garantidos por cessão fiduciária, anexo às fls. 4.322-4.337.

293. No referido laudo, concluiu-se que o projeto de soerguimento poderá restar fragilizado caso sejam mantidas as travas bancárias dos recebíveis futuros de vendas e caso não haja a restituição dos valores já travados, sendo certo que os valores apresentados no fluxo de caixa projetado da Recuperanda acumulam prejuízos mensais, como ali demonstrado.

294. Oportunamente, colaciona-se abaixo o excerto do laudo, à fl. 4.332, que corrobora a conclusão ora exposta:

**Cenário 1 - Projeção dos valores sem liberação e restituição de nenhum valor.**

Conforme abordado no slide anterior, a operação resta fragilizada com as travas bancárias dos recebíveis futuros de vendas e a não restituição dos valores já travados. Os valores apresentados no fluxo de caixa projetado acumulam prejuízos mensais alarmantes.

A Recuperanda demonstra extrema necessidade de capital de giro nos primeiros meses, principalmente para a renovação de seu estoque, que se encontra desbalanceado em relação às suas necessidades, além do mesmo não garantir que as despesas relacionadas à manutenção de sua operação sejam honradas.

A dificuldade de aquisição de crédito e prazos mais estendidos de pagamento pelos fornecedores agravam ainda mais a situação da Recuperanda e a necessidade de recursos para obter um fôlego financeiro.

295. Com relação ao pedido de majoração do crédito relativo a contrato nº778288421 para o montante de R\$ 362.598,00 (trezentos e sessenta e dois mil quinhentos e noventa e oito reais), essa Administração Judicial entende que não restou comprovado pelo credor.

296. Isto porque tanto a planilha de débitos que soma o referido montante quanto o extrato da conta corrente apresentados são inconclusivos e de difícil inteligência, não sendo possível aferir, inclusive, se o débito está atualizado tão somente até a data do pedido de recuperação judicial, na forma do art. 9º, II, da LRF.

297. Nessa ordem de ideias, o Administrador Judicial reitera o seu entendimento, exposto detidamente nas premissas para a resolução das divergências apresentadas, destacando ainda, o princípio da preservação da empresa e a indispensabilidade dos bens de capital e demais bens essenciais à atividade da Recuperanda, pelo que rejeita a divergência do Banco ABC Brasil S/A, mantendo-se o crédito tal como listado, no valor de R\$ 1.710.538,87 (um milhão setecentos e dez mil quinhentos e trinta e oito reais e oitenta e sete centavos), na classe III (quirografários).

### III.2.v Banco Bradesco S/A

298. Trata-se de divergência de crédito apresentada através de *e-mail* pelo Banco Bradesco S/A, credor listado na classe III (quirografários), na qual requer a exclusão da quantia de R\$ 214.997,83 (duzentos e quatorze mil novecentos e noventa e sete reais e oitenta e três centavos), para que passe a constar em seu favor apenas o valor de R\$ 28.844,70 (vinte e oito mil oitocentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos).

299. Vale destacar, de saída, que o Banco Bradesco foi listado no primeiro Edital pela importância total de R\$ 243.187,83 (duzentos e quarenta e três mil cento e oitenta e sete reais e oitenta e três centavos), sendo o valor de R\$ 214.997,83 (duzentos e quatorze mil novecentos e noventa e sete reais e oitenta e três centavos) identificado com natureza de “bloqueio judicial”, e o valor de R\$ 28.190,00 (vinte e oito mil cento e noventa reais) identificado com natureza de “cartão de crédito”.

300. Nas razões de divergência, o credor expõe que o crédito listado no valor de R\$ 214.997,83 (duzentos e quatorze mil novecentos e noventa e sete reais e oitenta e três centavos) não lhe pertence, uma vez que possui origem em litígio entre a Recuperanda e o credor Prisma Serviços Técnicos Ltda., que não guarda qualquer relação com o Banco Bradesco.

301. Aduz que o aludido crédito decorre de bloqueio judicial realizado no âmbito do processo nº 0041930-15.2019.8.19.0038, de ordem do Juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Nova Iguaçu-RJ.

302. Com relação ao crédito listado no importe de R\$ 28.190,00 (vinte e oito mil cento e noventa reais), a título de cartão de crédito, o credor afirma que está a menor, devendo ser majorado para a quantia de R\$ 28.844,70 (vinte e oito mil oitocentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos).

303. Na ocasião do contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, a Recuperanda manifestou sua não oposição ao pedido de exclusão do crédito no valor de R\$ 214.997,83 (duzentos e quatorze mil novecentos e noventa e sete reais e oitenta e três centavos), uma vez que se trata de bloqueio efetivado em favor de Prisma Serviços Técnicos Ltda.

304. Já no que tange ao pedido de majoração, a Recuperanda pugnou pela rejeição, afirmando que a quantia incluída na recuperação judicial foi devidamente atualizada até a data do pedido, isto é, 09 de dezembro de 2021.

305. Em consulta aos autos de nº 0041930-15.2019.8.19.0038, essa Administração Judicial verificou que o titular do crédito no valor de R\$ 214.997,83 (duzentos e quatorze mil novecentos e noventa e sete reais e oitenta e três centavos), de fato, é a sociedade Prisma Serviços Técnicos Ltda., sendo imperiosa a retificação da relação de credores na forma requerida pelo Banco Bradesco.

306. De modo diverso se mostram os documentos apresentados pelo credor com o fim de majorar o crédito referente a “cartão de crédito”, cujo valor apresentado pela Recuperanda é de R\$ 28.190,00 (vinte e oito mil cento e noventa reais).

307. Isto porque o credor não apresentou planilha de débito consolidado, que demonstre com clareza os valores devidos até a data do pedido de recuperação judicial, em consonância com o art. 9º, II, da LRF.

308. Por tais motivos, acolhe-se parcialmente a divergência apresentada, para excluir o crédito no valor de R\$ 214.997,83 (duzentos e quatorze mil novecentos e noventa e sete reais e oitenta e três centavos), tendo em vista que não é titularizado pelo Banco Bradesco S/A, mantendo-se a quantia de R\$ 28.190,00 (vinte e oito mil cento e noventa reais), na classe III (quirografários).

### III.2.x Banco do Brasil S/A

309. O Banco do Brasil S/A apresentou divergência de crédito através de correio eletrônico, por meio da qual pugna pela retificação da relação de credores, para que passe a constar em seu favor a importância total de R\$ 5.091.308,18 (cinco milhões noventa e um mil trezentos e oito reais e dezoito centavos), na classe III (quirografários).

310. Cumpre destacar, de antemão, que o Banco do Brasil possui crédito listado na classe II (garantia real), no valor de R\$ 4.643.105,00 (quatro milhões seiscentos e quarenta e três mil cento e cinco reais), e na classe III (quirografários), pelo total de R\$ 4.678.440,55 (quatro milhões seiscentos e setenta e oito mil quatrocentos e quarenta reais e cinquenta e cinco centavos).

311. O credor afirma que, à luz dos instrumentos negociais e demonstrativos de evolução dos débitos, é possível constatar a alardeada incorreção dos valores listados.

312. Prossegue no afirmar que, na data da distribuição da recuperação judicial, a Recuperanda figurava como devedora da Cédula de Crédito Bancário nº 343.702.263, que se consubstancia em contrato garantido por cessão fiduciária de crédito futuro sujeita a termo, hipoteca de primeiro grau sobre imóvel de propriedade de terceiros e aval.

313. Aduz que apurou o montante de R\$ 5.091.308,18 (cinco milhões noventa e um mil trezentos e oito reais e dezoito centavos) até a data do pedido de recuperação judicial, devendo constar o referido crédito em seu favor, na classe III (quirografários).

314. Instaurado o contraditório administrativo, via *e-mail*, a Recuperanda manifestou sua não oposição à retificação do crédito pretendida, desde que atualizado até a data do pedido de recuperação judicial.

315. Essa Administração Judicial verificou que, para instrução da divergência, foram apresentados a Cédula de Crédito Bancário nº 343.702.263, cujo valor total é de R\$ 4.970.412,61 (quatro milhões novecentos e setenta mil quatrocentos e doze reais e sessenta e um centavos), e planilha de débitos devidamente atualizada até a data do pedido de recuperação judicial, isto é, 09 de dezembro de 2021, em consonância com o art. 9º, II, da LRF.

316. Diante da apresentação dos documentos comprobatórios do crédito, em atenção ao art. 9º, III, da LRF, e da concordância da Recuperanda, essa Administração Judicial acolhe a divergência apresentada, para que o credor Banco do Brasil S/A passe a constar tão somente na classe III (quirografários), pelo montante de R\$ 5.091.308,18 (cinco milhões noventa e um mil trezentos e oito reais e dezoito centavos).

### III.2.y Banco Guanabara S/A

317. Trata-se de divergência de crédito apresentada pelo Banco Guanabara S/A, através de correio eletrônico, por meio da qual requer a exclusão do crédito listado em seu favor, na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 6.612.284,00 (seis milhões seiscentos e doze mil duzentos e oitenta e quatro reais), na medida em que garantido por cessão fiduciária de direitos creditórios.

318. Em suas razões, o credor consigna que seu crédito é decorrente de 09 (nove) Cédulas de Crédito Bancárias, que se consubstanciam em empréstimos tomados pela Recuperanda.

319. Prossegue no afirmar que os contratos lastreiam dívidas que foram garantidas por cessão fiduciária de direitos creditórios correspondentes a transações comerciais realizadas pela Recuperanda, na sua matriz e em suas filiais, com pagamentos efetivados através de cartões de crédito/débito das bandeiras Visa, Mastercard e/ou American Express.



320. Destaca que os termos dessa garantia foram consolidados em um único *Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia – Cartões*.

321. Nesse sentido, afirma que a relação de credores está equivocada quanto à classificação do seu crédito, uma vez que este não se submete a recuperação judicial, nos termos do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005, em razão da garantia por cessão fiduciária.

322. Ressalta que seu crédito é extraconcursal, natureza que já foi reconhecida, inclusive, no âmbito da presente recuperação judicial, na decisão de fls.2.627-2.635.

323. O Banco Guanabara acrescenta que este r. Juízo deferiu a liberação de 70% (setenta por cento) dos recebíveis dados em garantia, e que, todavia, obteve a concessão de efeito suspensivo em sede de Agravo de Instrumento, para restabelecer integralmente a cessão fiduciária dos recebíveis.

324. Em sede de contraditório administrativo, via *e-mail*, a Recuperanda afirma que a extraconcursalidade do crédito não se sustenta por dois motivos:

325. Primeiro, porque não houve a individualização dos recebíveis cedidos fiduciariamente, requisito essencial a que alude o art. 1.362, IV, do Código Civil e artigos 27 e 33 da Lei 10.931/2004.

326. Assevera que a cláusula de garantia, segundo o contrato, compreenderia todos e quaisquer direitos creditórios decorrentes de transações efetuadas por portadores de cartões de crédito, débito e múltiplos de três das principais bandeiras do país, quais sejam, Visa, Mastercard e American Express, sendo certo que não há especificação mínima de quais recebíveis foram dados em garantia.

327. Segundo, porque se trata de direitos a performar, que, por conseguinte, não existiam na data do pedido. Ressalta, nesse sentido, que a distinção é imperiosa, uma vez que a garantia de recebíveis futuros, denominados “não performados”, é ineficaz em relação à recuperação judicial, eis que a existência da garantia deve ser aferida na data do pedido.

328. Consigna que não há como se falar em titularidade sobre algo que não existe, de modo que, se a garantia não existia a época do pedido de recuperação judicial, após o pedido pertence à Galanti.

329. Nessa linha, requer a rejeição do pedido de exclusão do crédito listado em favor do Banco Guanabara da recuperação judicial.

330. Cumpre elucidar que a divergência foi instruída com os seguintes documentos:

- Cédula de Crédito Bancário nº 34578, no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais);
- Instrumento Particular de Aditamento a CCB nº 34578;
- Cédula de Crédito Bancário nº 34746, no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais);
- Instrumento Particular de Aditamento a CCB nº 34746;
- Cédula de Crédito Bancário nº 34982, no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais);
- Instrumento Particular de Aditamento a CCB nº 34982;
- Cédula de Crédito Bancário nº 35260, no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);
- Instrumento Particular de Aditamento a CCB nº 35260;
- Cédula de Crédito Bancário nº 35424, no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais);
- Instrumento Particular de Aditamento a CCB nº 35424;
- Cédula de Crédito Bancário nº 35616, no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);
- Instrumento Particular de Aditamento a CCB nº 35616;
- Cédula de Crédito Bancário nº 35884, no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);
- Instrumento Particular de Aditamento a CCB nº 35884;
- Cédula de Crédito Bancário nº 35978, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- Instrumento Particular de Aditamento a CCB nº 35978;

- Cédula de Crédito Bancário nº 36310, no valor de R\$ 222.741,25 (duzentos e vinte e dois mil setecentos e quarenta e um reais e vinte e cinco centavos);
- Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia – Cartões vinculado a CCB nº 34578;
- Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia – Cartões vinculado a CCB nº 34746;
- Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia – Cartões vinculado a CCB nº 34982;
- Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia – Cartões vinculado as CCBs nº 34578, 34746 e 34982;
- Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia – Cartões vinculado a CCB nº 35260;
- Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia – Cartões vinculado a CCB nº 35424;
- Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia – Cartões vinculado a CCB nº 35616;
- Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia – Cartões vinculado as CCBs nº 34578, 34746 e 34982, 35260, 35424 e 35616;
- Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia – Cartões vinculado as CCBs nº 35884;
- Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia – Cartões vinculado as CCBs nº 34578, 34746 e 34982, 35260, 35424, 35616 e 35884;
- Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia – Cartões vinculado as CCBs nº 35978;
- Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia – Cartões vinculado as CCBs nº 34578, 34746, 34982, 35260, 35424, 35616, 35884 e 35978;

331. Salienta-se que não foi apresentado qualquer instrumento particular de cessão fiduciária de direitos creditórios relacionado à Cédula de Crédito Bancário nº 36310, no valor de R\$222.741,25 (duzentos e vinte e dois mil setecentos e quarenta e um reais e vinte e cinco centavos).

332. Da atenta análise dos aludidos documentos, quer parecer a essa Administração Judicial que a garantia, que se consubstancia em recebíveis de cartões de crédito ou débito, restou devidamente especificada, conforme a cláusula VI, do instrumento particular de cessão fiduciária consolidado dos contratos nº 34578, 34746, 34982, 35260, 35424, 35616, 35884 e 35978. Veja-se:

<b>VI. IDENTIFICAÇÃO DOS DIREITOS CEDIDOS</b>	
<i>Direitos Creditórios presentes e futuros oriundos de transações comerciais efetuadas e a serem efetuadas entre o Devedor/Garantidor e seus clientes, em sua matriz e, conforme o caso, em sua(s) filial(is) indicada(s) abaixo, para aquisições de bens e/ou serviços, cujo pagamento seja realizado por meio de cartão de crédito/débito das Bandeiras Operadas abaixo indicadas utilizando-se do(s) sistema(s) disponibilizado(s) pelas Credenciadoras atualmente contratadas pelo Devedor/Garantidor, bem como quaisquer outras que venham a ser contratadas pelo Devedor/Garantidor.</i>	
<b>VI.1 - BANDEIRAS OPERADAS</b>	
<input checked="" type="checkbox"/> VISA	<input checked="" type="checkbox"/> MASTERCARD
<input checked="" type="checkbox"/> AMERICAN EXPRESS	
<b>VI.2 - MARGEM MÍNIMA DA GARANTIA:</b> Valor fixo de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) por mês, durante toda a vigência das CCBs.	
<b>VI.3 CNPJ's VINCULADOS À GARANTIA</b>	
<input checked="" type="checkbox"/> Matriz:	
00.100.374/0001-88 (AMERICAN EXPRESS)	
<input checked="" type="checkbox"/> Filiais:	
00.100.374/0002-60 (MASTERCARD/ AMERICAN EXPRESS)	
00.100.374/0003-40 (AMERICAN EXPRESS)	
00.100.374/0004-21 (AMERICAN EXPRESS)	
00.100.374/0005-02 (MASTERCARD/ AMERICAN EXPRESS)	
00.100.374/0006-93 (AMERICAN EXPRESS)	
00.100.374/0008-55 (AMERICAN EXPRESS)	
00.100.374/0009-36 (MASTERCARD / AMERICAN EXPRESS)	
00.100.374/0010-70 (AMERICAN EXPRESS)	
00.100.374/0011-60 (AMERICAN EXPRESS)	
00.100.374/0016-65 (VISA)	
00.100.374/0030-13 (VISA / MASTERCARD)	
00.100.374/0022-03 (VISA)	
00.100.374/0023-94 (VISA)	
00.100.374/0024-75 (VISA)	
00.100.374/0028-07 (VISA)	
00.100.374/0014-01 (AMERICAN EXPRESS)	
00.100.374/0018-27 (AMERICAN EXPRESS)	
00.100.374/0017-46 (MASTERCARD)	
<b>Prazo da Garantia:</b> 36 (trinta e seis) meses	
Ouvidoria Banco Guanabara - Ligação gratuita: 0800-2822-561, de segunda à sexta, das 10:00 às 16:00 horas.	

333. Nada obstante, é certo que os valores gravados em garantia se mostram essenciais à manutenção da atividade da Recuperanda, de modo que sua retirada poderia desencadear sensível diminuição de sua capacidade operacional, podendo culminar no insucesso do presente projeto de soerguimento.

334. Vale repetir que essa Administração Judicial apresentou um *laudo* nos autos da presente recuperação judicial, anexo a manifestação de fls. 4.320-4.321, acerca da essencialidade dos valores referentes a recebíveis futuros e do valor total das parcelas dos contratos garantidos por cessão fiduciária, onde concluiu-se que o projeto de soerguimento poderá restar fragilizado caso sejam mantidas as travas bancárias dos recebíveis futuros de vendas e caso não haja a restituição dos valores já travados, sendo certo que os valores apresentados no fluxo de caixa projetado da Recuperanda acumulam prejuízos mensais, consoante ali demonstrado.

335. Diante de todo o exposto, o Administrador Judicial reitera o seu entendimento, exposto detidamente nas premissas para a resolução das divergências apresentadas, destacando ainda, o princípio da preservação da empresa e a indispensabilidade dos bens de capital e demais bens essenciais à atividade da Recuperanda, pelo que rejeita a divergência do Banco Guanabara S/A, mantendo-se o crédito tal como listado, no valor de R\$ 6.612.284,00 (seis milhões seiscentos e doze mil duzentos e oitenta e quatro reais), na classe III (quirografários).

## III.2.z Banco Industrial do Brasil S/A

336. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Banco Industrial do Brasil S/A, através de correio eletrônico, na qual requer a exclusão do crédito listado em seu favor, na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 214.207,00 (duzentos e quatorze mil duzentos e sete reais), haja vista a existência de cessão fiduciária em garantia.

337. Em suas razões de divergência, o Banco Industrial afirma que seu crédito tem origem na Cédula de Crédito Bancário nº 01-3329/20, emitida em 03 de junho de 2020, operação garantida pelo Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios nº 01-3166/19.

338. Dessa forma, por se tratar de credor fiduciário, o Banco Industrial entende que deve ser excluído dos efeitos da recuperação judicial, com base no art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005.

339. Frisa que, malgrado a controvérsia jurisprudencial a respeito da necessidade de registro, o instrumento constitutivo da cessão fiduciária foi devidamente registrado junto ao Cartório de Títulos e Documentos.

340. Em sede de contraditório administrativo, via *e-mail*, a Recuperanda afirma que a extraconcursabilidade do crédito não se sustenta por dois motivos:

341. Primeiro, porque não houve a individualização dos recebíveis cedidos fiduciariamente, requisito essencial a que alude o art. 1.362, IV, do Código Civil e artigos 27 e 33 da Lei 10.931/2004.

342. Assevera que a cláusula de garantia, segundo o contrato, compreenderia todos e quaisquer direitos creditórios decorrentes de transações efetuadas por portadores de cartões de crédito, débito e múltiplos de duas das principais bandeiras do país, quais sejam, Visa e Mastercard, sendo certo que não há especificação mínima de quais recebíveis foram dados em garantia.

343. Segundo, porque se trata de direitos a performar, que, por conseguinte, não existiam na data do pedido. Ressalta, nesse sentido, que a distinção é imperiosa, uma vez que a garantia de recebíveis futuros, denominados “não performados”, é ineficaz em relação à recuperação judicial, eis que a existência da garantia deve ser aferida na data do pedido.

344. Consigna que não há como se falar em titularidade sobre algo que não existe, de modo que, se a garantia não existia a época do pedido de recuperação judicial, após o pedido pertence à Galanti.

345. Nessa linha, requer a rejeição do pedido de exclusão do crédito listado em favor do Banco Industrial do Brasil S/A da recuperação judicial.

346. Pois bem. Para instrução da divergência, o credor apresentou a Cédula de Crédito Bancário nº 01-3329/20, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), e o Termo Aditivo nº 02 ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios nº01-3166/19.

347. Da esmiuçada análise dos aludidos documentos, quer parecer a essa Administração Judicial que a garantia, que se consubstancia em recebíveis de cartões de crédito ou débito, restou devidamente especificada, conforme a cláusula 5, item 5.1, do instrumento particular de cessão fiduciária nº 01-3166/19. Veja-se:



**4. OBRIGAÇÃO(ÕES) GARANTIDA(S):**

A(s) obrigação(ões) cujo regular e integral cumprimento a cessão fiduciária ora contratada visa a garantir compreende(m) a(s) obrigação(s), principal(is) e acessória(s), assumida(s) pelo **DEVEDOR** perante o **BANCO** no(s) instrumento(s) abaixo identificado(s) e todos os seus eventuais futuros aditamentos

- A) 1. Denominação: CCB nº. 01-3166/19; \_\_\_\_\_  
 2. Credor: **BANCO**;  
 3. Emissor/Devedor: **DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA**;  
 4. Valor principal: **R\$ 2.000.000,00** (dois milhões de reais);  
 5. Encargos: **Pré-Fixados: Taxa de 1,05% (um vírgula zero cinco por cento) ao mês, equivalente à Taxa de 12,60% (doze vírgula sessenta por cento) ao ano;**  
 6. Data de Emissão/Celebração: **26/03/2019**;  
 7. Data de Vencimento: **25/03/2021**;  
 8. Local de pagamento: **sede do BANCO.**

- B) 1. Denominação: CCB nº. 01-3280/20; \_\_\_\_\_  
 2. Credor: **BANCO**;  
 3. Emissor/Devedor: **DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA**;  
 4. Valor principal: **R\$ 1.700.000,00** (um milhão e setecentos mil reais);  
 5. Encargos: **Pré-Fixados: de 0,9000% (zero vírgula nove mil por cento) ao mês, equivalente à taxa de 11,3510% (onze vírgula três mil quinhentos e dez por cento) ao ano;**  
 6. Data de Emissão/Celebração: **12/02/2020**;  
 7. Data de Vencimento: **13/02/2023**;  
 8. Local de pagamento: **sede do BANCO."**

**5. OBJETO:**

5.1. Cessão fiduciária da totalidade dos direitos de crédito(s) decorrente(s) de vendas que o **DEVEDOR** e/ou o(s) **GARANTIDOR(ES)** realizou/realizaram e/ou venha(m) a realizar ("RECEBÍVEIS") mediante pagamento com cartões de crédito e/ou débito ("CARTÕES") da(s) bandeira(s) Mastercard, direitos de crédito(s) esse(s) de que o **DEVEDOR** e/ou o(s) **GARANTIDOR(ES)** é/são e/ou venha(m) a tornar-se titular perante a(s) **CREDENCIADORA(S)** (conforme definição abaixo) em virtude do(s) **CONTRATO(S)** (conforme definição abaixo), inclusive aquelas decorrentes da imposição de multas, encargos contratuais, juros convencionais, acessórios e demais penalidades e indenizações previstas no(s) **CONTRATO(S)**, independente do valor da(s) **OBRIGAÇÃO(ÕES) GARANTIDA(S)**, que poderá ser menor, devendo ser disponibilizados na conta vinculada nº 0200011481 ("CONTA VINCULADA"), mantida pelo **DEVEDOR** e/ou pelo(s) **GARANTIDOR(ES)** junto ao **BANCO**, sem prejuízo do disposto na cláusula 7 abaixo.

Minuta Padrão – Aditivo – Cessão Fiduciária no Direitos de Crédito Recebíveis de cartão 09 2019

[BIB - RESERVADO]

Banco Industrial do Brasil S.A. Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1703 - CEP 04543-011  
 São Paulo/SP - Tel.: (11) 3049 3700 - Fax: (11) 2646 9424

Página 1 de 3

590



**BIB**

Banco Industrial do Brasil

5.2. **VALOR DIÁRIO MÁXIMO DE RETENÇÃO:** 30% (trinta por cento) do valor total da(s) **OBRIGAÇÃO(ÕES) GARANTIDA(S)** (estando compreendidos o principal, encargos e acessórios) devida pelo **DEVEDOR** ao **BANCO."**



### 1. ADITAMENTO

1.1. As partes resolvem alterar o(s) item(ns) preâmbulo do **INSTRUMENTO**, que vigorará(ão) com a(s) seguinte(s) redação(ões)

<b>4. OBRIGAÇÃO(ÕES) GARANTIDA(S)</b>	
A(s) obrigação(ões) cujo regular e integral cumprimento a cessão fiduciária ora contratada visa a garantir compreende(m) aquela(s), principal(is) e acessória(s), assumida(s) pelo <b>DEVEDOR</b> perante o <b>BANCO</b> no(s) instrumento(s) abaixo identificado(s) e todos os seus eventuais futuros aditamentos	
<p><b>A) 1. Denominação:</b> CCB nº. 01-3186/19;</p> <p><b>2. Credor:</b> BANCO;</p> <p><b>3. Emitente/Devedor:</b> DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA;</p> <p><b>4. Valor principal:</b> R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);</p> <p><b>5. Encargos:</b> Pré-Fixados: Taxa de 1,05% (um virgula zero cinco por cento) ao mês, equivalente à Taxa de 12,60% (doze virgula sessenta por cento) ao ano;</p> <p><b>6. Data de Emissão/Celebração:</b> 26/03/2019;</p> <p><b>7. Data de Vencimento:</b> 25/03/2021;</p> <p><b>8. Local de pagamento:</b> sede do BANCO.</p>	<p><b>B) 1. Denominação:</b> CCB nº. 01-3280/20;</p> <p><b>2. Credor:</b> BANCO;</p> <p><b>3. Emitente/Devedor:</b> DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA;</p> <p><b>4. Valor principal:</b> R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais);</p> <p><b>5. Encargos:</b> Pré-Fixados: de 0,9000% (zero virgula nove mil por cento) ao mês, equivalente à taxa de 11,3510% (onze virgula três mil quinhentos e dez por cento) ao ano;</p> <p><b>6. Data de Emissão/Celebração:</b> 12/02/2020;</p> <p><b>7. Data de Vencimento:</b> 13/02/2023;</p> <p><b>8. Local de pagamento:</b> sede do BANCO."</p>
<p><b>B) 1. Denominação:</b> CCB nº. 01-3329/20;</p> <p><b>2. Credor:</b> BANCO;</p> <p><b>3. Emitente/Devedor:</b> DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA;</p> <p><b>4. Valor principal:</b> R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);</p> <p><b>5. Encargos:</b> Pré-Fixados: Taxa de 0,9800% (zero virgula nove mil e oitocentos por cento) ao mês, equivalente à taxa de 12,4160% (doze virgula quatro mil cento e cinquenta por cento) ao ano.</p> <p><b>6. Data de Emissão/Celebração:</b> 03/06/2020;</p> <p><b>7. Data de Vencimento:</b> 03/06/2022;</p> <p><b>8. Local de pagamento:</b> sede do BANCO."</p>	

348. Nada obstante, é certo que os valores gravados em garantia se mostram essenciais à manutenção da atividade da Recuperanda, de modo que sua retirada poderia desencadear sensível diminuição de sua capacidade operacional, podendo culminar no insucesso do presente projeto de soerguimento.

349. Vale mencionar, novamente, que essa Administração Judicial apresentou um *laudo* nos autos da presente recuperação judicial, anexo a manifestação de fls. 4.320-4.321, acerca da essencialidade dos valores referentes a recebíveis futuros e do valor total das parcelas dos contratos garantidos por cessão fiduciária, onde concluiu-se que o projeto de soerguimento poderá restar fragilizado caso sejam mantidas as travas bancárias dos recebíveis futuros de vendas e caso não haja a restituição dos valores já travados, sendo certo que os valores apresentados no fluxo de caixa projetado da Recuperanda acumulam prejuízos mensais, consoante ali demonstrado.

350. Diante de todo o exposto, o Administrador Judicial reitera o seu entendimento exposto detidamente nas premissas para a resolução das divergências apresentadas, destacando ainda, o princípio da preservação da empresa e a indispensabilidade dos bens de capital e demais bens essenciais à atividade da Recuperanda, pelo que rejeita a divergência do Banco Industrial do Brasil S/A, mantendo-se o crédito tal como listado, no valor de R\$ 214.207,00 (duzentos e quatorze mil duzentos e sete reais), na classe III (quirografários).

### III.2.a.a Banco Pine S/A

351. Trata-se de divergência de crédito apresentada pelo credor Banco Pine S/A, listado na classe III (quirografários), pela importância total de R\$ 2.225.737,14 (dois milhões duzentos e vinte e cinco mil setecentos e trinta e sete reais e quatorze centavos).

352. O Banco Pine pugna pela exclusão do crédito listado no valor de R\$2.088.743,00 (dois milhões oitenta e oito mil setecentos e quarenta e três reais), em razão da existência de cessão fiduciária de direitos creditórios em garantia. Em suas razões, aduz que celebrou operações de crédito com a Recuperanda, através da emissão da Cédula de Crédito Bancário nº 0472/20, que restou integralmente garantida por cessão fiduciária de direitos creditórios, o que exclui o crédito dos efeitos da recuperação judicial, por força do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005.

353. Acrescenta que, para além da classificação do referido crédito, há discordância quanto ao valor, eis que perfaz a quantia de R\$ 2.058.807,96 (dois milhões cinquenta e oito mil oitocentos e sete reais e noventa e seis centavos), atualizado até a data do pedido de recuperação judicial.

354. De igual sorte, requer a exclusão do crédito listado no valor de R\$136.944,14 (cento e trinta e seis mil novecentos e quarenta e quatro reais e quatorze centavos), afirmando que o aludido crédito é oriundo de bloqueio judicial realizado em favor da sociedade Prisma Serviços Técnicos Ltda., não sendo, portanto, de titularidade do Banco Pine.

355. Instaurado o contraditório administrativo, via *e-mail*, a Recuperanda afirma que a extraconcursabilidade do crédito não se sustenta, eis que, a uma, não houve a individualização dos recebíveis cedidos fiduciariamente, requisito essencial a que alude o art. 1.362, IV, do Código Civil e artigos 27 e 33 da Lei 10.931/2004.

356. Assevera que a cláusula de garantia, segundo o contrato, compreenderia todos e quaisquer direitos creditórios decorrentes de transações efetuadas por portadores de cartões de crédito, débito e múltiplos de duas das principais bandeiras do país, quais sejam, Mastercard e American Express, sendo certo que não há especificação mínima de quais recebíveis foram dados em garantia.

357. A duas, porque se trata de direitos a performar, que, por conseguinte, não existiam na data do pedido. Ressalta, nesse sentido, que a distinção é imperiosa, uma vez que a garantia de recebíveis futuros, denominados “não performados”, é ineficaz em relação à recuperação judicial, eis que a existência da garantia deve ser aferida na data do pedido.

358. Consigna que não há como se falar em titularidade sobre algo que não existe, de modo que, se a garantia não existia a época do pedido de recuperação judicial, após o pedido pertence à Galanti.

359. No que tange ao pedido de exclusão do crédito listado no valor de R\$136.944,14 (cento e trinta e seis mil novecentos e quarenta e quatro reais e quatorze centavos), a Recuperanda manifestou sua não oposição, haja vista se tratar de quantia bloqueada em favor de terceiro, sem relação com o ora requerente.

360. Nessa linha, a Recuperanda requer a rejeição da divergência no que diz respeito ao reconhecimento de suposta extraconcursalidade, e o acolhimento quanto ao pedido de exclusão da quantia de R\$136.944,14 (cento e trinta e seis mil novecentos e quarenta e quatro reais e quatorze centavos).

361. Da leitura dos documentos que instruem a divergência, verifica-se:

- Cédula de Crédito Bancário nº 0472/20, no valor de R\$2.500.000,00 (dois milhões quinhentos mil reais);
- Termo de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e/ou Títulos de Crédito vinculado a CCB nº0472/20;
- Anexo I ao Termo de Constituição da Garantia;
- Planilha de cálculo;
- Comprovante de bloqueio judicial.

# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

362. Da análise dos documentos, vê-se que a garantia, que se consubstancia em recebíveis de cartões de crédito ou débito, restou especificada, conforme a cláusula III do termo de constituição de garantia de cessão fiduciária e no Anexo I. Veja-se:

**III - OBJETO:** Cessão fiduciária de direitos creditórios, representados ou não por títulos de crédito, doravante denominados "direitos creditórios", a seguir descritos

**A) Direitos Creditórios e/ou Aplicação Financeira:**  
100% dos direitos creditórios presentes e futuros, de titularidade do(s) GARANTIDOR(ES) e/ou DEVEDOR(ES), decorrentes da realização de transações de aquisição de produtos e/ou serviços oferecidos nos pontos de venda do(s) DEVEDOR(ES) e/ou do(s) GARANTIDOR(ES) e pagos com o uso dos cartões de crédito ou de débito da(s) BANDEIRA(S) abaixo mencionadas ou as indicadas no Termo de Autorização de Manutenção de Domicílio Bancário ("Termo de Autorização"), incluindo, mas não se limitando a, multa, juros e demais encargos relacionados, sendo que referidos direitos creditórios abrangem as transações que venham a ser realizadas, bem como aquelas já realizadas de forma parcelada e que ainda tenha parcelas em aberto, incluindo os créditos registrados na Agenda, cujo processamento, registro e transmissão de informações relativas à esta garantia ocorrem na Câmara Interbancária de Pagamentos ("CIP"), ou qualquer outra entidade relacionada, sujeitando-se as partes às regras do Serviço de Recebíveis de Arranjos de Pagamento ("SERAP") e, os direitos creditórios de titularidade do(s) GARANTIDOR(ES) e/ou DEVEDOR(ES) decorrentes dos Contratos de Credenciamento celebrados e/ou que venham a ser celebrados pelo(s) GARANTIDOR(ES) e/ou pelo(s) DEVEDOR(ES) e quaisquer CREDENCIADORAS, exclusivamente com relação às BANDEIRAS, que capturem, processem e liquidem as transações mencionadas acima, incluindo, mas não se limitando a, multa, juros e demais encargos relacionados.

**I. Conta [vinculada]:** 802819-4, mantida na agência 0001-9, banco 643, para os fins da instituição domicílio dos direitos creditórios, nos termos da legislação em vigor.

**A.1) Percentual/Valor mínimo de garantia:** 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do saldo devedor de principal da(s) obrigação(ões) garantida(s).


**A.2) Agenda:** o somatório da totalidade dos direitos creditórios a serem recebidos pelo(s) GARANTIDOR(ES) e/ou pelo(s) DEVEDOR(ES) em decorrência de transações realizadas, ou seja, os direitos creditórios que ainda não tenham sido liquidados pela(s) CREDENCIADORA(S) na(s) conta(s) vinculada(s) mencionada(s) no preâmbulo.

Endereço: Rua Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830 - Salas 44, 54 e 54 - 4º, 5º e 6º andares - Bloco 4 - Edifício São Luiz - Vila Nova Conceição - CEP 04543-000 - São Paulo - SP  
Tel (11) 3372-5200 - Ouvidoria: 0800 7257463  
Termo - Cartão/p - V.7 - 24/09/2020  
Página 1 de 10

Oficial	Carato	Secretaria Técnica	Reg. Civil	T. Jurídico	M. Público	ISS	Contribuição	Despesa
R\$ 1.419,10	R\$ 403,32	R\$ 276,05	R\$ 74,69	R\$ 97,40	R\$ 18,12	R\$ 29,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00

**PINE**

**TERMO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E/OU TÍTULOS DE CRÉDITO**



**A.3) BANDEIRA(S):** Conforme previsto no Anexo I ao presente instrumento que, assinado pelas partes, será parte integrante e inseparável deste Termo de Cessão Fiduciária.

**A.4) CREDENCIADORAS:** Conforme previsto no Anexo I ao presente instrumento que, assinado pelas partes, será parte integrante e inseparável deste Termo de Cessão Fiduciária.

**A.5) VDMR:** O valor diário máximo da agenda de recebíveis passível de retenção, refere-se ao valor máximo que o PINE pode reter, em um mesmo dia, do fluxo financeiro decorrente da liquidação, no dia, de operações de antecipação de recebíveis, estando limitado a até 100% (cem por cento) do saldo devedor atualizado da(s) OBRIGAÇÃO(ÕES) GARANTIDA(S), compreendendo principal e acessórios.



### ANEXO I AO TERMO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS Nº. 0472/20

#### ANEXO I - Nº. 0472/20-2

#### DESCRIÇÃO DO OBJETO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA

1) DADOS DO(S) DEVEDOR(ES) e do(s) GARANTIDOR(ES) que cederam fiduciariamente os direitos creditórios decorrentes do(s) Contrato(s) de Credenciamento, abaixo mencionados.

1.1) DEVEDOR(ES):

1.1.1)

Nome: DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA

CNPJ /CPF nº: 00.100.374/0001-89

( X ) CNPJ completo

( ) CNPJ raiz

Nome: DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA

CNPJ /CPF nº: 00.100.374/0012-31

( X ) CNPJ completo

( ) CNPJ raiz

Nome: DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA

CNPJ /CPF nº: 00.100.374/0014-01

( X ) CNPJ completo

( ) CNPJ raiz

Nome: DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA

CNPJ /CPF nº: 00.100.374/0026-37

( X ) CNPJ completo

( ) CNPJ raiz

1.2) GARANTIDOR(ES)

1.2.1)

Nome: [\*]

CNPJ /CPF nº: [\*]

( ) CNPJ completo

( ) CNPJ raiz

2) Contrato de Credenciamento celebrados ou a serem celebrados entre o(s) DEVEDOR(ES), o(s) GARANTIDOR(ES) e a(s) CREDENCIADORA(S) ("Contratos de Credenciamento"), cuja(s) CREDENCIADORA(S) seja participante do Serviço de Recebíveis de Arranjos de Pagamento – SERAP.

3) BANDEIRA(S) que serão objeto da cessão fiduciária:

([X]) Mastercard, Mastercard Maestro, Redeshop

([X]) Visa, Visa Electron

([\*]) Diners Club

([\*]) Outras AMEX

363. Nada obstante, é certo que os valores em garantia se mostram essenciais à manutenção da atividade da Recuperanda, de modo que sua retirada poderia desencadear sensível diminuição de sua capacidade operacional, podendo culminar no insucesso do presente projeto de soerguimento.

364. Relembre-se o *laudo* anexo à manifestação de fls. 4.320-4.321 deste feito, acerca da essencialidade dos valores de recebíveis futuros e do valor das parcelas dos contratos garantidos por cessão fiduciária, onde concluiu-se que o projeto de soerguimento poderá restar fragilizado caso sejam mantidas as travas bancárias dos recebíveis futuros de vendas e caso não haja a restituição dos valores já travados, sendo certo que os valores apresentados no fluxo de caixa projetado da Recuperanda acumulam prejuízos mensais, consoante ali demonstrado.

365. A despeito do não acolhimento do pedido de exclusão do crédito oriundo do contrato nº 0472/20 dos efeitos da recuperação judicial, faz-se necessária a correção do valor listado, eis que, conforme demonstrado pelo requerente na planilha de cálculo, a quantia correta corresponde a R\$ 2.058.807,96 (dois milhões cinquenta e oito mil oitocentos e sete reais e noventa e seis centavos), atualizado até a data do pedido de recuperação judicial, em consonância com o art. 9º, II, da LRF.

366. Com relação ao pedido de exclusão do crédito no valor de R\$ 136.994,14 (cento e trinta e seis mil novecentos e noventa e quatro reais e quatorze centavos), essa Administração Judicial esclarece que, ao consultar os autos de nº 0041930-15.2019.8.19.0038, atestou-se que, de fato, o bloqueio foi efetivado em favor da sociedade Prisma Serviços Técnicos Ltda., que, aparentemente, não guarda qualquer relação com o Banco Pine.

367. Nessa ordem de ideias, o Administrador Judicial reitera o seu entendimento, exposto detidamente nas premissas para a resolução das divergências apresentadas, destacando ainda, o princípio da preservação da empresa e a indispensabilidade dos bens de capital e demais bens essenciais à atividade da Recuperanda, pelo que acolhe parcialmente a divergência do Banco Pine S/A, para excluir a quantia de R\$ 136.994,14 (cento e trinta e seis mil novecentos e noventa e quatro reais e quatorze centavos), titularizada por credor diverso, passando a constar apenas o crédito no valor de R\$ 2.058.807,96 (dois milhões cinquenta e oito mil oitocentos e sete reais e noventa e seis centavos), na classe III (quirografários).

### **III.2.a.b Banco Sofisa S/A**

368. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Banco Sofisa S/A, através de correio eletrônico, na qual requer a exclusão do crédito listado em seu favor no primeiro Edital, no valor de R\$ 2.106.793,00 (dois milhões cento e seis mil setecentos e noventa e três reais), na classe III (quirografários, afirmando que não está sujeito a recuperação judicial.

369. Em suas razões, o Banco Sofisa afirma que a Recuperanda emitiu em seu favor a Cédula de Crédito Bancário nº PMC014091/5, no valor de R\$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais).

370. Aduz que o referido contrato foi garantido por cessão fiduciária de direitos creditórios de cartões de crédito e débito, nas bandeiras Mastercard, Elo, American Express, nos termos do *Instrumento Particular de Cessão de Direitos Creditórios*.

371. Ressalta que a garantia consiste na transferência imediata à conta vinculada mantida junto ao Banco Sofisa de todos os créditos oriundos de vendas efetuadas mediante os cartões das referidas bandeiras junto aos credenciadores Cielo, Redecard e Safra nas unidades da Galanti listadas no contrato nº PMC014091/5.

372. Prossegue no afirmar que, considerando que o pagamento da dívida não foi realizado na data avençada, viu-se obrigado a realizar a amortização dos valores depositados na conta vinculada, derivados da cessão fiduciária de créditos, sendo apurado um saldo remanescente de R\$ 1.431.903,26 (um milhão quatrocentos e trinta e um mil novecentos e três reais e vinte e seis centavos) em 14 de março de 2022, a partir da aplicação de todos os encargos previstos contratualmente, deduzindo-se os valores amortizados.

373. Consigna que, diante do cenário de inadimplemento, propôs ação de execução de título extrajudicial em face da Recuperanda e do devedor solidário, com fulcro na CCB nº PMC014091/5, no valor de R\$ 1.431.903,26 (um milhão quatrocentos e trinta e um mil novecentos e três reais e vinte e seis centavos), tudo isso porque seu crédito é integralmente extraconcursal, com arrimo no art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005.

374. Na ocasião do contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, a Recuperanda afirma que a extraconcursalidade do crédito não se sustenta por dois motivos:

375. Primeiro, porque não houve a individualização dos recebíveis cedidos fiduciariamente, requisito essencial a que alude o art. 1.362, IV, do Código Civil e artigos 27 e 33 da Lei 10.931/2004.

376. Assevera que a cláusula de garantia, segundo o contrato, compreenderia todos e quaisquer direitos creditórios decorrentes de transações efetuadas por portadores de cartões de crédito, débito e múltiplos de três das principais bandeiras do país, quais sejam, Mastercard, Elo e American Express, sendo certo que não há especificação mínima de quais recebíveis foram dados em garantia.



377. Segundo, porque se trata de direitos a performar, que, por conseguinte, não existiam na data do pedido.

378. Ressalta, nesse sentido, que a distinção é imperiosa, uma vez que a garantia de recebíveis futuros, denominados “não performados”, é ineficaz em relação à recuperação judicial, eis que a existência da garantia deve ser aferida na data do pedido.

379. Consigna que não há como se falar em titularidade sobre algo que não existe, de modo que, se a garantia não existia a época do pedido de recuperação judicial, após o pedido pertence à Galanti.

380. Assim, a Recuperanda requer a rejeição da divergência de crédito, e a consequente manutenção do crédito do Banco Sofisa na recuperação judicial.

381. Para corroborar sua divergência, o Banco Sofisa apresentou os seguintes documentos:

- Cédula de Crédito Bancário nº PMC014091/5, no valor de R\$2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais);
- Instrumento de Cessão Fiduciária de Créditos Cartões de Débito/Cartões de Crédito, vinculado ao contrato nº PMC014091/5;
- Extratos de conta corrente;
- Demonstrativo de Operação.

382. Esse Administrador Judicial promoveu a atenta análise dos documentos supracitados, tendo concluído que a garantia, que se consubstancia em recebíveis de cartões de crédito ou débito, aparentemente restou individualizada, conforme a Cláusula V do instrumento particular de cessão fiduciária.

383. Senão, vejamos:

### V – OBJETO DA GARANTIA:

Todos e quaisquer direitos creditórios decorrentes de transações efetuadas por portadores de cartões de débito e cartões de crédito sob a(s) bandeira(s) abaixo indicadas, junto ao Cliente e/ou junto ao(s) Interviente(s) Garante(s), transações essas referentes à aquisição de bens e/ou serviços, capturadas através de sistema das credenciadoras das quais o Cliente e/ou o(s) Interviente(s) Garante(s) seja(m) credenciado(s)/afiliado(s), autorizada(s) pela(s) bandeiras a capturar, processar e liquidar transações efetivadas, nos termos do(s) contrato(s) de credenciamento/afiliação já pactuado(s) e que for(em) pactuado(s) entre o Cedente/Interviente(s) Garante(s) durante a vigência das Obrigações Garantidas, indicadas no presente instrumento.

Os direitos de crédito objeto da presente cessão abrangem as transações efetuadas e aquelas futuramente realizadas junto ao Cliente e/ou ao(s) Interviente(s) Garante(s), as quais estão e estarão identificados nos registros eletrônicos disponibilizados pela(s) credenciadora(s) ao Sofisa.

Os direitos de crédito deverão ser depositados na conta domicílio-vinculada abaixo, de titularidade do Cliente/Interviente Garante, mantida junto ao Sofisa.

CONTA DOMICÍLIO-VINCULADA:	Agência 0005-1	Conta nº 0001003061
CONTA DOMICÍLIO-VINCULADA:	Agência	Conta nº
CONTA DOMICÍLIO-VINCULADA:	Agência	Conta nº
CONTA DOMICÍLIO-VINCULADA:	Agência	Conta nº

BANDEIRAS/ARRANJO(S) DE PAGAMENTO:	MASTERCARD	ELO	AMERICAN EXPRESS	
CREDENCIADORA(S) / SUBCREDENCIADORA(S):	CIELO	REDECARD	SAFRA CREDENCIADORA DE CARTÕES	

CNPJs QUE ORIGINAM OS RECEBÍVEIS:	00.100.374/0023-94	00.100.374/0028-07	00.100.374/0026-37	00.100.374/0027-18	00.100.374/0022-03
00.100.374/0014-01	00.100.374/0020-41	00.100.374/0016-65	00.100.374/0017-46	00.100.374/0018-27	00.100.374/0019-08
00.100.374/0013-12	00.100.374/0029-80	00.100.374/0024-75	00.100.374/0015-84	00.100.374/0021-22	00.100.374/0012-31

384. Nada obstante, é certo que os valores gravados em garantia se mostram essenciais à manutenção da atividade da Recuperanda, de modo que sua retirada poderia desencadear sensível diminuição de sua capacidade operacional, podendo culminar no insucesso do presente projeto de soerguimento.

385. Vale mencionar, novamente, que essa Administração Judicial apresentou um *laudo* nos autos da presente recuperação judicial, anexo à manifestação de fls. 4.320-4.321, acerca da essencialidade dos valores referentes a recebíveis futuros e do valor total das parcelas dos contratos garantidos por cessão fiduciária, onde concluiu-se que o projeto de soerguimento poderá restar fragilizado caso sejam mantidas as travas bancárias dos recebíveis futuros de vendas e caso não haja a restituição dos valores já travados, sendo certo que os valores apresentados no fluxo de caixa projetado da Recuperanda acumulam prejuízos mensais, consoante ali demonstrado.

386. Nessa ordem de ideias, o Administrador Judicial reitera o seu entendimento, exposto detidamente nas premissas para a resolução das divergências apresentadas, destacando ainda, o princípio da preservação da empresa e a indispensabilidade dos bens de capital e demais bens essenciais à atividade da Recuperanda, pelo que rejeita a divergência do Banco Sofisa S/A, para manter o crédito tal como listado no primeiro Edital, no valor de R\$ 2.106.793,00 (dois milhões cento e seis mil setecentos e noventa e três reais), na classe III (quirografários).

### III.2.a.c Banco Safra S/A

387. Trata-se de divergência de crédito apresentada pelo Banco Safra S/A, por meio de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao crédito listado em seu favor no primeiro Edital, na importância total de R\$ 13.483.121,00 (treze milhões quatrocentos e oitenta e três mil cento e vinte e um reais), na classe III (quirografários).

388. O Banco Safra foi relacionado na lista de credores pelos valores de R\$12.183.121,00 (doze milhões cento e oitenta e três mil cento e vinte e um reais) e R\$1.300.000,00 (um milhão trezentos mil reais), que somam a quantia supracitada, tendo pugnado seja mantido, tão somente, o crédito no montante de R\$ 1.300.000,00 (um milhão trezentos mil reais), decorrente da Cédula de Crédito Bancário nº 21551 (cheque empresarial), sob a alegação de que o crédito originário dos demais contratos é extraconcursal, nos termos do art. 49, §3º, da LRF.

389. Para facilitar o exame, o credor apresentou a seguinte tabela, que totaliza R\$ 13.449.940,02 (treze milhões quatrocentos e quarenta e nove mil novecentos e quarenta reais e dois centavos), ligeiramente inferior ao *quantum* listado:

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO	SALDO DEVEDOR EM 09.12.21	CLASSIFICAÇÃO
Nº 21551 (doc. 10)	R\$ 1.300.000,00	Concursal
Nº 1210063 (doc. 2)	R\$ 360.824,99	Extraconcursal
Nº 1217009 (doc. 3)	R\$ 5.031.717,82	Extraconcursal
Nº 1221359 (docs. 4 e 5)	R\$ 2.720.665,26	Extraconcursal
Nº 1221367 (docs. 6 e 7)	R\$ 2.033.725,95	Extraconcursal
Nº 1221375 (docs. 8 e 9)	R\$ 1.985.416,80	Extraconcursal
Nº 751717061 <sup>4</sup> (doc. 11)	R\$ 17.589,20	Extraconcursal

390. Em suas razões, o credor afirma que a Recuperanda emitiu em seu favor as Cédulas de Crédito Bancário nº 1210063, 1217009, 1213534 (aditada pela 1221359), 1218986 (aditada pela 1221367) e 1218927 (aditada pela 1221375), que restaram garantidas por cessão fiduciária de recebíveis, através de *Instrumentos Particulares de Cessão Fiduciária em Garantia de Direitos Creditórios*.

391. Destaca que os direitos creditórios dados em garantia fiduciária abrangem a totalidade do saldo devedor atual oriundo das Cédulas de Crédito Bancário, sendo certo que, além desses recebíveis, os referidos contratos foram garantidos por cessão fiduciária em garantia de aplicações financeiras, que cobrem 40% (quarenta por cento) da dívida.

392. Ressalta, ainda, que todas as garantias foram devidamente constituídas e registradas perante os respectivos cartórios de registro de títulos e documentos, em que pese o Superior Tribunal de Justiça já tenha superado a exigência de especificação pormenorizada dos recebíveis cedidos como requisito formal à constituição do negócio fiduciário, não sendo um requisito para verificação da exceção disposta no art. 49, § 3º, da LRF.

393. Em sede de contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, a Recuperanda afirma que a extraconcursabilidade do crédito não se sustenta por dois motivos:

394. Primeiro, porque não houve a individualização dos recebíveis cedidos fiduciariamente, requisito essencial a que alude o art. 1.362, IV, do Código Civil e artigos 27 e 33 da Lei 10.931/2004.

395. Assevera que a cláusula de garantia, segundo o contrato, compreenderia todos e quaisquer direitos creditórios decorrentes de transações efetuadas por portadores de cartões de crédito, débito e múltiplos de uma das principais bandeiras do país, qual seja, Visa, sendo certo que não há especificação mínima de quais recebíveis foram dados em garantia.

396. Segundo, porque se trata de direitos a performar, que, por conseguinte, não existiam na data do pedido.

397. Ressalta, nesse sentido, que a distinção é imperiosa, uma vez que a garantia de recebíveis futuros, denominados “não performados”, é ineficaz em relação à recuperação judicial, eis que a existência da garantia deve ser aferida na data do pedido.

398. Consigna que não há como se falar em titularidade sobre algo que não existe, de modo que, se a garantia não existia a época do pedido de recuperação judicial, após o pedido pertence à Galanti.

399. Ao final, a Recuperanda requer a rejeição da divergência de crédito, e a consequente manutenção do crédito do Banco Safra na recuperação judicial.

400. Da análise pormenorizada da divergência e dos documentos que a instruem, essa Administração Judicial verificou que foram apresentados os contratos nº 1210063, 1217009, 1213534 (aditado pela 1221359), 1218986 (aditado pela 1221367), 1218927 (aditado pela 1221375) e seus respectivos instrumentos de cessão fiduciária em garantia, o contrato nº 21551, bem como planilha de débitos.

401. De efeito, quer parecer a esse Administrador Judicial que a garantia, que se consubstancia em recebíveis de cartões de crédito ou débito e de aplicações financeiras, restou devidamente individualizada nos instrumentos de cessão fiduciária.

402. Nada obstante, é certo que os valores gravados em garantia se mostram essenciais à manutenção da atividade da Recuperanda, de modo que sua retirada poderia desencadear sensível diminuição de sua capacidade operacional, podendo culminar no insucesso do presente projeto de soerguimento.

403. Vale mencionar, novamente, que essa Administração Judicial apresentou um *laudo* nos autos da presente recuperação judicial, anexo a manifestação de fls. 4.320-4.321, acerca da essencialidade dos valores referentes a recebíveis futuros e do valor total das parcelas dos contratos garantidos por cessão fiduciária, onde concluiu-se que o projeto de soerguimento poderá restar fragilizado caso sejam mantidas as travas bancárias dos recebíveis futuros de vendas e caso não haja a restituição dos valores já travados, sendo certo que os valores apresentados no fluxo de caixa projetado da Recuperanda acumulam prejuízos mensais, consoante ali demonstrado.

404. Nessa ordem, reitera-se o entendimento, exposto nas premissas deste documento, destacando ainda, o princípio da preservação da empresa e a indispensabilidade dos bens de capital e demais bens essenciais à atividade da Recuperanda, pelo que rejeita a divergência do Banco Safra S/A, para manter o crédito listado no primeiro Edital, no valor de R\$13.483.121,00 (treze milhões quatrocentos e oitenta e três mil cento e vinte e um reais), na classe III (quirografários).

### **III.2.a.d Safra Leasing S/A Arrendamento Mercantil**

405. O credor Safra Leasing S/A Arrendamento Mercantil apresentou divergência de crédito conjuntamente ao Banco Safra, para pugnar pela exclusão do crédito listado em seu favor, no valor de R\$ 20.233,00 (vinte mil duzentos e trinta e três reais), na classe III (quirografários).

406. Afirma que celebrou o contrato de arrendamento mercantil nº751717061, sendo o crédito decorrente deste instrumento extraconcursal, eis que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entende que créditos decorrentes de arrendamento mercantil ou com garantia fiduciária, inclusive resultantes de cessão fiduciária, não se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial, tendo apresentado, como meio de corroboração, contrato de arrendamento mercantil nº 751717061 e uma nota promissória no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais).

407. Assim, quer parecer a essa Administração Judicial que assiste razão ao credor, tendo em vista que o crédito oriundo de arrendamento mercantil não se sujeita ao concurso de credores, em consonância com o art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005.

408. Por tais motivos, acolhe-se a divergência apresentada, para excluir o crédito listado em favor de Safra Leasing S/A Arrendamento Mercantil, no valor de R\$20.233,00 (vinte mil duzentos e trinta e três reais), da relação de credores.

### **III.3 Classe IV – Créditos de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte**

409. Na classe em referência, foi apresentada tão somente uma divergência, através de correio eletrônico, pelo credor FDT Informática e Papelaria Ltda., que se encontra listado na recuperação judicial pelo valor de R\$ 1.447,25 (um mil quatrocentos e quarenta e sete reais e vinte e cinco centavos).



410. O credor, todavia, se limitou a afirmar que possui 03 (três) boletos em atraso, e que foi listado o valor de apenas 01 (um), deixando de apresentar os documentos comprobatórios, em manifesta inobservância ao art. 9º, III, da LRF.

411. Aduz que as seguintes notas se encontram em aberto:

Nota 2089 - 2/2 - 1447,25 (13/12/21)  
Nota 2092 1/2 - 865,30 (08/01/22)  
Nota 2092 2/2 - 865,30 (23/01/22)

412. No contraditório administrativo, a Recuperanda requereu a rejeição da divergência, eis que não foram apresentadas as notas fiscais que supostamente deveriam ser consideradas para a majoração do crédito.

413. Assim, tendo vista em ausência de documentos comprobatórios, rejeita-se a divergência apresentada, para manter o crédito tal como listado no primeiro Edital, na classe IV (créditos de microempresa e empresa de pequeno porte), no valor de R\$1.447,25 (um mil quatrocentos e quarenta e sete reais e vinte e cinco centavos).

#### IV. Da retificação da relação de credores (art. 7º, §2º, da LRF)

414. Como se verifica da lista apresentada pela Recuperanda nas fls. 43-54 dos autos, na forma preconizada no art. 51, III, da LRF, o passivo total sujeito aos efeitos da recuperação judicial foi apontado no valor de R\$ 107.400.445,11 (cento e sete milhões, quatrocentos mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e onze centavos), com a seguinte composição: (i) classe dos credores trabalhistas (classe I), no valor de R\$ 1.294.815,66 (um milhão, duzentos e noventa e quatro mil, oitocentos e quinze reais e sessenta e seis centavos); (ii) classe dos credores com garantia real (classe II), no valor de R\$23.485.985,91 (vinte e três milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, novecentos e oitenta e cinco reais e noventa e um centavos); (iii) classe dos credores quirografários (classe III), no valor de R\$ 82.062.515,78 (oitenta e dois milhões, sessenta e dois mil, quinhentos e quinze reais e setenta e oito centavos); e (iv) classe dos credores microempresas e empresas de pequeno porte (classe IV), no valor de R\$ 557.127,76 (quinhentos e cinquenta e sete mil, cento e vinte e sete reais e setenta e seis centavos).

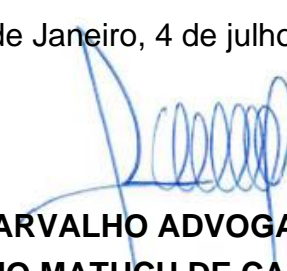


415. Analisadas as habilitações e divergências apresentadas pelos credores, bem como todos os ajustes solicitados pela Recuperanda, amparados na respectiva documentação comprobatória, constata-se que houve uma redução percentual de 4,3% (quatro vírgula três por cento) do passivo concursal, decorrente do decréscimo da quantia de R\$ 4.512.577,02 (quatro milhões, quinhentos e dois mil, quinhentos e setenta e sete reais e dois centavos), totalizando o valor de **R\$ 102.887.868,09 (cento e dois milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, oitocentos e sessenta e oito reais e nove centavos)**, conforme Relação de Credores que segue abaixo.

416. Diante do exposto, requer a Vossa Excelência se digne determinar à serventia que faça publicar o Edital previsto no art. 7º, § 2º, da LRF, concedendo assim à coletividade de credores a devida publicidade do ato, dando-se seguimento ao procedimento de consolidação do Quadro Geral de Credores da presente recuperação judicial.

417. Por oportuno, verifica-se que a sociedade empresária Recuperanda promoveu, tempestivamente, a apresentação de seu Plano de Recuperação Judicial, conforme consta dos autos em fls. 2.097-2.120, motivo pelo qual requer que o Edital acima mencionado reste publicado, de forma conjunta, contendo o aviso de recebimento do plano, na forma prevista pelo art. 55 da LRF, e assim atinja-se os fins devidos.

Rio de Janeiro, 4 de julho de 2022.



**MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS**  
**JULIO MATUCH DE CARVALHO**  
**Administrador Judicial**  
**OAB/RJ 98.885**

# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



TOTAL DE CRÉDITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	R\$ 102.887.868,09
TOTAL CLASSE I (TRABALHISTA)	R\$ 1.321.298,31
CREDOR	VALOR
ADRIANA BARBOSA DA SILVA	R\$ 11.334,56
ADRIANO NICOLAU HERCULANO	R\$ 17.603,47
ALESSANDRA DE JESUS DOS SANTOS	R\$ 6.474,80
ALESSANDRA GONCALVES DA SILVA	R\$ 14.483,09
ALESSANDRA PAULO MOREIRA INOCENCIO	R\$ 12.612,19
ALESSANDRA SIQUEIRA ROCHA SOUZA	R\$ 45.403,52
ALEX NERY DE SOUSA	R\$ 13.748,88
ALEXANDRE DA SILVA DOMINGUES	R\$ 18.376,10
ALMIRA CAMILO SOUZA	R\$ 12.662,33
AMANDA RAMOS DA CRUZ	R\$ 51.504,49
ANA CRISTINA CRUZ FERREIRA	R\$ 19.104,92
BARBARA PELLEGRINI GONCALVES	R\$ 54.398,90
BRUNO SILVA REQUIEL	R\$ 61.721,78
CAMILA PIRES DE OLIVEIRA DE SOUZA	R\$ 90.044,63
CARLOS ANDRE JACOB LOPES	R\$ 5.773,89
CAROLINA EDNA FERREIRA FERNANDES RAMILO	R\$ 10.673,28
CAROLINE SOUZA CAETANO DE ANDRADE	R\$ 12.915,84
CLEIDE PEREIRA DA SILVA GALANTI	R\$ 89.045,94
CRISTINA SALVADORI DA SILVA	R\$ 15.443,74
DAIANA COSTA DA SILVA	R\$ 13.375,16
DANIELE SILVA SANTOS LOURENCO	R\$ 11.037,13
EDER BELLO DOS SANTOS	R\$ 18.175,87
EDIPO SILVA DOS SANTOS	R\$ 12.533,37
EDUARDO AUGUSTO BORGES DE QUEIROZ	R\$ 10.825,63
EDUARDO FERRANTE DIAS RANGEL	R\$ 10.030,91
ELAINE CRISTINA DOS SANTOS	R\$ 13.499,81
ELIZIER ROSA DE OLIVEIRA FILHO	R\$ 9.466,29
EVERTON LUIZ GUERRA	R\$ 47.083,42
FILLIPE RODRIGUES DOS ANJOS LEMOS	R\$ 7.025,09
FRANCINALVA DE JESUS JANUARIO	R\$ 7.416,94
FRANCISCARLA DO AMOR DIVINO SOARES	R\$ 6.416,25
HUGO DA SILVA OLIVEIRA	R\$ 16.094,80
JACQUELINE DOS SANTOS SAMPAIO	R\$ 19.531,59
JEFFERSON MOREIRA DA SILVA PEREIRA	R\$ 6.818,12
JOAO GABRIEL PIMENTA PEIXOTO	R\$ 7.039,82
JULIANE LEMOS DE VASCONCELOS	R\$ 8.306,78
JULIANE OLIVEIRA PINHEIRO DA SILVA RODRIGUES	R\$ 9.208,64
LEANDRO WAGNER SANTANA	R\$ 9.726,92

# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



LIONETE TEIXEIRA DO SANTO	R\$	10.948,92
LUCAS CUSTODIO DIAS	R\$	10.324,03
MARCOS FERNANDO RAMOS DA COSTA	R\$	14.046,23
MARIA EDUARDA DE MELO RIBEIRO	R\$	6.337,71
MARIA JOSE DE JESUS FERREIRA MEDEIROS	R\$	8.710,92
MARIA VALERIA LOPES DOS SANTOS OLIVEIRA	R\$	14.704,28
MARILENE ROSA DE OLIVEIRA	R\$	10.090,80
MAURILIO DO CARMO DE OLIVEIRA	R\$	8.284,85
MEURY JOSE DOS SANTOS	R\$	10.114,40
MICHELE DOS SANTOS IZIDIO	R\$	5.106,34
NOEMI MAGNO DA SILVA	R\$	17.690,12
PRISCILA CHAVES DOS SANTOS	R\$	9.046,52
PRISCILA OMENA DA SILVA	R\$	8.465,33
QUEILA REGINA DE ANDRADE SILVA	R\$	10.050,11
RAFAELA OLIVEIRA DA CRUZ	R\$	21.826,04
RAQUEL FREITAS DE ALMEIDA CAMPEAN	R\$	67.555,60
RINED CARVALHO DA SILVA	R\$	16.291,67
SAMANTHA RODRIGUES DE LIMA MACEDO	R\$	10.803,29
THAIS CARVALHO MAIA DOS SANTOS	R\$	24.733,88
ULLY DA MOTA E SILVA	R\$	22.289,10
VALCILEIA DE JESUS FERREIRA PEREIRA	R\$	12.432,80
VANDRESSA FREITAS RANGEL SILVA DE LIMA	R\$	15.094,45
VANESSA DA SILVA OLIVEIRA	R\$	10.896,47
VANESSA DA SILVA PALUTINE	R\$	80.469,96
VANESSA DO NASCIMENTO JESUS	R\$	12.676,84
VANTUIR SOUZA MARINS JUNIOR	R\$	5.140,13
VINICIUS MEDEIROS DE ARAUJO	R\$	16.788,74
VINICIUS RODRIGUES PEREIRA	R\$	21.574,80
WANDERSON MARCIANO E SILVA	R\$	10.365,46
WEVERTON TORRES LOPES	R\$	21.499,63
<b>TOTAL CLASSE II (GARANTIA REAL)</b>	<b>R\$</b>	<b>18.842.880,91</b>
Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A.	R\$	18.842.880,91
<b>TOTAL CLASSE III (QUIROGRAFÁRIO)</b>	<b>R\$</b>	<b>82.166.561,11</b>
<b>CREDOR</b>	<b>VALOR</b>	
ABBOTT LABORATORIOS	R\$	889.777,41
ACCESS GESTAO DE DOC	R\$	17.058,23
ACCUMED PRODUTOS MED	R\$	74.194,88
ACHE LABORATORIOS FA	R\$	188.465,08
AGUAS DO RIO 1 SPE S	R\$	987,28
AGUAS DO RIO 4 SPE S	R\$	987,28
ALCON BRASIL CUIDADO	R\$	71.887,83
ALINE BRAGANCA DE AR	R\$	2.700,00

# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



ALTHAIA S/A IND FARM	R\$	70.804,36
AMPLA ENERGIA E SERV	R\$	7.100,29
APCF ATUALIZACAO PRO	R\$	1.317,92
APSEN FARMACEUTICA S	R\$	94.724,48
ARCOM SA	R\$	14.575,66
ARISTIDES DE SOUZA G (LOJA 20)	R\$	8.119,36
ARMANDO DE FIGUEIRED (loja 07)	R\$	13.813,37
ASSOC. APOSENTADOS P	R\$	880,00
ASSOCIACAO BRAS DO C	R\$	555,68
ASSOCIACAO COML E IN	R\$	302,00
ATACADAO PAPELEX	R\$	2.132,60
ATITUDE RIO DISTRIBU	R\$	11.445,18
AUTO IGUACU LTDA	R\$	3.975,05
BANCO ABC BRASIL S.A.	R\$	1.710.538,87
BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.	R\$	1.773.009,35
BANCO BRADESCO S.A.	R\$	28.190,00
BANCO BTG PACTUAL S.A.	R\$	345.896,00
BANCO DAYCOVAL S.A.	R\$	6.256.938,00
BANCO DO BRASIL S.A.	R\$	5.091.308,18
BANCO GUANABARA S.A.	R\$	6.612.284,00
BANCO INDUSTRIAL S.A.	R\$	214.207,00
BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A.	R\$	977.212,32
BANCO PINE S.A.	R\$	2.058.807,96
BANCO SAFRA S.A.	R\$	13.483.121,00
BANCO SOFISA S.A.	R\$	2.106.793,00
BAYER S/A	R\$	70.000,83
BECTON DICKINSON IND	R\$	47.778,02
BESINS HEALTHCARE BR	R\$	36.790,92
BIOLAB SANUS FARMACE	R\$	165.799,76
BL INDUSTRIA OTICA L	R\$	47.403,69
BOX 1000 POSTO DE SE	R\$	9.232,09
BR CORONEL VEIGA COM	R\$	2.009,03
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	R\$	4.677.236,71
CARLOS ALBERTO PEREI (LOJA 17)	R\$	3.805,99
CARLOS JOSE SAHIONE (loja 09)	R\$	15.948,75
CARTA GOIAS IND. E C	R\$	20.121,49
CEHYL PESSOA GOMES (LOJA 03)	R\$	3.928,01
CENTRO INDUSTRIAL DO	R\$	250,00
CEPEO CONTRACEPTIVOS	R\$	6.376,00
CHARIF ADMINISTRADOR (LOJA 13)	R\$	76.414,35
CHIESI FARMACEUTICA	R\$	15.498,76
CID DE CARVALHO CRUZ (LOJA 28)	R\$	36.506,45

# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



CIFARMA CIENTIFICA F	R\$	15.484,02
CIMA EMPREENDIMENTOS (LOJA 19)	R\$	15.500,00
CLARO S.A	R\$	250,20
CLARO S/A	R\$	7.809,97
CLIN COMERCIAL LTDA	R\$	6.482,00
Coface do Brasil Seguros de Crédito S/A	R\$	135.000,00
COMERCIAL HILLO BRAS	R\$	1.217,02
COMPANHIA ESTAD.AGUA	R\$	6.913,98
CRISTALIA PROD QUIM.	R\$	250.371,36
D CENTER DISTRIBUIDO	R\$	2.314.552,47
DIFFUCAP CHEMOBRAS Q	R\$	134.469,87
DISDROG COMERCIAL LT	R\$	7.503,49
Distribuidora de Medicamentos Santa Cruz Ltda.	R\$	10.360.366,93
DISTRIBUIDORA GAMA	R\$	175.780,50
DISTRIBUIDORA MEMPHI	R\$	2.669,05
DISTRIFAR DISTRIBUID	R\$	78.025,91
DIVCOM S.A	R\$	233.310,18
DIVINA DIST VIT NAT	R\$	14.498,89
DPC DISTRIBUIDOR ATA	R\$	21.806,64
ECOFITUS LABORATORIO	R\$	125.447,40
EDISON PEITXOTO ADVO	R\$	6.415,86
ELIAS JOSE PARTICIPA (LOJA 01)	R\$	21.250,00
ELOFARMA DISTRIBUIDO	R\$	185.590,98
EMEFARMA RIO REPRES	R\$	2.624.308,84
EMS S.A	R\$	34.444,97
EMY DISTRIBUIDORA DE	R\$	25.160,16
EPHARMA - PBM DO BRA	R\$	5.059,37
ESPOLIO DE LUIZ FERN (LOJA 26)	R\$	5.946,21
ESPOLIO GUIOMAR BARR (LOJA 14)	R\$	29.721,92
ESPOLIO HELIO LOPES (LOJA 22)	R\$	23.231,86
ESPOLIO MARIA DE LOU (LOJA 24)	R\$	10.313,99
EUROFARMA LABORATORI	R\$	73.718,34
EXATA HOSPITALAR LTD	R\$	2.196,00
EXPRESSABR DISTRIBUI	R\$	17.786,13
FRANCO GALANTI	R\$	289.719,00
FRIGELAR COMERCIO E	R\$	686,20
GAMBIER EMPREENDIMENTOS LTDA.	R\$	21.649,33
GANEM EMPREENDIMENTO (LOJA 14)	R\$	29.721,92
GERMED FARMACEUTICA	R\$	32.056,21
GRAZIELLA MOCO DA CU (loja 03)	R\$	3.928,01
HEEL DO BRASIL BIOME	R\$	8.596,76
HELENA FORMOZINHO DE (LOJA 27)	R\$	11.074,09

# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



HERBARIUM DISTRIBUID	R\$	76.868,58
HERMES PESSOA TINOCO (LOJA 03)	R\$	3.928,01
HU XIGOYAN (LOJA 15)	R\$	16.238,72
HYPERMARCAS S/A	R\$	253.476,24
HZHOU DIEDUO (LOJA 15)	R\$	16.238,72
IGNEZ ALVES DE OLIVE (LOJA02)	R\$	22.051,14
IMEDIADATA TECNOLOGI	R\$	906,07
ISDIN PRODUTOS FARMA	R\$	10.678,89
JOMARGIL DISTRIBUIDO	R\$	1.561.775,19
LABOFARMA PRODUTOS F	R\$	15.942,78
LABORATORIO CANONNE	R\$	50.090,85
LABORATORIO DAUDT OL	R\$	108.689,44
LABORATORIO GROSS S	R\$	91.943,97
LABORATORIO SIMOES L	R\$	7.658,03
LABORATORIOS BIODERM	R\$	11.491,13
LEDIF NEGOCIOS IMOBIL (LOJA 10)	R\$	181.818,28
LEGRAND PHARMA IND.	R\$	112.296,90
LIGHT SERVICOS DE EL	R\$	46.679,47
LOCAWEB SERVICOS DE	R\$	267,29
LOURENCO E LIMA SOCI	R\$	12.000,00
LR NORDESTE S/A	R\$	94.724,48
LTN IMOVEIS EMPREEND (LOJA 12)	R\$	48.788,84
MARIA ANGELA SAHIONE (LOJA 09)	R\$	15.948,75
MARIA CRISTINA SAHIO (LOJA 09)	R\$	15.948,75
MARIA LUCIA SGARBI P (LOJA 26)	R\$	5.946,21
MARISA MAKHLOUTA (LOJA 29)	R\$	6.840,66
MARTINS COM. E SERV.	R\$	58.637,01
MARTINS COM. SERV. D	R\$	26.549,60
MD BRASIL DISTRIBUID	R\$	593.699,36
MEDICAMENTAL DISTRIB	R\$	137.037,00
MEGA RIO LOG E DISTR	R\$	12.702,52
MIKA MARKETING	R\$	1.555.960,39
MILLENIUM COMERCIAL	R\$	934.996,59
MLA BRASIL REALIZACO (LOJA 01)	R\$	21.250,00
MTS ADM DE BENS PROP (LOJA 22)	R\$	174.242,94
MYRALIS INDUSTRIA FA	R\$	70.901,77
NAILA DE OLIVEIRA GO (LOJA 03)	R\$	3.928,01
NAVEGA GAIO EMP. IMO (LOJA 20)	R\$	8.119,36
NELSON GOMES MOCO NE (LOJA 03)	R\$	3.928,01
NESTLE BRASIL LTDA	R\$	11.548,57
NEUTROCARE INDUSTRIA	R\$	7.228,64
NEW GROUP TELECOMUNI	R\$	199,90

# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



NEXTEL TELECOMUNICAC	R\$	447,27
NEXXERA TECNOLOGIA S	R\$	115,12
NEZO EDUCACIONAL E A	R\$	5.866,67
NOVARTIS BIOCENCIAS	R\$	26.864,22
NUTRIPORT COMERCIAL	R\$	3.714,60
ODONTOPREV S.A	R\$	15.195,07
OI S.A- EM RECUPERAC	R\$	19,32
OLIMPIO DE SOUZA BOR (LOJA 21)	R\$	20.959,11
OMRON HEALTHCARE BR	R\$	27.220,11
ONCO PROD DIST PROD	R\$	304.452,37
ONCO PROD DIST PROD	R\$	3.688,67
ONCOPROD DISTR DE PR	R\$	2.407,95
PADRAO EMPREENDIMENT (LOJA 14)	R\$	45.000,00
PANPHARMA DIST. DE M	R\$	5.388.628,71
PONTELAND DISTRIBUIC	R\$	31.437,35
PORTO SEGURO COMPANH	R\$	36.388,88
PROCESSOTRA BALHISTA	R\$	24.942,05
PROSPER LOG DITRIBUI	R\$	97.635,44
PRUDENTIAL DO BRASIL	R\$	1.506,99
QUESALON DIST. PROD.	R\$	9.715,14
RAFAEL A. ADM. EMP. (LOJA 09)	R\$	15.948,75
REZENDE S/A ALCOOL E	R\$	4.355,00
RIO CENTER DISTRIBUI	R\$	8.293,13
RIO DE JANEIRO REFRE	R\$	113,27
ROCHE DIABETES CARE	R\$	131.959,21
SAFRA SEGUROS GERAIS	R\$	77.966,32
SAFRA VIDA E PREVIDE	R\$	75.973,79
SANOFI MEDLEY FARMAC	R\$	40.740,42
SEGDORT SERV.DE MEDI	R\$	13.906,05
SERVIMED COMERCIAL	R\$	2.756.103,98
SIMIONATO AUDITORES	R\$	7.690,11
SIND DO COMERCIO VAR	R\$	125,00
SIND. TRAB. COM.	R\$	27,80
SINTER FUTURA LTDA	R\$	5.345,40
SKY SERVICOS DE BAND	R\$	258,46
SLEIMAN TANNUS RISK (loja 07)	R\$	13.813,37
SOGAMAX DISTRIBUIDOR	R\$	926.852,14
SOVINCO INCORP E COM (LOJA 31)	R\$	20.639,05
SULNOVE INDUSTRIA DE	R\$	20.998,70
TELEFONICA BRASIL S/	R\$	407,90
TOTVS S.A.	R\$	34.441,92
TRB PHARMA IND.QUIM.	R\$	21.732,76



# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



UNIAO QUIMICA FARMAC	R\$	208.497,91
UNILIDER DISTRIBUIDO	R\$	74.193,38
UNIMARKA DISTRIBUIDO	R\$	142.920,17
UNIMED NOVA IGUACU T	R\$	141.398,63
VERISURE BRASIL MONI	R\$	7.229,57
VIVA 2	R\$	134.708,48
ZAMBON LABORATORIOS	R\$	41.951,99
ZYDUS NIKKHO FARMACE	R\$	42.349,85
<b>TOTAL CLASSE IV (ME/EPP)</b>		<b>R\$ 557.127,76</b>
<b>CREDOR</b>		<b>VALOR</b>
AATBF COLETA DE RESI	R\$	2.920,44
ALDEBARAN DISTRIBUID	R\$	87.100,60
AUTOCOM3 AUTOMACAOCO	R\$	50.000,00
BAGATELLE PERFURADOR	R\$	1.901,00
CLEITON OLIVEIRA SOA	R\$	4.000,00
DINIZ E MORATO LTDA	R\$	429,90
ESSENCIAL RIO DISTRI	R\$	4.500,00
FDT INFORMATICA E PA	R\$	1.447,25
FENIX DISTRIBUIDORA	R\$	28.682,20
GDTEL TELECOMUNICACO	R\$	438,50
GERIATEX INDUSTRIA E	R\$	33.201,56
HIGIENIZADORA FIEL D	R\$	780,00
HME COMERCIO E REPRE	R\$	2.906,52
INTEGRALMED COM. E P	R\$	95.266,50
ITALIAN RIO COFFEE L	R\$	431,00
JR SALZANO ASSESSORI	R\$	730,00
LABORATORIO DE EXTRA	R\$	14.948,28
LARTT COM E DIST. PR	R\$	82.513,90
LUMIAR DISTRIBUIDORA	R\$	1.408,18
MANRIO SERVICOS E MA	R\$	8.560,00
MG OSTEO PHARMA DIST	R\$	14.961,23
NET CONTROL ELETRONI	R\$	1.098,00
ODILON RODRIGUES DE	R\$	2.800,00
PACIFIC PARKING EIRE	R\$	2.926,74
SOCIETY INFORMATICA	R\$	6.270,75
STARTFARMA NUTRACEUT	R\$	81.886,17
SYSTEM CARD 460 CONT	R\$	9.847,44
TECHSOFT INFORMATICA	R\$	170,00
URISMED COMERCIO E D	R\$	15.001,60